

filantropia[®]

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Certificações



A recompensa para quem supera um
longo e tortuoso caminho

Conhecido pelas crianças como Dr. Zinho,
o fundador dos Doutores da Alegria comenta o
sucesso da organização

Entrevista
Wellington Nogueira



diálogo social

cursos e treinamentos

Terceiro Setor



Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

com Ricardo Falcão
Porto Alegre, 29 de Abril



Criação e Desenvolvimento de um Departamento de Captação de Recursos

com Marcelo Estraviz
Recife, 9 de Maio



Planejamento e Gestão de Institutos e Fundações

com Livio Giosa
São Paulo, 16 de Maio



Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

com Rogério Martir
São Paulo, 30 de Maio



Geração de Renda e Sustentabilidade de Organizações sociais

Michel Freller / Danilo Tiisel
Rio de Janeiro, 11 de Junho



Comunicação e Marketing para Organizações Sociais

Marcio Zeppelini
Rio de Janeiro, 12 de Junho

Outros temas abordados

- Elaboração de projetos sociais
- Marketing para organizações sociais
- Certificado de Filantropia
- Incentivos Fiscais
- Geração de renda e sustentabilidade
- Vínculo Empregatício no Terceiro Setor
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão de Institutos e Fundações
- Controle e Fiscalização de ONGs
- Imunidade e Isenções no Terceiro Setor
- Tecnologia da Informação no 3º Setor
- Departamento de Captação de Recursos
- Recursos para Projetos Ambientais
- Gestão de Recursos Humanos

Inscrições e informações

✉ www.dialogosocial.com.br

☎ (11) 2281-9643

✉ dialogo@dialogosocial.com.br

Parceira oficial
Revista

filantropia

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Consulte-nos sobre
cursos *In Company*

Sustentabilidade de valores e ideais



Sustentabilidade é a bola da vez. Depois dos diversos chavões criados pelo universo do Terceiro Setor, como responsabilidade social, investimento social privado e tecnologias sociais, desenvolvimento sustentável (ou simplesmente sustentabilidade) é o termo mais discutido em fóruns, congressos e demais eventos ligados à nossa área.

Isso tudo faz parte de um ciclo de amadurecimento iniciado nos primórdios da filantropia – o puro amor à humanidade –, que hoje chega ao desenvolvimento sustentável – este grande motor cheio de engrenagens que, para funcionar corretamente, ainda serão necessários diversos ajustes em cada uma de suas peças.

Primeiro, é importante salientar que a responsabilidade social é apenas um dos quatro grandes eixos da sustentabilidade, somando-se aos outros três aspectos de igual importância: o cultural, o ambiental e o econômico.

No entanto, pouco se fala sobre nossos valores e ideais. Onde eles se encaixam neste cenário? Devem eles ser postos de lado em nome do desenvolvimento mundial equilibrado? Ou estariam intrinsecamente envolvidos em um desses quatro pilares citados anteriormente?

Seriam nossos valores e ideais o trabalho em prol do social, ou seja, *pro bono*? Ou meramente capitalista, “pró-bolso”, e, assim, já exacerbado nos aspectos sociais ou econômicos da sustentabilidade? Ou, ainda, seriam eles de ordem cultural, já que nossas crenças e folclores estariam intimamente ligados à cultura de nosso povo, nossa comunidade ou de nossos ancestrais?

Valores e ideais devem ser elevados a um patamar acima dessa discussão, pois são pessoais e intransferíveis. Ainda que os princípios éticos de igualdade, liberdade e fraternidade tenham uma unanimidade entre os povos – pelo menos aos que se “entendem” harmoniosamente –, o que é certo para mim, pode não ser tão certo para o outro. O que é saboroso ao meu paladar, pode ser acre ao meu semelhante; o que é prazeroso à minha vivência, pode ser um duro fardo à sobrevivência de um irmão.

Por isso, acima das catracas que integram os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos da sustentabilidade, devemos ter uma outra grande peça que mova – ou, ao menos, subsidie – todo o conjunto de maneira suave, sem “ranger” nenhuma volta sequer: a sustentabilidade de nossos valores e ideais.

Traduzindo isso à administração de nossos projetos sociais, para que possamos desenvolver nossas atividades de modo sustentável, é imprescindível que as decisões não sejam tomadas por mera empolgação ou modismo, tendo por base o que se aprende em aulas de desenvolvimento sustentável lecionadas em congressos e universidades – que, importante salientar, lhe darão os instrumentos básicos para tal prática –, mas, sobretudo, verificar se cada decisão, ação e reação conferem com seu estatuto, com sua missão e seus objetivos sociais.

Ou seja, de nada adianta todas as atividades e ações estarem amparadas simplesmente no que é substancial para o planeta. Mas, além disso, tais ações devem ser condizentes com nossas missões, ideais e valores próprios. Somente assim seremos politicamente corretos e plenamente satisfeitos!



Isso, talvez, seja a tradução de mais uma expressão que deve virar moda no Terceiro Setor: a **responsabilidade moral** de cada organização e de cada indivíduo.

Marcio Zeppelini

marcio@revistafilantropia.com.br

“O melhor guia da razão prática é a moral”

(Jaime Balmes, filósofo e jornalista espanhol)

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**. 



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Coordenação editorial
Paola Martins Viveiros

Administração
Mauro Zeppelini

Coordenação de produção
Adriano Aguina

Coordenação
Priscila Centin Thuller

Revisão
Viviane Rodrigues

Assistente
Carolina Brascoli

Diagramação
Arthur Leandro de C. Ribeiro

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Rafael Tadeu Sarto

Renata Ariane Rosa

Vinicius Pinheiro Mendes

Jornalista responsável
Elaine Iorio (MTB 43.306/SP)

Atendimento
Raquel Siqueira Gomes

Stefany Herrán Martins

Assistente de redação
Paula Craveiro (MTB 39.316/SP)

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasioli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik

Antonio Brito

Custódio Pereira

Felipe Mello

Fernando Credidio

Milú Villela

Ricardo Falcão

Roberto Ravagnani

Marcelo Estraviz

Idealizadores



Organizações parceiras



Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



12 Entrevista

Wellington Nogueira

Empreendedor social e fundador dos Doutores da Alegria, Wellington se destaca como um cidadão consciente de seu papel na sociedade

16 Comunicação

Terceiro Setor como referência na busca pelo conhecimento

Conhecimentos técnico-científicos e experiências, gerados nas entidades sem fins lucrativos, precisam ser difundidos para beneficiar a população



24 Gestão

Finanças na ponta do lápis

Entidades do Terceiro Setor que não adotam rigoroso planejamento financeiro-orçamentário correm o risco de se complicar no fechamento das contas

30 Capa

Novas regras para certificações sociais

Operação policial e novo projeto de lei exigem atenção ainda maior das entidades beneficentes neste longo e tortuoso caminho



Gente que faz o bem	04	
	06	Acontece
Notícias do Planalto	10	
	19	Captação de recursos
Especial	20	
	22	Contabilidade
Legislação	39	
	41	Artigo
Reflexão	42	
	44	Case empresarial
Sustentabilidade	46	
	49	Responsabilidade socioambiental
Empresas que fazem	52	
	53	Voluntariado
Serviços	56	
	59	Inclusão
Mão dupla	62	
	64	Vitrine Social



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

Prova de superação

Vencedor dentro das piscinas, o nadador paraolímpico Clodoaldo Silva busca oferecer a jovens carentes as mesmas oportunidades que recebeu

Por Paula Craveiro

Caçula de uma família pobre de Natal (RN), Clodoaldo Silva nasceu com paralisia cerebral e até os sete anos de idade não andava. Dependia de um de seus quatro irmãos para praticamente tudo. Em uma situação assim, dificilmente alguém imaginaria que aquele menino, tempos depois, seria eleito o melhor atleta paraolímpico do mundo, quebraria diversos recordes mundiais e teria em casa uma coleção invejável de mais de 120 medalhas conquistadas graças à natação – esporte que só conheceu aos 17 anos, como exercício fisioterápico –, e, principalmente, à sua força de vontade e determinação.

Fenômeno nas piscinas, Clodoaldo sabe que sua responsabilidade não se limita apenas a conquistas esportivas. Ele é padrinho de alguns projetos sociais e está prestes a fundar sua própria entidade, o Instituto Clodoaldo Silva (ICS). Os motivos? Estão na ponta da língua: “Tive poucas oportunidades em minha vida, mas agarrei com unhas e dentes todas as que surgiram. Hoje, felizmente, sou reconhecido pelo que faço. Agora, estou tentando dar a mesma chance a outros jovens. Espero que meu esforço sirva de exemplo para as pessoas com ou sem deficiência que estão em casa, paradas. Se isso acontecer, minhas medalhas significarão muito mais”.

Atualmente, o atleta integra a Seleção Brasileira de Natação que participará dos Jogos Paraolímpicos de Pequim, na China, em setembro de 2008, e desde o final do ano passado vem mantendo uma rotina intensa de treinamentos. Nesta entrevista à **Revista Filantropia**, o nadador fala sobre sua história, seu envolvimento com área social, a criação do ICS e comenta a situação do deficiente no Brasil.

Revista Filantropia: *Como o esporte passou a fazer parte de sua vida?*

Clodoaldo Silva: Nasci com paralisia cerebral devido à falta de oxigenação durante o parto, e minhas pernas eram cruzadas e dobradas. Depois de passar por quatro cirurgias, recebi indicação médica para conhecer a natação, para que eu pudesse me reabilitar. Então, comecei a praticar o esporte em 1996, aos 17 anos, e me apaixonei. Desde então, não parei mais.

Filantropia: *Quais foram os principais obstáculos que você precisou enfrentar para se tornar um nadador profissional?*

Clodoaldo: Como a minha família era muito pobre, muitas vezes a gente não tinha sequer o que comer em casa. O esporte me ajudou a conhecer um outro mundo e a me incluir ainda mais na sociedade. Em 1998, iniciei treinamentos mais sérios e participei do meu primeiro campeonato brasileiro, no qual conquistei três medalhas de ouro. Abri mão de muitas coisas na vida para me tornar um atleta de alto rendimento. Na hora de competir tento mostrar que o meu esforço e trabalho são coisas sérias.

Filantropia: *Como você lida com a deficiência no seu dia-a-dia?*

Clodoaldo: Estou acostumado, sempre convivi com ela. Então, é algo com que lido naturalmente. Às vezes tenho dificuldades para me locomover. De resto, sinto como se eu não tivesse nenhuma deficiência.

Filantropia: *Quando começou seu envolvimento com as questões sociais?*

Clodoaldo: Depois que comecei a dar certo como nadador e passei a fazer sucesso. Acredito ser essencial utilizar a minha imagem em prol de causas sociais. Posso contribuir para que jovens saiam das ruas, da marginalização e pratiquem esporte; para que tenham oportunidades e sejam verdadeiros cidadãos.

Filantropia: *O que é o Projeto Mergulho para o Futuro e a quem se destina?*

Clodoaldo: Atualmente, sou padrinho do Projeto Social de Natação, que atende cerca de 600 crianças da periferia do Rio de Janeiro (RJ). No entanto, esse é um dos projetos que está dentro do meu instituto, o Instituto Clodoaldo Silva (ICS)



“Espero que meu esforço sirva de exemplo para as pessoas com ou sem deficiência que estão em casa, paradas. Se isso acontecer, minhas medalhas significarão muito mais”

– que ainda está na fase burocrática antes de começar a funcionar efetivamente. O objetivo é tirar crianças e adolescentes da situação de risco por meio da prática da natação, aulas de informática e educação complementar.

Filantropia: *Existe uma previsão para a fundação do ICS?*

Clodoaldo: Por enquanto, o instituto está em fase de implantação, sem data definida para inauguração. Essas coisas geralmente são complicadas. Além das questões burocráticas, ainda estou com minha carreira de atleta em andamento.

Filantropia: *Qual será o foco de atuação do ICS?*

Clodoaldo: Nosso público-alvo serão crianças e adolescentes. Com a criação do instituto, esperamos ter um espaço no qual esse público possa, por meio de atividades complementares à rotina escolar, sair da situação de risco social. Para isso, temos dois projetos propostos: o Mergulho para o Futuro e o Ídolo Paraolímpico em Ação.

Filantropia: *Além de atleta, você também é palestrante. Como tem sido essa experiência?*

Clodoaldo: Venho ministrando palestras desde outubro de 2004. Entrei nesse mercado a convite de uma empresa que queria que eu repassasse minha experiência de vida, tanto pessoal quanto profissional, a seus funcionários. A palestra foi bem sucedida e a partir daí recebi vários outros convites. Em quase todas as minhas apresentações sou recebido com muitos aplausos. Ao final, o público sempre se emociona e vem me parabenizar pelos meus feitos. É muito gratificante.

Filantropia: *Em sua opinião, qual o maior problema do Brasil em relação aos deficientes? Alguma sugestão sobre como resolvê-lo?*

Clodoaldo: A falta de oportunidade de trabalho é um dos maiores problemas para os deficientes. Vagas até existem, mas, como não se encontram muitos locais acessíveis a essas pessoas pela cidade, fica muito difícil para um deficiente sair de sua casa para fazer um curso e conseguir a capacitação profissional que as empresas precisam. Sem as devidas adaptações, não é possível uma pessoa com deficiência fazer o que é preciso.

Filantropia: *Por sua experiência, quais os temas sociais que deveriam receber mais atenção por parte das organizações sociais e da administração pública?*

Clodoaldo: Sem dúvida, a educação. Acredito que a educação poderá fazer de nosso país um lugar mais equilibrado, sem tantas diferenças sociais. O governo precisa investir muito mais em educação!

Filantropia: *Se você pudesse realizar apenas um desejo para melhorar o mundo, o que você pediria?*

Clodoaldo: Gostaria de pedir tanta coisa... Mas pediria para que mais nenhuma criança passasse fome ou qualquer outro tipo de necessidade. Ver alguém nessa situação é triste demais. 🙏

Site oficial

📍 www.clodoaldosilva.com.br

GASPAR NÓBREGA/HESSE COMUNICAÇÃO



Diferentes momentos do atleta no Parapan Rio 2007

Termo universaliza direito ao saneamento básico

O Instituto Trata Brasil (ITB) firmou, em 31 de janeiro, um termo de cooperação com a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) para atuarem em conjunto na divulgação do direito de acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto e do controle social na utilização dos recursos públicos em obras de esgotamento sanitário. O documento foi assinado pelo diretor executivo do ITB, Raul Pinho, e pelo presidente da Aesbe, Paulo Ruy Valim Carnelli, e o objetivo do acordo é promover ações que resultem na inclusão social e no equilíbrio socioambiental.

i www.aesbe.org.br
www.tratabrasil.org.br



Paulo Ruy Valim Carnelli (E) e Raul Pinho assinam termo de cooperação

HELDON CARVALHO/CEBAN



Evento de entrega dos prêmios aos dois indicados

MURILLO TORIBIAS

ADVB-SP premia líderes de responsabilidade social

A ADVB premiou Roberto Rodrigues e Marcelo Miranda como líderes de responsabilidade social do ano de 2007. A decisão foi anunciada na segunda semana de janeiro e a entrega de prêmios ocorreu em 20 de fevereiro, abrindo o calendário de eventos deste ano da entidade. A premiação já existe há cinco anos, mas a novidade introduzida na atual versão foi a criação da categoria "setor público". Assim, a partir de agora, haverá sempre dois homenageados: um do setor privado (Roberto Rodrigues) e um do setor público (Marcelo Miranda). Ambos receberam seus títulos em solenidade realizada no Clube Monte Líbano, em São Paulo, com a presença do ex-governador Geraldo Alckmin.

i www.advbfm.org.br

Responsabilidade social é vital para crescimento das empresas

A pesquisa "Responsabilidade social corporativa: Uma necessidade e não uma escolha", realizada pela Grant Thornton International (GTI) – representada no país pela Terco Grant Thornton – com 7.800 empresas de capital fechado de 34 países, incluindo o Brasil, concluiu que essas empresas estão adotando práticas de responsabilidade social corporativa não apenas para preservar o planeta, mas, principalmente, porque querem crescer e sabem que, sem essas ações, serão preteridas em parcerias e negócios com as corporações globais. A pesquisa evidencia a principal diferença entre a motivação das multinacionais e das empresas de capital fechado. As primeiras usam programas de responsabilidade social para fortalecer suas marcas; já as outras querem se tornar mais atraentes para empregados e parceiros.

i www.tercogt.com.br

Fundação Dorina Nowill cria Projeto Conexão

Lançado em fevereiro pela Fundação Dorina Nowill para Cegos, o Projeto Conexão reúne ONGs da região Sul de São Paulo (SP) e visa traçar o perfil e o papel dos voluntários das instituições, conhecer técnicas e recursos para motivar e conseguir a permanência dessas pessoas, levantar modelos de trabalho que obtiveram sucesso, ampliar a capacidade de relacionamento e conhecimento das instituições envolvidas, e criar oportunidades de parcerias. "Vamos compartilhar soluções e estruturar caminhos para cada entidade oferecer a experiência de voluntariado e obter melhores resultados em seus projetos", ressalta Mimi Duprat, do setor Relações com a Comunidade, da Fundação.

i www.fundacaodorina.org.br

Quase meia tonelada de alimentos arrecadados em 2007

Com o conceito de colheita urbana, a ONG Banco de Alimentos tem transformado alimentos que seriam desperdiçados em solidariedade. Em 2007, a organização arrecadou 467.431 quilos de alimentos, que foram a base da complementação de 5.707.237 refeições de 51 instituições que atendem cerca de 22 mil pessoas em situação de risco social. Em 2008, a entidade potencializará sua atuação com a nova sede; o lançamento de um livro de receitas, com dicas de como reaproveitar sobras de alimentos; e a conquista de mais um doador fixo, o supermercado Sonda Carapicuíba. A educação nutricional continuará a ser uma das prioridades da ONG.

i www.bancodealimentos.org.br



Equipe de Luciana Chinaglia Quintão, presidente do Banco de Alimentos, em momento de coleta dos alimentos

DIVULGAÇÃO

Comunidades tradicionais discutem políticas públicas para juventude

Entre 29 de fevereiro e 2 de março, cerca de 70 jovens representantes de diversas comunidades tradicionais se reuniram, em Brasília (DF), para discutir demandas relacionadas ao tema juventude. O evento "Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais" foi uma das etapas preparatórias da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. A consulta teve o objetivo de envolver no processo da Conferência Nacional setores que estão historicamente excluídos do debate e da formulação das políticas públicas no país. Estiveram presentes representantes de quilombolas, indígenas, ciganos, ribeirinhos, entre outros povos. As propostas elaboradas pelos participantes foram enviadas como contribuição à etapa nacional da conferência, que aconteceu entre 27 e 30 de abril, também na capital federal.

i www.juventude.gov.br



PASQUARELLI JUNIOR/REBALCON

Crianças de escola do interior paulista recebem a visita do programa

Cinema nacional de graça no interior de São Paulo

Aconteceu em 5 de março, no auditório da Câmara Municipal de São José dos Campos (SP), o lançamento oficial do programa "Nas Asas do Cinema – Ano 3", cuja proposta é promover a exibição gratuita de filmes nacionais de curta-metragem e realizar debates sobre eles em escolas públicas, universidades e instituições públicas. Patrocinado pela Concessionária NovaDutra, o programa é uma realização do Instituto Magneto Cultural e conta com o apoio da prefeitura municipal, por meio da Fundação Cultural Cassiano Ricardo. A meta do programa é alcançar até agosto 24 mil espectadores com a exibição de 19 curtas-metragens.

i www.nasasasdocinema.com.br

2º Fórum-Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária

Com o foco "Desafios nacionais à promoção do desenvolvimento sustentável", foi realizado em 12 de março, em Brasília (DF), o quarto encontro do 2º Fórum-Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária, promovido pela Legião da Boa Vontade, que contou com a participação da sociedade civil, setor público e empresas privadas. Também foram promovidos debates em outras cidades do Brasil e da Argentina entre os dias 4 e 19, em que se discutiram temas como: a conservação dos recursos energéticos, diante das mudanças climáticas, no Rio de Janeiro (RJ); a conservação e o manejo florestal, em Manaus (AM); a conservação dos recursos hídricos, em São Paulo (SP); e os desafios latino-americanos à promoção do desenvolvimento sustentável, em Buenos Aires, na Argentina.

i www.lbv.org



GUSTAVO OLIVEIRA

Representantes das companhias contempladas em cerimônia de premiação

Top Ambiental anuncia vencedores

O Top Ambiental ADVB-SP elegeu 11 vencedores em sua mais recente edição. O evento de premiação foi realizado em 28 de fevereiro, em Itapeverica da Serra (SP), e contou com um *workshop* para cerca de 400 pessoas, no qual os vencedores apresentaram seus *cases*. Todos os trabalhos destacaram a preocupação das companhias em compatibilizar a expansão de produtos e serviços com práticas capazes de garantir a sustentabilidade socioambiental. Os vencedores da edição 2008 foram: AlphaVille Urbanismo, Banco da Amazônia, Bradesco Capitalização, Marinha do Brasil, Mercedes-Benz, Grupo Pão de Açúcar, Prefeitura de São Bernardo do Campo, Primav EcoRodovias, Ryder Logística, Serasa e Wal-Mart Brasil.

i www.advbfm.org.br

Pesquisadores desenvolvem casa ecológica para o sertão nordestino

Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, desenvolveram um projeto de eco-residência, cujo objetivo é proporcionar ao agricultor da zona rural nordestina condições de viver em grandes períodos sem chuva e de altas temperaturas com bem-estar a partir de métodos ambientalmente corretos. A primeira unidade foi construída na comunidade de Latadinha, no município de São José do Sabugi, com custo de R\$ 10,6 mil. Foram utilizados materiais alternativos e o mínimo de acabamento necessário, o que contribuiu para a redução do custo em quase 50%.

i www.cnpq.br



GUSTAVO OLIVEIRA

Em evento no Fórum-Feira, crianças seguram globo terrestre em ato pela paz



A partir da esquerda: Adriana Saldanha, diretora da Caravana do Esporte; José Trajano, diretor de Programação e Jornalismo da ESPN no Brasil; Germán Von Hartenstein, diretor-geral da ESPN no Brasil; e Marie-Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil

Caravana do Esporte de volta à estrada

A ESPN Brasil e o Unicef renovam em 26 de março a parceria para a realização do quarto ano de trabalho da premiada Caravana do Esporte. Nas três primeiras edições, o projeto obteve excelentes resultados como: maior interesse do aluno pela escola e queda na evasão escolar, além da prática de diferentes modalidades esportivas. A iniciativa conta com o apoio de grandes atletas do esporte nacional como Sócrates, Lars Graef, Marta Sobral, Montanaro, Patrícia Medrado e Ida, entre tantos outros. Em 2008, a Caravana do Esporte estará em 13 novas comunidades com a meta de atender mais de 30 mil crianças e jovens e cerca de 3.500 professores, além de trazer uma novidade: a realização de dois fóruns, na cidade de São Paulo e em Salvador.

i www.espn.com.br

Baixada Santista ganha primeiro telecentro de negócios

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano (INDH) inaugurou em 6 de março o Telecentro de Informação e Negócios (TIN), o primeiro do Terceiro Setor da Baixada Santista, reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Na ocasião também foi realizada a entrega das licenças de softwares da Microsoft pelos diretores da Associação Telecentro de Informação e Negócios (ATN) e o lançamento do Selo Nacional "Empresa Amiga do Idoso". O evento contou com a presença de autoridades políticas da região, representantes da Associação Comercial de Santos, do Rotary Club Internacional, da ATN ligado ao MDIC, da Petrobrás e representantes de empresas privadas, sindicatos e entidades sociais.

i Avenida Ana Costa, 178
Vila Belmiro – Santos/SP
www.telecentros.desenvolvimento.gov.br

Novo Telecurso: educação de qualidade para todos

Governadores de estado, representantes dos mais variados setores da economia, da sociedade civil, além de educadores e alunos participaram do lançamento nacional do Novo Telecurso (antigo Telecurso 2000) – iniciativa da Fiesp e da Fundação Roberto Marinho –, que começou a ser exibido pela TV Globo e emissoras educativas em 31 de março. Além de registrar as mais significativas mudanças históricas, geográficas, científicas e tecnológicas, haverá programas sobre as novas disciplinas do currículo do ensino médio, como Filosofia, Artes Plásticas, Música, Teatro e Sociologia, e novos cursos profissionalizantes. Outra novidade é a inclusão de alunos com deficiência auditiva; agora, o Telecurso estará disponível em DVD e terá legendas e Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).

i www.novotelecurso.org.br

Primeiro centro médico móvel do país

O Centro Incubador de Empresas Tecnológicas (Cietec) participou, em 26 de fevereiro, do lançamento do Projeto Centro de Integração de Educação e Saúde (Cies), da Associação Beneficente Ebenezer. A entidade apresentou seu primeiro Centro Médico Móvel Avançado, que reúne até nove especialidades médicas, como cardiologia, urologia, ginecologia e coleta de exames laboratoriais, e é considerado o maior centro de atendimento móvel em um único bloco do mundo, com cerca de 100 m² de área e capacidade para 3.070 atendimentos mensais. Ele atuará como complemento às unidades de saúde existentes e, ao final de cada temporada nas cidades ou bairros, gerará uma análise dos dados epidemiológicos, que podem ser utilizados para melhorar o planejamento da saúde local.

i www.cietec.org.br



Consulta oftalmológica é um dos serviços médicos oferecidos pelo Cies

Brasileiros valorizam empresas socialmente responsáveis

A Market Analysis apresentou no final de março os resultados da pesquisa "Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro", realizada em parceria com o Instituto Akatu e o Instituto Ethos. De acordo com a pesquisa, o consumidor valoriza a parceria de empresas com ONGs, e sabe que tem o poder de influenciar as companhias. É visível também que a larga maioria de líderes e formadores de opinião (65%) é ativa em debater este comportamento das corporações. Entre as áreas sociais que as instituições podem contribuir, os brasileiros elegeram o setor de saúde (28%) e educação (22%) como prioritárias para a melhoria da comunidade.

i www.marketanalysis.com.br



Os atores Caio Blat e Dedina Bernadeli em aula de Sociologia, uma das disciplinas que passaram a fazer parte do novo programa

Boas práticas das redes municipais de ensino

O Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), lançou em março, durante o 3º Fórum Nacional da União dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília, a publicação "Redes de Aprendizagem". A partir de visitas aos 37 municípios analisados, a pesquisa levantou um conjunto de dez boas práticas e ações de aprendizagem comuns que implementadas de modo articulado garantiram a estas redes um desempenho acima da média nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). As redes foram escolhidas com base no cruzamento de informações socioeconômicas dos alunos.

i www.mec.gov.br
www.unicef.org.br



O cantor Ricky Martin, a diretora executiva do Unicef, Ann M. Veneman, e o ator mexicano Diego Luna no painel "Fama como Moeda"

Fórum Poder da Filantropia

Nos dias 11 e 12 de março, foi realizado em Miami, nos EUA, o Fórum Poder da Filantropia, que reuniu os principais líderes empresariais e políticos da região para transmitir a cultura da filantropia individual e coletiva na América Latina. O evento buscou modificar a idéia equivocada de que os latino-americanos não contribuem a causas filantrópicas. Para isso, foram apresentados exemplos de indivíduos e organizações que mostram liderança e iniciativa nesse sentido. Participaram do evento personalidades como: Muhammad Yunus, prêmio Nobel da Paz; Nicholas Negroponete, presidente da fundação One Laptop per Child; Ann M. Veneman, diretora executiva do Unicef; Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna; e Carolyn Curriel, membro da junta editorial do jornal New York Times.

i www.redefinamoselpoderdedar.com

Lucro e sustentabilidade em debate

O primeiro encontro "Lucro x Sustentabilidade", realizado no Rio de Janeiro e organizado pelo Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), evidenciou que os dois conceitos não são opostos. O evento contou com a participação da superintendente do BNDES, Yolanda Ramalho; do secretário do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc; Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace, entre outros, que discutiram temas como: crescimento econômico sustentado e meio ambiente, responsabilidade corporativa, Lei do ICMS verde, e inovações no uso e no reaproveitamento de matérias para novas fontes de energia renovável. Fernando Almeida, presidente executivo do CEBDS, afirmou ainda que pretende levar a discussão sobre sustentabilidade a outras regiões do país, saindo um pouco do eixo Rio-São Paulo.

i www.sustentavel.org.br

Resultados da Conferência de Bali

Foi realizado em 23 de janeiro, na sede da Fiesp, em São Paulo (SP), o primeiro relato público no Brasil sobre os assuntos tratados durante a 13ª Conferência do Clima, realizada em Bali, na Indonésia, entre 3 e 14 de dezembro de 2007. De um lado, estão os países desenvolvidos, signatários do Protocolo de Kyoto, que têm o compromisso de reduzir em 5,2% nas emissões de gases de efeito estufa entre 2008 e 2012 – em Bali, os países europeus insistiram na necessidade de reduzir as emissões para algo entre 25% e 40% até 2020. Também foi enfatizada a importância da cooperação tecnológica entre países ricos e pobres, de modo que os últimos possam crescer sem que isso implique em degradação ambiental.

i www.fiesp.com.br

Salário-mínimo ideal deveria ser de quase R\$ 2.000

O novo salário-mínimo de R\$ 415 é insuficiente para suprir as necessidades dos brasileiros, concluiu um estudo divulgado em março pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que apontou que o salário mínimo deste ano deveria ser superior a R\$ 1.900. Para estipular tal valor, o Dieese utilizou como base uma família com quatro pessoas – dois adultos e duas crianças. O salário-mínimo ideal é aquele em que o custo de três cestas básicas represente 35% dos gastos mensais da família. Os R\$ 415 hoje pagos ao trabalhador brasileiro não são suficientes para comprar nem duas cestas básicas. Também foram levados em conta para o cálculo a variação da inflação durante o último ano e o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB).

i www.dieese.org.br

Feira Internacional de Reabilitação e Acessibilidade

A Feira Internacional de Reabilitação e Acessibilidade (Reintegra) será realizada de 15 a 17 de agosto de 2008, no Riocentro. A expectativa é de que a feira receba cerca de 15 mil visitantes, entre pessoas com deficiências, instituições públicas, organizações privadas, ONGs, profissionais especializados e empresas fornecedoras de serviços e equipamentos para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. A Reintegra é um evento que tem como objetivo apresentar as novidades em serviços, produtos, equipamentos e projetos voltados para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida. Paralelamente, o evento também contará com a realização de diversas atrações culturais, esportivas e educativas, voltadas principalmente para as pessoas com deficiências e para os profissionais que trabalham com a sua reabilitação e acessibilidade.

i www.reintegra.com.br

Mais de 1 milhão de crianças são vítimas de tráfico humano por ano

A cada ano, 1,2 milhão de crianças são vítimas do tráfico de seres humanos, um negócio que, de acordo com a organização Save The Children, movimenta anualmente cerca de 23,5 bilhões de euros. Segundo dados da ONG e da Rede Espanhola contra o Tráfico de Pessoas, entre 40 mil e 50 mil mulheres – provenientes do Marrocos, África Subsaariana, países do Leste Europeu, Brasil e América Central – são vítimas do tráfico de seres humanos. Para combater a exploração infantil, terceiro maior negócio criminoso do mundo, atrás somente do tráfico de drogas e de armas, a organização acredita que é necessário identificar as vítimas, implementar planos de ação que ajudem o menor e dar formação e apoio às autoridades judiciais e policiais. Além disso, a Save The Children aconselha as autoridades a facilitarem a emissão de vistos de residência por razões humanitárias e que as crianças ganhem uma família durante o estudo de uma possível reunificação familiar.

Lançado o programa Territórios da Cidadania

Lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 25 de fevereiro, em Brasília (DF), o programa Territórios da Cidadania visa desenvolver projetos de trabalho e renda, levar infra-estrutura e garantir os direitos básicos de cidadania a moradores de 958 municípios, onde se concentram os maiores bolsões de pobreza do país. O programa conta com um aporte financeiro de R\$ 11,3 bilhões e é fruto de parceria entre 15 ministérios. Todos os investimentos, obras e projetos serão públicos e estarão detalhados no Portal Territórios da Cidadania.

www.territoriosdacidadania.gov.br



Presidente Lula, ministros e autoridades presentes no lançamento do programa Territórios da Cidadania



O representante do Consea Flávio Valente; o diretor de Segurança Alimentar do MDS, Marco Aurélio Loureiro; a coordenadora da Carteira Indígena do MMA, Lylia Galetti; a coordenadora da Carteira Indígena do Maranhão, Sonia Guajajara; e o diretor de Agroextrativismo do MMA, Jorge Zimmermann

Intercâmbio aprimora normas da Carteira Indígena

Durante o "Encontro de Intercâmbio com os Povos Indígenas da Amazônia Legal", realizado entre 20 e 22 de fevereiro, em Brasília (DF), indígenas, governo e sociedade civil discutiram o aprimoramento das Diretrizes e Normas de Funcionamento da Carteira Indígena, ação executada pelo MDS e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Um dos objetivos centrais da revisão do projeto é reforçar a sua natureza de ação estruturante, contribuindo de maneira mais efetiva para a promoção da segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas.

www.mds.gov.br

Ampliação da faixa etária do Bolsa Família

A partir de março, jovens de 16 e 17 anos de famílias atendidas pelo Bolsa Família passaram a receber um benefício variável no valor de R\$ 30, limitado a dois por grupo familiar, acumulado ao valor pago atualmente. A extensão da faixa etária está sendo implantada pelo MDS para evitar que adolescentes acima de 15 anos abandonem a escola, já que pesquisas do Ipea demonstram que alunos de famílias beneficiárias frequentam mais a escola do que aqueles que não são atendidos pelo programa de transferência de renda. Com a expansão da faixa etária, os valores transferidos pelo programa poderão chegar ao máximo de R\$ 172.

www.mds.gov.br

Cumprimento da lei da acessibilidade no Rio

A juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, Marcella Nova Brandão, determinou que em nova audiência, no dia 6 de maio, a União Federal, o Estado e o Município do Rio de Janeiro apresentem as ações em curso, inclusive o cronograma de obras, para a conclusão dos projetos de acessibilidade dos órgãos públicos nas áreas de saúde e educação. A ação civil pública é movida pelo Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) e pelo Ministério Público Federal contra o descumprimento do decreto nº 5.296/04, que regulamenta a lei federal nº 10.098, conhecida como Lei da Acessibilidade.

www.ibdd.org.br

MDS e BID assinam protocolo de cooperação

O ministro do MDS, Patrus Ananias, e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, assinaram um protocolo de cooperação técnica para realização de pesquisas de programas sociais e para uma ação de inclusão social destinada a organizações comunitárias de materiais recicláveis. O documento, assinado em 28 de fevereiro, em Brasília (DF), prevê doação do BID ao MDS no valor de US\$ 1 milhão.

www.iadb.org
www.mds.gov.br



O presidente do BID, Luis Alberto Moreno

Programa Nacional de Alimentação Escolar

O governo federal pretende estender, ainda neste ano, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) para mais de 8 milhões de alunos matriculados no ensino médio – atualmente o Pnae é destinado apenas aos inscritos na educação infantil e no ensino fundamental. Para garantir a merenda aos jovens do ensino médio, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva enviou, para a aprovação no Congresso Nacional, o projeto de lei nº 2.877/08, cujo conteúdo foi elaborado pelos membros do Consea. Segundo o projeto, pelo menos 30% dos componentes da merenda escolar serão adquiridos por meio da agricultura familiar.

www.camara.gov.br

Políticas asseguram direitos das mulheres

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou no dia 5 de março, em Brasília (DF), o 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), a ser executado por 18 órgãos da administração pública federal em parceria com representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O plano tem 91 metas, com 56 prioridades e 394 ações distribuídas em 11 eixos de atuação. Durante o lançamento, Lula sugeriu que os deputados federais destinem emendas que apresentem ao orçamento da União para ações destinadas às mulheres.

i www.presidencia.gov.br/spmulheres



Presidente Lula e autoridades durante evento de comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em que foi lançado o 2º PNPM

Inclusão bancária de beneficiário do Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal assinou no dia 12 de março, durante o evento de comemoração de quatro anos de criação do MDS, termo de compromisso para implantar o Projeto Nacional de Inclusão Bancária de Beneficiários do Programa Bolsa Família. A parceria é um incentivo à abertura de conta Caixa Fácil para aqueles que não possuam conta bancária, dentre os 11 milhões de beneficiários do programa. O projeto também permitirá o acesso ao crédito produtivo e orientado, direcionado aos clientes com perfil empreendedor.

i www.caixa.gov.br
www.mds.gov.br

MDS completa quatro anos e anuncia ampliação das ações sociais

Com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) comemorou no dia 12 de março os seus quatro anos de criação. Durante a solenidade, em Brasília (DF), o presidente e o ministro Patrus Ananias assinaram uma série de cooperações com diversos órgãos do governo federal, instituições de financiamento, estados e organismos internacionais com o objetivo de ampliar a rede de proteção social em implantação no país. Uma das principais finalidades dessas parcerias é proporcionar mais oportunidades aos brasileiros beneficiários dos programas sociais, por meio de iniciativas de geração de trabalho e renda. Nesses quatro anos de existência do MDS, foram investidos R\$ 78,9 bilhões para atender cerca de 58 milhões de pessoas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e transferência de renda. O orçamento passou de R\$ 14,3 bilhões em 2004 para R\$ 24,8 bilhões em 2007. Um bom exemplo é o programa Bolsa Família – carro-chefe do governo Lula e executado pelo MDS –, que vem gerando oportunidades para a população de baixa renda. Com a regularidade do pagamento do benefício, além de alimentos, vestuário infantil e material escolar que, segundo pesquisas realizadas pelo ministério, são as prioridades das famílias para a alocação dos recursos do programa, as famílias também conseguem adquirir bens duráveis – fato inédito para a maioria delas.

i www.mds.gov.br



O ministro Patrus Ananias (MDS) e o presidente do Consea, Renato Maluf, em reunião de 28 de fevereiro

Em busca da construção do Sisan

A Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais, instalada oficialmente em 28 de fevereiro, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), é um dos pilares do processo de construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), cuja execução será feita em regime de colaboração, envolvendo as três esferas de governo e toda a sociedade civil. Com este objetivo, no dia 10 de março o presidente do Consea, Renato S. Maluf, encaminhou um ofício a todos os governadores. Maluf lembrou que “a lei nº 11.346/2006 criou o Sisan, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil, será responsável por implementar medidas e políticas com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada”. Entre as reivindicações estão a criação de lei estadual específica sobre segurança alimentar e nutricional; apoio político e administrativo do Poder Executivo ao funcionamento do Consea do estado; localizar o Conselho Estadual em instância próxima ao Gabinete do Governador; e assegurar ampla participação da sociedade civil nos fóruns e instâncias do órgão.

i www.planalto.gov.br/consea

Lançados editais em segurança alimentar

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou na edição de 31 de janeiro do Diário Oficial da União sete editais destinados a apoiar financeiramente projetos de Segurança Alimentar e Nutricional. Os recursos visam a implantação e ampliação de Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias, e investimentos em Agricultura Urbana e Familiar e Educação Alimentar. O número de habitantes do município é um dos critérios de habilitação para obtenção dos recursos.

i www.mds.gov.br



Ministro Patrus Ananias fala sobre resultados positivos das políticas públicas do MDS durante ato solene em comemoração aos quatro anos do ministério

Wellington Nogueira

Nos quartos e corredores de hospitais, ele é o divertido Dr. Zinho. No dia-a-dia, o fundador dos Doutores da Alegria, uma das mais bem sucedidas ONGs do mundo, é um cidadão consciente de seu papel na sociedade

Por Paula Craveiro



Wellington Nogueira é ator profissional formado pela Academia Americana de Teatro Dramático e Musical de Nova York. Já participou de projetos de teatro, cinema e circo, além de ter integrado o elenco do Clown Care Unit (CCU) – programa pioneiro em levar palhaços profissionais especialmente treinados para visitar crianças hospitalizadas, criado pelo norte-americano Michael Christensen, diretor do Big Apple Circus. Ele é também empreendedor social reconhecido com o *fellowship* da Ashoka e líder Avina na Região Nordeste do Brasil.

Em 1991, ao voltar de seu período de especialização como ator nos Estados Unidos, e inspirado na experiência com o trabalho desenvolvido pelo CCU, Nogueira fundou o programa Doutores da Alegria, que hoje atua em quatro capitais brasileiras e é reconhecido como o mais importante do gênero no mundo.

O trabalho desenvolvido pela organização deu tão certo que, em 2005, inspirou o documentário “Doutores da Alegria – O Filme”, dirigido por Mara Mourão, esposa de Wellington, e vencedor de prêmios em Nova York, Gramado e Monterrey.

Nesta entrevista à **Revista Filantropia**, o ator e empreendedor relembra sua trajetória profissional; o histórico, as conquistas e metas dos Doutores da Alegria; e ainda revela seu posicionamento como cidadão.

Revista Filantropia: *Conte-nos um pouco sobre a história dos Doutores da Alegria, sua origem e o que motivou sua criação.*

Wellington Nogueira: Em 1991, após nove anos de trabalho como ator em Nova York, integrando a Clown Care Unit – lançada em 1986 pelo ator Michael Christensen –, retornei ao Brasil com o sonho de fundar os Doutores da Alegria. E realmente parecia somente um sonho, pois seria preciso criar toda uma infra-estrutura, contratar e treinar atores e obter apoio financeiro. Sem contar com o fato de que colocar um palhaço em um hospital brasileiro era algo completamente novo.

Foi nessa hora que eu, transformado em Dr. Zinho, usei um tratamento infalível contra o desânimo: doses cavalares de bom humor, algumas injeções de ânimo e persistência para esperar os resultados. Os primeiros exames revelaram uma súbita melhora: pessoas certas foram sendo colocadas nos lugares certos, nas horas certas.

Em setembro de 1991, firmei uma parceria com o Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (SP) e, numa iniciativa pioneira, teve início o programa brasileiro, batizado com o nome de Doutores da Alegria. E o trabalho não parou mais de crescer.

Filantropia: *Muitas pessoas já ouviram falar sobre os Doutores da Alegria, mas nem todas têm idéia da real dimensão do que é realizado pelo grupo. Como funciona esse trabalho?*

WN: Prestes a completar 17 anos, os Doutores da Alegria são uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, mantida pelo apoio de empresas e pessoas físicas na forma de patrocínio, parceria e associação. A entidade foi pioneira no país na introdução do teatro em um quarto de hospital. Desde 1991, já visitamos mais de 550 mil crianças e adolescentes hospitalizados, atingindo também cerca de 600 mil familiares e envolvendo mais de 13 mil profissionais de saúde.

Temos também um compromisso com a constância. O trabalho acontece duas vezes por semana nos hospitais parceiros. Para

garantir continuidade e expansão, nossas sedes realizam, quando necessário, processos seletivos, em média a cada dois anos, que são amplamente divulgados.

Filantropia: *Como você conseguiu profissionalizar um projeto inicialmente de cunho social?*

WN: Quando iniciamos as atividades no Brasil, decidimos que o trabalho deveria ser realizado por pessoas cujo ofício fosse o teatro, o circo, ou seja, artistas profissionais. Por se tratar de uma opção, o trabalho não é voluntário. O constante desenvolvimento do artista é a sua subsistência e também a garantia de um trabalho cuidadoso e de qualidade artística, seja para teatro, circo, rua ou hospital. A qualidade artística deve ser a mesma em qualquer lugar.

O trabalho nos Doutores da Alegria exige do artista disponibilidade mínima de 18 horas semanais para as visitas sistemáticas aos hospitais e para o desenvolvimento do seu repertório artístico, que também é aprimorado por meio de cursos técnico e artístico. É um compromisso por um período de um ano que pode se renovar no ano seguinte, dependendo dos compromissos profissionais do artista e de sua adequação ao planejamento da organização.

Filantropia: *No início, houve algum tipo resistência à implantação do projeto, uma vez que ele envolvia a reeducação do médico e demais profissionais ligados à área de saúde?*

WN: Os maiores obstáculos foram em relação à ignorância. Ninguém tinha nenhum tipo de referência ou compreensão de um trabalho de palhaços em caráter profissional, duas vezes por semana, regularmente. Então, percebi que era preciso fazer um “trabalho de formação” com as pessoas, explicar o que era o trabalho e mostrá-lo acontecendo, para que elas pudessem entender e sentir a importância e a força da alegria.

Dessa maneira, também aprendi que os obstáculos acabaram por se tornar

meus melhores recursos! Uma vez estabelecido, o próprio trabalho, por conta de sua continuidade, passou a inspirar os profissionais de saúde a promoverem mudanças em suas posturas e condutas. Um espaço havia sido aberto pela alegria; logo, era preciso habitar esse espaço pela ação.

Esse é, a meu ver, o maior modo de motivação, aquele que vem de dentro de cada pessoa, de sua escolha pessoal, porque ela quer ser melhor para o seu público e seu mundo. É algo que depende apenas dela, é espontâneo. Como resultado desses processos, vimos a área da saúde se mobilizar para criar o programa de humanização hospitalar.

Filantropia: *Além de São Paulo, em quais outros estados o grupo atua? Existem planos de expandir ainda mais sua atuação?*

WN: A organização Doutores da Alegria está presente em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE) e Belo Horizonte (MG) e conta com uma equipe de 21 funcionários e colaboradores nas áreas de pesquisa, formação, gestão, administração e mobilização, além de 60 artistas, dos quais 11 participam também da gestão da ONG. Nossa meta é expandir o trabalho para outras capitais e grandes cidades, nas quais existam hospitais de referência que atendam um elevado número de crianças. Para ser viabilizada, esta iniciativa depende de novos parceiros nessas localidades, pois nossos recursos não crescem proporcionalmente ao aumento da demanda.

Além disso, existem inúmeros grupos pelo Brasil que foram criados a partir da ação dos Doutores da Alegria e que, segundo pesquisa realizada pelo nosso Núcleo de Pesquisa e Formação, trabalham em formatos diferentes. Para atender a essa demanda, lançamos o programa Palhaços em Rede, que oferece toda a orientação de nossa organização para pessoas



Acreditamos que a gestão competente é uma das melhores formas de retribuir a confiança de todos aqueles que acreditam em nossa causa e investem em nosso trabalho

ou grupos selecionados por meio de edital público, ao mesmo tempo em que reforça a identidade de cada um dos participantes. Com isso, compartilhamos nossa metodologia de trabalho desenvolvida por meio da arte do palhaço e, principalmente, consolidamos a causa da alegria aliada à ética e à qualidade das relações que, para nossa organização, são os pilares do trabalho nos hospitais.

Filantropia: Como são realizadas as visitas?

WN: As visitas onde a organização atua segue um trabalho sistemático: a mesma dupla de palhaços visita as crianças de um mesmo hospital duas vezes por semana, seis horas por dia, durante um ano. Partimos da permissão de cada criança, que pode aceitar os visitantes ou não, para construirmos uma história. Assim, acreditamos levar às crianças hospitalizadas o melhor de nosso ofício de palhaços.

As visitas não têm qualquer custo para o hospital ou para os pacientes e suas famílias. Todos os artistas do programa, bem como os profissionais que trabalham nos bastidores e

que dão todo o suporte para que o programa de visitas aconteça com qualidade, são remunerados com recursos provenientes de patrocínio, doações, eventos, publicações, palestras e espetáculos.

Filantropia: Quantos hospitais são visitados mensalmente? Existe algum dado referente ao número de pacientes já atendidos?

WN: No total, são 18 hospitais visitados mensalmente, localizados em quatro capitais onde a organização atua. São oito em São Paulo (SP): Hospital da Criança, Hospital do Grajaú, Hospital do Mandaqui, Instituto da Criança, Hospital Santa Marcelina, Instituto do Tratamento do Câncer Infantil (Itaci), Hospital do Campo Limpo e Hospital Universitário da USP; quatro no Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), Hospital Universitário Pedro Ernesto, Hospital Geral do Bomsucesso e Hospital dos Servidores do Estado; quatro no Recife (PE): Hospital da Restauração, Hospital Barão de Lucena, Hospital das Clínicas e Hospital Oswaldo Cruz; e dois em Belo Horizonte (MG): Santa Casa e Hospital das Clínicas.

Em 2007, realizamos 78.285 visitas nos leitos infantis. Desde a nossa criação, de 2001 até 2007, foram realizadas 550.507 visitas.

Filantropia: Quais os projetos mantidos pelos Doutores da Alegria? Algum deles é desenvolvido em parceria com outras entidades?

WN: Tenho a impressão que agora é que nosso trabalho vai começar de verdade. Esses primeiros anos foram voltados a estabelecer o caminho, e agora temos condições de trilhá-lo com outros colegas, pois temos algo mais consistente e claro. O Programa de Visitas aos Hospitais, o Programa de Formação de Palhaço para Jovens e o Palhaços em Rede são alguns desses exemplos; mas estamos trabalhando com um projeto de Memórias de Pacientes, com metodologia do Museu da Pessoa. Além disso, sou empreendedor Ashoka e líder Avina, o que nos põe em contato com outras organizações e fomenta a possibilidade de novas parcerias.

Filantropia: Como você avalia a evolução dos Doutores da Alegria? Quais as principais conquistas?

WN: Fico muito honrado e feliz com os resultados que alcançamos, mas ainda há muito a ser feito. Definitivamente, a pesquisa sobre o impacto da alegria no hospital abriu o campo para a organização desse conhecimento e sua disseminação, que hoje em dia são nossos eixos estratégicos. Outra conquista é ver esse projeto completar 17 anos e saber que estamos nos transformando, gradualmente, em um centro de referência para formação de bons profissionais e, por último, sermos considerados pelos programas internacionais como o melhor programa do gênero do mundo.

Filantropia: Durante as visitas, certamente vocês se deparam com situações bastante delicadas. Como manter o sorriso nesses momentos? Existe alguma técnica?

WN: Tudo vai depender de como nos disponibilizamos para o momento. Pode realmente não ser o caso de um sorriso, mas o simples fato de estar junto, passando por aquele momento. Ao mesmo tempo, quando estamos caracterizados, existe um enorme senso de propósito que nos leva a agir para solucionar o que se apresenta, integrar e alegrar. Então, nessa hora, também pode acontecer muita coisa que surpreende a todos nós. O mais importante é se entregar ao momento e não querer controlá-lo. Se existe alguma técnica? Existe formação, pois a vida real não tem ensaio e, durante a formação, nos preparamos cada vez mais para os desafios da vida real dos hospitais onde atuamos.

Filantropia: Qual deve ser o perfil de um candidato à equipe dos Doutores da Alegria? E o que é preciso fazer para participar do grupo?

WN: Primeiramente, para participar do processo seletivo para o elenco dos Doutores da Alegria, é necessário ser palhaço profissional com DRT ou ator profissional com DRT e especialização na linguagem do palhaço. Nossas seleções acontecem separadamente em cada uma de nossas sedes, aproximadamente a cada dois anos, e são amplamente divulgadas. Para a seleção dos artistas, existem três etapas: análise de currículos, oficinas e teste prático em hospital.

Os selecionados passam por um período de treinamento de três meses, atuando uma vez por semana em um dos hospitais parceiros dos Doutores da Alegria, sempre acompanhados por um palhaço-treinador. Além disso, participam de um dia semanal de treinamento na sede para aprofundamento da linguagem do palhaço, ajustes de sua





Nós, cidadãos, precisamos aprender a nos envolver mais com a construção desse país. É preciso transformar a crítica em ação

formação artística para o ambiente hospitalar, reforço de conceitos, exploração do universo hospitalar e criação em duplas/trios. E, uma vez por mês, os novos palhaços participam de rodas artísticas junto com os veteranos, para integração do grupo.

Filantropia: *Como é feita a captação de recursos para a manutenção dos trabalhos desenvolvidos pelos Doutores da Alegria?*

WN: Os parceiros dos Doutores estão divididos em empresas e sócio-mantenedores (pessoas físicas). Muitas empresas fazem doações por meio de leis de incentivo. Além desses parceiros, contamos com pessoas que fazem doações de recursos próprios – sem ser por meio das leis e sem deduzir do IR –, e empresas que realizam parcerias eventuais (marketing relacionado à causa).

Pessoas físicas podem fazer uma doação única, tornar-se sócio-mantenedores, visitar nossa loja virtual, assistir aos nossos espetáculos e participar de nossos eventos. Empresas podem adquirir uma das cotas de patrocínio, tornando-se empresa parceira, contratando palestras e intervenções, como o “Riso 9000”, e realizando uma campanha de marketing em parceria com os Doutores da Alegria.

Filantropia: *O que é o Núcleo de Formação e Pesquisa?*

WN: O Núcleo de Formação e Pesquisa (Nufo), anteriormente batizado de Centro de Pesquisa e Desenvolvimento dos Doutores da Alegria, foi criado com o objetivo de compreender o alcance de ações como a nossa, multiplicando nossa visão e aumentando o número de pessoas beneficiadas pelo programa, bem como propiciar aperfeiçoamento para nossos próprios artistas. O Nufo fica na matriz dos Doutores, em São Paulo, e procura agregar artistas e profissionais da área de saúde, possibilitando a ampliação do conhecimento da cultura do palhaço, a sistematização do trabalho nos hospitais e sua relação com o desenvolvimento da saúde.

O Núcleo acredita em um futuro no qual a aproximação entre arte e ciência possa favorecer a criação de outras parcerias tão inusitadas quanto a nossa com os hospitais. A medicina e a área de saúde com um todo

estão preocupadas com a questão da humanização como um passo importante para seu desenvolvimento futuro.

Filantropia: *Há trabalhos científicos que comprovem o efeito terapêutico dos Doutores da Alegria na recuperação dos pacientes?*

WN: O trabalho artístico profissional no ambiente hospitalar vem construindo ao longo desses anos uma parceria bem-sucedida entre artistas e profissionais de saúde. Uma pesquisa realizada pela psicóloga Morgana Masetti, posteriormente transformada no livro *Soluções de palhaço – Transformações na realidade hospitalar*, apontou para alterações importantes em relação às crianças hospitalizadas como: melhora no comportamento e na comunicação; maior colaboração com exames e tratamentos; e diminuição da ansiedade com a internação.

Os efeitos foram relatados tanto pelas próprias crianças quanto por seus familiares e profissionais de saúde. Esses resultados são decorrentes da utilização do humor, de um sistema eficiente de comunicação e de um conjunto específico de valores e crenças sobre a realidade hospitalar.

Revista Filantropia: *Qual sua relação com o médico Patch Adams e seu trabalho nos Estados Unidos?*

WN: Conheci Patch em Nova York em 1989, por meio da Clown Care Unit e até hoje nos correspondemos. É um bom companheiro de jornada e uma “figura humana” por quem tenho muito respeito e admiração. Sempre que nos encontramos, damos boas gargalhadas.

Filantropia: *Qual a relação do Wellington, cidadão, com o Terceiro Setor?*

WN: Total! Desde o princípio, quis que Doutores da Alegria fosse uma ONG para se tornar um patrimônio do Brasil, não meu. Segundo, porque depois de 21 anos de ditadura, numa democracia, somos nós os responsáveis por esse país e acho que muito pode ser feito por meio do trabalho de uma organização, mas, a ONG tem hora para abrir e fechar, já o cidadão funciona 24 horas por dia.

Filantropia: *Quais são suas ideologias pessoais em relação ao desenvolvimento social do país e à melhoria da qualidade de vida da população?*

WN: Embora já tenhamos conquistado muito, acredito que ainda haja muita coisa a ser feita e sei que temos talento e capacidade para isso. Mas é preciso fazer mais, porque estamos lidando com as conseqüências de muitos erros cometidos no passado, como a falta de investimento em educação, cultura e saúde, para promover o desenvolvimento pleno da nação, não apenas o econômico. Também nós, cidadãos, precisamos aprender a nos envolver mais com a construção desse país. É preciso transformar a crítica em ação.

Filantropia: *Você acredita que a falta de profissionalização nas organizações não-governamentais é um entrave para o crescimento do setor social no país?*

WN: Não creio que seja um entrave, mas algo que faz com que demoremos mais para alcançar certos objetivos. Por outro lado, o que é o profissionalizar? Não acho certo uma ONG copiar um modelo empresarial em nome da profissionalização. Acredito que toda organização não-governamental que busca se refinar tem condições de criar novos modelos de gestão, com base na criatividade que desenvolveram, fazendo muito com muito pouco. Temos muito para compartilhar.

Nós, por exemplo, estamos estruturados como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, mas acreditamos que a gestão competente é uma das melhores maneiras de retribuir a confiança de todos aqueles que acreditam em nossa causa e investem em nosso trabalho. Uma ONG gerida seriamente é capaz de fomentar a criação de modelos de gestão pautados pela criatividade e de economia atrelados ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade. 🍷

Números:

- 80 profissionais envolvidos
- 18 hospitais visitados mensalmente em quatro cidades
- 550.507 visitas realizadas

Links

📍 www.doutoresdaalegria.org.br

Terceiro Setor como referência na busca pelo conhecimento

Conhecimentos técnico-científicos e experiências, gerados nas entidades sem fins lucrativos, precisam ser difundidos para beneficiar a população

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



Sempre digo nas palestras que ministro pelo país que o Terceiro Setor não deve só pedir, pois tem muito a ofertar à sociedade. Não me refiro ao dinheiro ou qualquer outro tipo de recurso material, espaço ou mão-de-obra, mas a um patrimônio imaterial: o conhecimento. Sua aplicabilidade deve ser o foco de todos os atores envolvidos no cotidiano de organizações sociais, universidades privadas, associações e instituições de classe – dos gestores aos colaboradores.

O conhecimento referido é todo aquele acumulado durante a existência da instituição ao longo dos trabalhos desenvolvidos, sem distinção de área. Como normalmente contam com o trabalho de profissionais – médicos, dentistas, psicólogos, educadores, ambientalistas, biólogos, assistentes sociais, administradores, contadores, advogados, entre outros –, são capazes de reunir uma série de conhecimentos e conceitos que poderão ser revertidos em benefício à humanidade como um todo.

Mas como as entidades podem canalizar todo esse conhecimento e experiência para atingir a sociedade com ações benéficas? Em primeiro lugar, é necessário organizar e fazer uma triagem daquilo que é considerado essencial para ser transformado em realidade. Em segundo lugar, é preciso definir como trabalhar e onde aplicar esse conhecimento.

Após esses processos é fundamental criar caminhos para divulgar ao maior número possível de pessoas interessadas nessa “enciclopédia” reunida. Publicações científicas impressas ou on-line, de produção própria ou não, além de artigos e entrevistas em veículos de comunicação voltados ao público leigo, são as melhores formas de se chegar a um bom número de profissionais.

O relacionamento com a mídia não-científica pode render mais frutos quando se tem o auxílio de uma agência especializada em assessoria de imprensa ou jornalistas gabaritados. Afinal, o conhecimento científico e a experiência acumulados precisam, muitas vezes, ser traduzidas para a linguagem mais simples possível. Academicismos ficam somente entre os profissionais envolvidos.

As entidades sem fins lucrativos devem “sugar” esse conhecimento e difundi-lo, usando os profissionais não só para a redação técnica descrita há pouco como também proferindo palestras – sejam para leigos ou para a comunidade acadêmica –, sempre em nome da entidade.

Não importa a área de atuação da organização, sempre há conhecimento a ser ofertado e distribuído. Dessa forma, as entidades se tornarão referência para todos

os *stakeholders*. Aliás, referência é a palavra certa, e é o que deve ser buscado.

Iniciativas

A Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) é um exemplo bem acabado de como utilizar as ferramentas da comunicação com conteúdo técnico-científico. A organização edita a *Revista da Abrale*, que traz notícias de saúde e bem-estar, sem deixar de divulgar o conhecimento adquirido por seus profissionais, ao falar dos temas de interesse de seus leitores, com reportagens e artigos que abordam as patologias por eles tratadas, bem como sintomas, cuidados e prevenção.

Já a Associação Paulista de Medicina (APM), assim como dezenas de outras entidades de classe da área da saúde, que também podem ser consideradas pertencentes ao universo do Terceiro Setor, acumula muito conhecimento, com seus mais de 20 mil médicos associados. Atualmente, edita duas revistas científicas: *Revista Diagnóstico & Tratamento*, para atualização médica; e *Revista Paulista de Medicina*, de caráter científico, que traz artigos de todas as especialidades médicas, e é publicada em inglês.

Quem também está no caminho certo é a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), que acabou de lançar o livro *AACD Medicina e Reabilitação – Princípios e Prática*, de Antonio Carlos Fernandes (médico ortopedista pediátrico, diretor clínico da AACD), Alice Conceição Rosa Ramos (médica fisiatra, coordenadora da Reabilitação Infantil da AACD), Maria Eugenia Pebe Casalis (médica fisiatra, coordenadora da Reabilitação Infantil da AACD)

O relacionamento com a mídia não-científica pode render mais frutos quando se tem o auxílio de uma agência especializada em assessoria de imprensa ou jornalistas gabaritados

e Sízínio Kanaan Hebert (médico ortopedista pediátrico no Rio Grande do Sul e membro da Sociedade Brasileira de Pediatria).

A obra traz à tona toda a experiência da entidade no desenvolvimento de trabalhos com seu público-alvo. O conteúdo do livro, que tem quase mil páginas, é composto por temas como técnicas de reabilitação, patologias e especialidades atendidas. O lançamento reforça mais ainda a marca e o trabalho da instituição nas áreas em que trata e reabilita seus pacientes, e tem a chance de se tornar referência de consulta para médicos e demais profissionais que atuam com reabilitação. E as vantagens não param por aí. A instituição receberá parte da renda arrecadada com a venda dos livros.

Como fazer

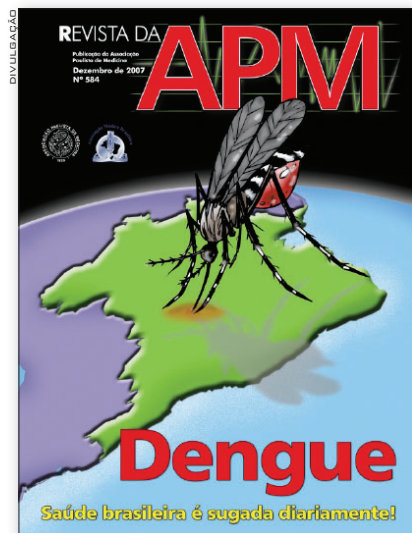
Uma das formas de levar o conhecimento adiante é possuir uma publicação própria – científica ou para o público leigo. Para torná-la realidade, é necessário saber se existirá a possibilidade de obter artigos suficientes para poder produzir a revista e mantê-la com conteúdo atrativo. Além disso, é preciso nomear um Conselho Editorial, que ficará responsável por selecionar os artigos a serem publicados, entre outras ações. Dica: publicá-la somente no formato eletrônico (PDF ou HTML) é uma forma de reduzir os custos e viabilizá-la economicamente.

Para as instituições que não possuem condições suficientes para ter um periódico próprio, a saída é participar de outras publicações, inclusive as não-científicas. Uma instituição que trata de crianças com síndrome de Down,

por exemplo, pode solicitar ao seu profissional que escreva, em nome da entidade, um artigo relatando um caso a uma revista de neurociência (dirigindo-se à comunidade acadêmica e científica) ou a uma revista comum. Pode ir mais longe, participando de programas de rádios ou tevê, explicando ao público em geral como lidar com uma pessoa com necessidades especiais (dirigidos a qualquer pessoa interessada no assunto).

Outro exemplo é quando a região ou o bairro em que a entidade tem sede possui um jornal e/ou revista voltados para aquela comunidade. Essa é a oportunidade para a instituição estreitar laços com o veículo de comunicação, a fim de que seus profissionais possam participar como fontes ativas em reportagens ou na publicação de artigos. Um dentista voluntário pode escrever um artigo sobre dicas de higiene bucal e aproveitar para mencionar o trabalho que a ONG faz pelos dentinhos das crianças que atende. É simples e efetivo.

Hospitais e universidades podem e devem ter publicações científicas com o objetivo de publicar teses e outros trabalhos acadêmicos gerados a partir da própria equipe de trabalho. Afinal, o conhecimento surge tanto da teoria quanto da prática. Essas instituições podem abrir boas possibilidades de se tornar referência ao incentivar e proporcionar a seus profissionais a oportunidade de escrever artigos técnicos e científicos para revistas segmentadas ou textos para leigos (jornais e revistas em geral). No caso das publicações científicas, é



Capa da edição nº 584 (dezembro de 2007) da Revista Paulista de Medicina



Capa do livro AACD Medicina e Reabilitação – Princípios e Prática



Capa da edição nº 4 (março/abril/maio de 2008) da Revista da Abrale

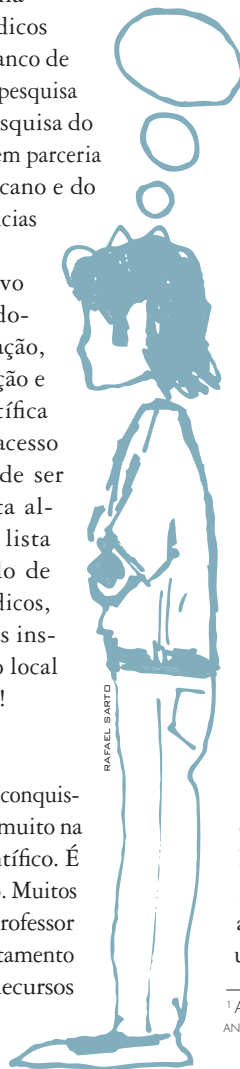
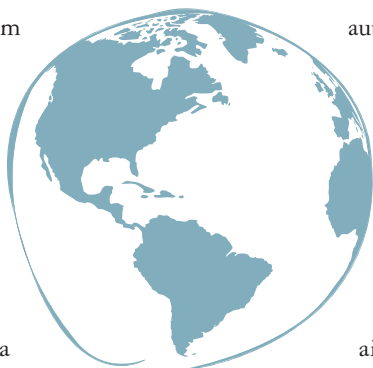
importante dizer que podem chegar a todas as partes do mundo por meio da indexação nos bancos de dados.

A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é um grande exemplo a ser considerado pelas organizações que pretendem ter um periódico. Trata-se de uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Esse banco de dados surgiu de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

O SciELO tem o objetivo de desenvolver uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. O acesso à coleção de periódicos pode ser feito por meio de uma lista alfabética de títulos, de uma lista de assuntos, de um módulo de pesquisa de títulos dos periódicos, por assunto, pelos nomes das instituiçõesadoras e pelo local de publicação. É fascinante!

Avançar é preciso

Mesmo com tudo o que já conquistamos, ainda é preciso avançar muito na difusão do conhecimento científico. É preciso refletir sobre o momento. Muitos já estão fazendo isso, como o professor Mário Aquino Alves, do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da FGV-EAESP,



autor de diversos estudos sobre o Terceiro Setor.

Segundo o acadêmico, em artigo recentemente publicado na revista eletrônica *IntegrAção*, “apesar do predomínio da área na pesquisa sobre organizações sem fins lucrativos, a produção é ainda pequena e, em geral, com qualidade ainda a desejar”.

Para o professor, mesmo com uma positiva predominância de estudos de campo na produção brasileira sobre Terceiro Setor, carece-se de resultados satisfatórios para a “geração de conhecimento de qualidade e que seja apropriado à realidade brasileira”¹.

E vai mais além, ao detectar alguns problemas graves. A diversidade e a qualidade da composição do referencial teórico sobre Terceiro Setor, cujas “citações se concentram em poucos autores e, em especial, em obras de caráter prescritivo. É gritante, por exemplo, o baixo número de citações de artigos acadêmicos nas revisões bibliográficas dos artigos. Isso resulta em uma pobreza conceitual e epistemológica que contamina a maior parte das pesquisas realizadas”.

Essa é uma das mais sóbrias e inteligentes reflexões sobre os problemas da difusão do conhecimento no Terceiro Setor. Creio que os gestores e dirigentes das entidades sem fins lucrativos – e converso com muitos deles – podem se esforçar para mudar essa situação negativa. Não se trata de uma missão intangível, mas de algo real, que pode transformar a vida de milhares de pessoas. Basta cada um fazer sua parte!

¹ ARTIGO NA INTEGRACAO EM: [HTTP://INTEGRACAO.FGVSP.BR/ANOB/03/OPINIAO.HTM](http://integracao.fgvsp.br/ANOB/03/OPINIAO.HTM).

Editora é especializada em publicações científicas

A Zeppelini Editorial, que edita a **Revista Filantropia**, tem larga experiência na produção de publicações científicas e institucionais. Desde 2000 no mercado, a empresa trabalha com mais de 20 títulos diferentes, cada um com seu próprio estilo e regras. Entre eles, importantes periódicos científicos, como a *Revista São Paulo Medical Journal* (existente desde 1932), *Arquivos de Gastroenterologia*, *Revista Paulista de Pediatria*, entre outros. A editora conta com profissionais treinados para revisar e editar as revistas conforme os padrões Vancouver e ABNT, entre outros.

Quando se especializou nessa área, a Zeppelini Editorial escolheu, estrategicamente, ser também a responsável pelos processos de indexações e registros das publicações, ocupando-se de todos os trâmites de indexações no SciELO, Lilacs ou Medline (Bireme). Além disso, presta toda a assessoria necessária nos órgãos burocráticos para o registro de uma publicação – ISSN, ISBN, CBL, entre outros.

A editora dispõe ainda de profissionais qualificados pela Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec) em sua equipe de diagramação e produção editorial, contando com o *know-how* necessário para cuidar da publicação desde o desenvolvimento do projeto gráfico, revisão do texto até a diagramação do mesmo, conforme os padrões de qualidade exigidos.

Zeppelini Editorial

www.zeppelini.com.br

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

ARA-ATUALIZA

Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

Uma conversa ao redor do fogão sobre captação de recursos

“Dois problemas se misturam.

A verdade do Universo e a prestação que vai vencer”

Raul Seixas

Rodrigo Alvarez
rodrigoalvarez@institutoelosbr.org.br



Captação de recursos é uma atividade fundamental e tida pela grande maioria das organizações da sociedade civil como um dos maiores desafios na gestão profissional. Nos últimos anos, tem sido um dos temas de cursos, palestras e seminários mais procurado por profissionais que atuam nessas organizações. Via de regra, as questões que mobilizam essas pessoas a procurarem os cursos são: “Onde eu acho os recursos?”, “Quais são as fontes de financiamento que têm mais recursos?”, “Como chegar a essas fontes?”.

Certamente essas perguntas são importantes para quem está num processo de captação de recursos, mas há outras que estão mais na raiz da questão da sustentabilidade das organizações: “Somos capazes de criar projetos inovadores para enfrentar os problemas que nos propomos a resolver?”, “Nossa equipe é competente o suficiente para conceber e implementar projetos ousados?”, “Nosso conselho está envolvido com a organização, nos ajudando nos caminhos de futuro?”, “Os doadores atuais estão realmente satisfeitos e envolvidos com nossa organização?”. Em outras palavras: “Estamos prontos para captar recursos?”.

Selecionar potenciais parceiros, escrever projetos, fazer visitas a fundações, realizar campanhas com indivíduos, entender das isenções fiscais, criar um banco de dados são certamente atividades fundamentais para o captador de recursos e para a organização. Porém, se a resposta para essa última pergunta for negativa ou evasiva, provavelmente todas as atividades podem nos levar a uma prática artificial.

Não por acaso, o captador de recursos é chamado de “profissional de desenvolvimento institucional”. Justamente porque seu papel é conhecer e procurar intervir em diversas questões do desenvolvimento da organização, já que todas elas refletirão na capacidade dessa organização captar recursos de maneira mais sustentável para sua causa.

Organização e causa


O crescimento avassalador do setor da sociedade civil organizada no Brasil nos últimos anos – cerca de 60% das organizações existentes hoje no país nasceram nos anos de 1990 – e a influência da cooperação internacional e das empresas privadas como parceiros dessas organizações pressionam a que elas tenham uma preocupação quase paranóica para importar conceitos empresariais para o dia-a-dia delas. Hoje, percebemos que isso trouxe um avanço para algumas organizações em termos de planejamento, organização, estrutura, avaliação, resultados etc.

Mas o lado perverso dessa pressão é tentar estabelecer no ambiente social um ritmo apropriado para o ambiente econômico. Em termos de captação de recursos, esse lado perverso se reflete na busca desenfreada por recursos, quando vale mais os interesses da organização do que a causa em si. Essa postura cega os gestores para as reais demandas sociais e faz com que se trabalhe somente em prol das

demandas da própria organização. É quando uma organização da sociedade civil começa a trabalhar mais como uma organização com interesses privados.

No outro extremo, trabalhando em prol da “causa”, um gestor social (ou o captador de recursos) passa a tratar sua atividade de captação de recursos mais como “mobilização” de recursos, em que não há um processo de captar no sentido de atrair ou conquistar, mas de mobilizar, movimentar.

Um (o que capta) parece que trata o interlocutor como objeto, doador, e estabelece, sem querer, uma relação vertical, muitas vezes à base de culpa social. O outro (que mobiliza) trata o interlocutor como sujeito, parceiro, e estabelece uma relação horizontal, à base de envolvimento e responsabilidade. Claro que esses conceitos são teóricos, e não existe certo ou errado nessa história. Na prática, podemos falar a toda hora de mobilização de recursos e praticar o contrário, e vice-versa.

Podemos também oscilar entre os extremos, ou seja, em alguns casos ter uma prática mais captadora e, em outros, mais mobilizadora. O que importa é ficarmos atentos a nossas atitudes e nossos padrões. Pensando nesses conceitos, em nossa organização, predomina mais a prática da captação ou da mobilização? Vamos conversar mais sobre isso? 

FONTES DE PESQUISA:
WWW.CAPTADORES.ORG
WWW.INSTITUTOELOSBR.ORG.BR
WWW.RESOURCEALLIANCE.ORG

Rodrigo Alvarez. Vice-presidente de Desenvolvimento Institucional da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), responsável pela Área de negócios e Mobilização de Recursos do Instituto Elos e Consultor da The Resource Alliance no Brasil.

Descarte que gera recursos

Instituições recebem doação de suprimentos de informática que resultam em recursos e promovem, ainda mais, a inclusão digital

Por Valeuska de Vassimon

Uma ação simples, porém grandiosa, resulta em benefícios cada vez mais significativos para as organizações sociais: a doação de equipamentos de informática. Seja para uma organização pequena, uma instituição criada para lidar com a questão da inclusão digital ou até mesmo um centro que desenvolve parcerias com o governo federal, essa é uma medida bem-vinda e cada vez mais freqüente, que pode ser tomada por pessoas físicas ou grandes empresas.

“Antes, as pessoas chegavam em qualquer dia e horário para doar um computador, porque não tínhamos muita divulgação”, lembra Fagner Victor de Lima, técnico de *hardware* que auxilia no controle de estoque do Comitê para Democratização da Informática (CDI) – entidade que hoje se tornou referência no assunto.

A ONG promove a apropriação social da tecnologia e arrecada, por meio de campanhas anuais e parcerias com grandes empresas – como o Banco Real e a Sul América –, computadores, impressoras, monitores, scanners etc. “Todos os equipamentos recebidos são analisados, limpos e embalados, com destino aos cursos de informática e cidadania de nossas comunidades”, explica Fagner.

O encaminhamento de materiais doados em boas condições de uso para entidades parceiras também é uma ação da ONG Sampa. “Nunca vendemos o material. A maior parte é doada para uma cooperativa do Capão Redondo em que os garotos trabalham com recondicionamento de equipamentos”, conta Maurício Falavigna, diretor executivo da entidade.

No entanto, é comum os equipamentos doados serem utilizados na própria instituição que os recebe. O projeto Arrastão, em São Paulo, acaba de inaugurar a ampliação de seu espaço mobiliado pelas máquinas doadas. “Quando é necessário realizar pequenos reparos e a relação custo-benefício compensa,

encaminhamos os equipamentos para a técnica”, explica Tony Marlon, responsável pela comunicação da instituição.

Se o material doado é danificado e o próprio doador tem consciência da situação, a ONG informa sua comercialização com o fim de reverter o dinheiro para a entidade. O CDI São Paulo, por exemplo, às vezes recebe máquinas praticamente quebradas, que vão direto para os lotes de sucata da instituição. Outro caminho alternativo e que promove a conscientização ambiental é reciclar o material recebido.

O CDI Campinas criou uma Fábrica da Cidadania, um espaço que, além de prestar cursos de montagem e manutenção de microcomputadores, recicla todos os equipamentos usados. “Além da tecnologia social, incentivamos o desenvolvimento cultural por meio da recuperação da estética do aparelho, por exemplo”, explica Kelly Vanessa Kirner, gestora de projetos da organização, que já transformou algumas peças de informática em chaveiros. A instituição chega a receber de três a quatro computadores por semana de pessoas físicas.

Educação e criatividade

Em 2006, durante evento de premiação da campanha dos maiores doadores do CDI São Paulo, o artista plástico Alfredo Muller reutilizou placas de sucata e metal para fazer obras de arte. “Fiz sete ou oito gravuras de peixes que serviram de presente para as empresas doadoras”, afirma o artista, que trabalha com reciclagem há 40 anos e é especialista em marchetaria.

Já a ONG Sampa certa vez trabalhou em um projeto do Metareciclagem – movimento de inclusão digital focado no uso de software para ressuscitar PCs aposentados – em que equipamentos eram recuperados e ganhavam uma nova pintura, adquirindo um visual muito





“Além da tecnologia social, incentivamos o desenvolvimento cultural por meio da recuperação da estética do aparelho”

Kelly Kirner, do CDI Campinas

particular. A experiência foi reproduzida na própria instituição.

A ONG Arrastão ainda não dispõe dessa tecnologia, embora tenha um núcleo de meio-ambiente e espaço suficiente para realizar o processo de reciclagem. No entanto, eles criaram o projeto Aprendendo Hardware, em que peças com pequenos defeitos são matéria-prima para a instrução de jovens quanto à montagem e manutenção de micros, ressaltando o aspecto educativo das doações recebidas.

Também o governo federal, que descarta aproximadamente 300 mil máquinas por ano, tem uma parceria com a ONG Oxigênio para montar centros de recondicionamento de computadores (CRCs) em todo o território nacional. Segundo o diretor da organização, Francisco Dias Barbosa, o objetivo é destinar os bens doados para telecentros, escolas, bibliotecas e projetos de inclusão digital em geral. “Tudo o que recebemos é avaliado por um conselho que tem representantes do CRC, do Ministério do Planejamento, do Trabalho e da Educação.”

A entidade, que recebeu mais de mil máquinas no ano passado, promove cursos que preparam jovens de baixa renda a trabalhar em grandes empresas ou como


autônomos. “Eles aprendem desde abrir um computador até instalar um *software* na máquina”, conta Francisco.

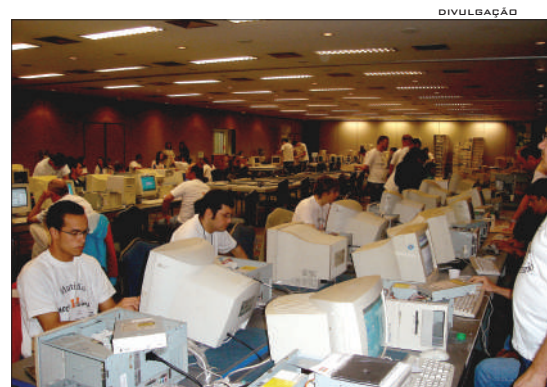
Grandes empresas, grandes doações

A Fundação Itaú Social é uma das grandes doadoras de equipamentos para organizações sociais, seguindo um procedimento bastante detalhado. Luiz Henrique Gomes, da superintendência da fundação, explica que “o apoio a projetos está condicionado à análise da equipe técnica, de acordo com critérios que consideram o enquadramento no nosso foco de atuação, o alinhamento aos valores e princípios da fundação, a abrangência e sustentabilidade do projeto e a disponibilidade de recursos”.

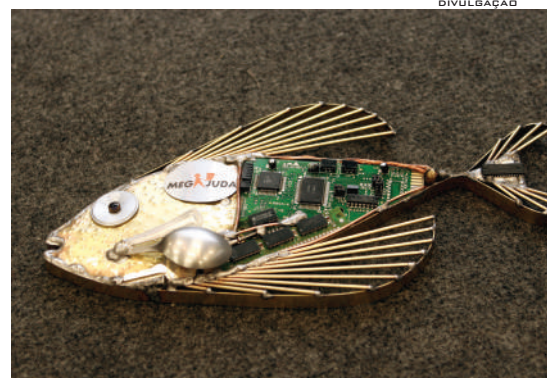
Após um parecer técnico, os projetos enquadrados nessas diretrizes são analisados pelo Comitê de Programas e Patrocínios da fundação, que se reúne mensalmente. Os projetos apoiados recebem acompanhamento dos gerentes locais, que verificam a correta utilização dos recursos entregues.

No ano passado, o Banco Real fez uma doação significativa para o CDI São Paulo. Segundo a assessoria do banco, no projeto de renovação do parque de computadores da empresa, cerca de 5.000 computadores em boas condições de uso foram doados para as escolas apoiadas pela organização social. Com o intuito de promover o desenvolvimento das comunidades por meio da inclusão digital, os próprios funcionários fizeram um mutirão para configurar, instalar programas, limpar e embalar computadores e servidores.

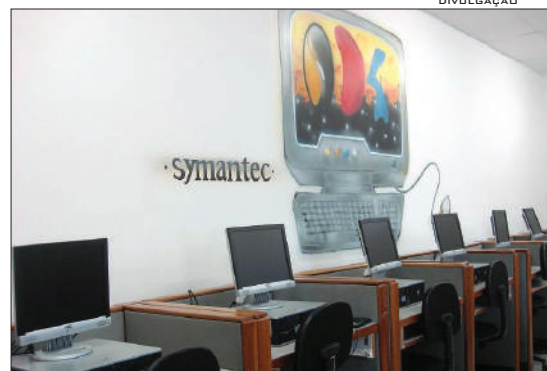
O Banco do Brasil e a Gerdau também fizeram doações, para a unidade do CDI São José dos Campos, segundo Ana Maria Soares, coordenadora regional da entidade. “Só não estimulamos mais doações por não termos espaço para estoque”, afirma ela. 



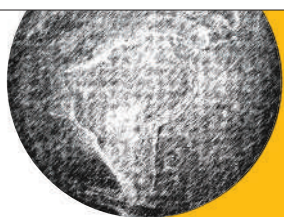
Jovens aprendem a testar e manusear computadores doados para o CDI São Paulo



Obra do artista Alfredo Muller feita com placas de computador



Sala da ONG Arrastão equipada com as novas máquinas doadas em 2007



Nova central de assinantes

Revista

filantropia



(11) 2978-6686

assinaturas@revistafilantropia.com.br

Atualize seus dados pelo site

WWW.REVISTAFILANTROPIA.COM.BR

Análise do decreto nº 6.308/07, que regulamenta o art. 3º da Loas

Para melhor compreender as comparações, entidades devem acompanhar a análise aqui realizada com os textos do referido decreto e da lei em mãos

Sergio Roberto Monello
atendimento@sergiomonello.com.br



Apresento a seguir um profundo exame dos cinco primeiros artigos que compõem o decreto nº 6.308/07¹, publicado no DOU de 17 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) – lei nº 8.742/93².

Art. 1º

Entendo que não haveria necessidade de regulamentação do art. 3º da Loas, visto que está muito bem redigido, com precisão e clareza. No que se refere ao inciso II do parágrafo único do art. 1º do decreto nº 6.308/07, deve ser destacado o fato de que a entidade deve “garantir a universalidade em seu atendimento, independentemente de contraprestação do usuário”.

Este simples fato já garante à entidade beneficente o direito de cobrar por seus serviços daqueles que têm condições de pagar. Além do que, fica indubitavelmente reconhecido o direito das entidades concederem gratuidades parciais em seus serviços.

Art. 2º

Este artigo orienta o modo de organização e constituição das entidades sociais quanto ao seu caráter e seus objetivos institucionais, exigindo delas o cumprimento de suas finalidades essenciais em conformidade com a Loas e as diretrizes e normas emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Analisando os incisos I e II deste artigo, consoante à Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas)³, deve-se entender:

1. **Serviços:** atividades continuadas, definidas no art. 23 da Loas, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade.
2. **Programas:** compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da Loas, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.
3. **Projetos:** definidos nos artigos 25 e 26 da Loas, caracterizam-se como investimentos socioeconômicos nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes

garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas. De acordo com o PNAS, esses projetos integram o nível de proteção social básica, podendo, contudo, voltar-se ainda às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial.

4. **Benefícios:** são dois tipos. a) Benefício de Prestação Continuada: previsto no art. 20 e 21 da Loas, consistindo no repasse de um salário-mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua sobrevivência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo o seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário; b) Benefícios Eventuais: são previstos no artigo 22 da Loas e visam o pagamento de auxílio natalidade ou morte, ou ainda outros que visem atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.
5. **Transferência de renda:** programas que visam o repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos beneficiários como meio de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilida-

de social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento social.

6. **Proteção social:** A proteção social de assistência social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Suas para a redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Em conclusão, a proteção social destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Quanto à educação e à saúde, o art. 2º não se refere a elas de maneira expressa. Portanto, o Estatuto Social da entidade beneficente deve estar plenamente sintonizado com o art. 2º e 3º da Loas, com o art. 2º do decreto nº. 2.536/98 e, conseqüentemente, com os art. 1º e 2º do decreto nº 6.308/07.

Art. 3º

O art. 3º confirma a exigência do art. 9º da Loas quanto à exigência de inscrição da entidade

beneficente de assistência social no Conselho Municipal de Assistência Social (Comas), ou do Distrito Federal. Esta condição é essencial para o encaminhamento de pedido de registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Outrossim, na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, a entidade deverá inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende prestar a assistência social, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades. Se não houver um Comas no município onde pretende desenvolver suas atividades, a entidade deve inscrever-se no Conselho Estadual de Assistência Social.

Foram criadas por esse decreto, duas situações distintas: a inscrição da entidade; e a inscrição dos seus serviços, programas, projetos e benefícios. Se a entidade deixar de ter inscrição no Comas ou no Conselho Estadual, e na falta da inscrição de seus serviços, programas, projetos e benefícios como exigido nesse decreto, entende-se que ficará impedida de requerer seu registro e o Ceas junto ao CNAS; e ainda não poderá ter seu Ceas renovado.

Art. 4º

O objetivo deste artigo é, sem dúvida alguma, a integração das entidades ao Suas.


Art. 5º

As entidades e organizações de assistência social que atuam em mais de

um município ou estado terão o prazo de 12 meses, a contar da publicação deste decreto, para requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios que pretendem desenvolver nos Comas, ou do Distrito Federal. Para tanto, devem apresentar o plano ou relatório de atividades e inscrição no Comas de sua sede ou onde desenvolve suas principais atividades.

Portanto, os serviços, programas, projetos e benefícios que a entidade pretende desenvolver em cada município onde esteja organizada deverá ser o aprovado pelo Comas, ou do Distrito Federal, ou do Conselho do Estado – entendendo-se que este somente é acionado quando da inexistência do Conselho Municipal.

De outro lado, ao requerer inscrição, ao renová-la ou ao fazer sua prestação de contas, entende-se que seria o momento oportuno para o Comas analisar os serviços, programas, projetos e benefícios da entidade, e nunca burocratizar as atividades destas instituições, criando-lhes mais obrigações – visto que já estão cumuladas por tantas outras exigências legais.

Em conclusão, entendo que esta exigência do decreto nº 6.308/07 extrapola o contido no art. 9º da Loas. 

¹ DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL/_ATO2007-2010/2007/Decreto/D6308.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6308.htm).

² DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l8742.htm).

³ APROVADA PELA RESOLUÇÃO CNAS Nº 130, DE 15/7/05.

Sergio Roberto Monello. Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Finanças na ponta do lápis

Entidades do Terceiro Setor que não adotam rigoroso planejamento financeiro-orçamentário correm o risco de se complicar no fechamento das contas

Por Luciano Guimarães

“A única certeza do planejamento é que as coisas nunca ocorrem como foram planejadas”. Exagero? Talvez não. Dita certa vez pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, a frase faz todo o sentido para a atual realidade do Terceiro Setor brasileiro, uma vez que boa parcela das entidades do país – senão a maioria – trata de maneira amadora o planejamento orçamentário. Atitude que pode levar a instituição a uma situação financeira desastrosa.

Em parte, tal circunstância se deve à inexperiência gerencial de muitos dirigentes, que desconhecem os caminhos exatos para colocar um plano em andamento. Decerto, não acham importante profissionalizar o setor responsável por cuidar das contas da entidade. Se é indício de falta de sintonia com os meios e os fins propostos pela entidade, somente um minucioso estudo pode detectar. Além disso, é sabido que existem casos em que os interesses político-financeiros são muito fortes.

Partindo dessas premissas, pode-se dizer que, assim como no mundo dos negócios, as instituições sociais precisam calcular cada passo, principalmente no tocante ao dinheiro que entra e sai de seus cofres, seja ele advindo de recursos públicos ou de doações da iniciativa privada. Fazer um planejamento financeiro-orçamentário é essencial para se tomar decisões sem correr riscos demasiadamente.

“Nas organizações do Terceiro Setor, é comum confundir orçamento com planejamento financeiro e vice-versa”, conta o contabilista João Carlos Benicio, consultor de processos de gestão de ONGs e assessor técnico da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, da Prefeitura de São

Paulo. “No orçamento se supõe o quanto se aplicará de um determinado recurso numa certa atividade. No planejamento financeiro dispõem-se desses recursos para investir numa determinada atividade.”

Mãos a obras

Segundo Benicio, que escreveu um dos capítulos sobre orçamento no livro *Gestão financeira para organizações da sociedade civil*, da Coleção Gestão e Sustentabilidade – parceria entre o Instituto Fonte com o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) e Global Editora –, as entidades devem “elaborar um orçamento para saber quais serão os recursos necessários para a realização de um determinado projeto. O orçamento informa, de modo transparente, a maneira como aplicar os recursos que se visa obter. Esse instrumento serve como norteador da execução financeira institucional.”

Para uma entidade sem fins lucrativos, devem-se estimar primeiramente as fontes de recursos financeiros – principalmente se não houver uma atividade geradora de receitas – para posteriormente efetuar o planejamento das demais atividades a serem desenvolvidas. Um dos pontos de partida para os orçamentos é o dado histórico, que devem ser complementado com as expectativas e necessidades do período que se pretende orçar.

O plano de contas não se prende a períodos, pois deve ater-se à natureza e à função dos recursos disponíveis, assim como as obrigações, fontes e consumo de recursos financeiros, materiais, humanos, tecnológicos, entre outros. A verificação dos recursos disponíveis e consumidos, assim como das obrigações assumidas, é que deve ser periódica. Portanto, o plano de contas não é periódico, mas os relatórios e demais controles, cuja confecção é possível mediante a existência de um plano de contas, sim.

O contabilista Ernesto Dias de Souza, consultor da VerbaNet Legislação Empresarial Informatizada, especializado na área administrativo-contábil e em gestão empresarial, afirma que um relatório de despesas poderá ser semanal, mensal etc., enquanto que um fluxo de caixa poderá ser diário, semanal, quinzenal, mensal, bimensal. Já a definição do período depende da finalidade do controle.

“Para um planejamento de caixa, na fase orçamentária que normalmente fica a cargo da alta gestão da entidade, pode-se trabalhar com períodos anuais. Já a administração do caixa, que costuma ficar sob responsabilidade da tesouraria, deve trabalhar com previsões em períodos mais curtos: trimestrais, mensais, quinzenais, semanais e até mesmo diários, para se identificar a necessidade de caixa no dia-a-dia”, ressalta o consultor.

Para não derrapar

A diretora administrativa da Seteco Consultoria Contábil, contadora Marcia Ruiz Alcazar, lembra que existem entidades sociais que cometem, em seu planejamento, erros de avaliação na hora de direcionar recursos, pois acabam privilegiando algumas áreas em detrimento de outras. “É muito comum encontrarmos estruturas no Terceiro Setor em que as verbas são destinadas exclusivamente para desenvolvimento dos projetos, deixando fora da pauta as áreas de apoio operacional, como administração, contabilidade, TI e recursos humanos”, destaca.

De acordo com ela, vale lembrar que essas áreas são tão importantes quanto as demais, e que toda entidade deve considerar não apenas os custos para o desenvolvimento dos projetos, mas as despesas decorrentes da manutenção da entidade. “Afim, a administração deverá colocar à disposição dos projetos toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades esperadas.”

Controle interno

O orçamento realizado por uma entidade somente terá valor mediante aplicações de métodos de controle interno que possibilitem seu acompanhamento, sua revisão quando necessária e a tomada de decisões diante da identificação de não conformidades. E a controladoria, aliada a uma contabilidade profissionalizada, é fundamental para estabelecer a ordem.

“Em linhas gerais, a controladoria funciona como o ‘centro de decisões’ de uma organização. Esse centro, normalmente, segue o ‘caráter’ institucional. Um exemplo são as organizações que orientam suas decisões a partir de uma profunda análise contábil dos possíveis resultados; outras se orientam pela análise dos resultados financeiros”, explica o contabilista João Carlos Benício.

“Para um leigo pode parecer que falamos da mesma coisa, entretanto, como a diferença entre gestão financeira e gestão contábil é pouco observada na maioria das organizações do Terceiro Setor, fica difícil perceber a importância de um setor como a controladoria para uma ONG. Em parte, é culpa da cultura

criada a respeito do contador, muitas vezes visto como o profissional ‘faz-tudo’ dentro de uma organização”, enfatiza ele.

Segundo a controladora Marcia Ruiz Alcazar, a controladoria apóia-se num sistema de informações e utiliza essencialmente o controle e o processo de planejamento e orçamento. “O objetivo principal é exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial da instituição, garantindo que os objetivos institucionais sejam alcançados”, avalia.

Passados dez anos desde que se iniciou no país um forte movimento pela profissionalização das ONGs, argumenta Benício, é possível afirmar que a maioria que não observou princípios de transparência – na medida em que transparência é evidenciável/demonstrável, contabilmente falando – está tendo muitas dificuldades para se manter.

Principalmente depois dos grandes escândalos que vêm envolvendo as ONGs, a transparência administrativa deve ser regra em todo o Terceiro Setor, pois as entidades devem ser encaradas como bens públicos, a serviço da sociedade. 🌱



Segundo o consultor Ernesto Dias de Souza, o relatório de despesas poderá ser semanal, mensal etc.



Marcia Ruiz Alcazar: a controladoria utiliza essencialmente o controle e o processo de planejamento e orçamento



Para o contabilista João Carlos Benício, a elaboração de um orçamento é importante ao se determinar os recursos necessários para a realização de um projeto

Para se entender melhor o orçamento

É preciso seguir algumas diretrizes

- Em seu projeto global, a organização deve ter definidas as metas e as estratégias das ações a serem realizadas para atingir seu objetivo.
- A organização deve ter claro que orçamento é produto de intensos debates entre o sonho e a realidade, ou seja, ajuste entre o desejável e o possível.
- A organização precisa ter clareza dos recursos necessários.
- O orçamento do projeto nem sempre é o orçamento da organização.
- O orçamento será o espelho das atividades relacionadas na sua estratégia de ação.
- O orçamento é um instrumento útil quando:
 - a) é elaborado com a mesma intensidade do desejo;
 - b) é aceito como um instrumento de orientação;
 - c) é respeitado em seus limites; e
 - d) é revisto periodicamente.

Siga os mandamentos

- Ser transparente.
- Definir metas.
- Discutir estratégias.
- Ter clareza das necessidades.

- Ter equilíbrio entre o desejado e o possível.
- Aceitar os limites na utilização dos recursos.
- Aceitar o orçamento como instrumento de orientação.
- Fazer revisões periódicas.

Flexibilidade: receitas e despesas

- O orçamento deve detalhar quais serão as receitas e despesas da entidade dentro de períodos futuros.
- Podem ser divididos em: despesas, receitas e caixa (fluxo de caixa projetado) dentro de um período de 12 meses, orçando totais para cada mês.
- Todos os níveis da empresa devem ser envolvidos neste trabalho. A fase orçamentária tem relação direta com o momento no tempo em que o orçamento está sendo desenvolvido e conseqüentemente recebe versões/cenários que para a mesma informação a ser orçada estabeleceram valores diferentes.
- Os cenários/versões mais comuns são: dados históricos; cenário inicial; revisões; e cenário final – sendo este último a versão aprovada, que será utilizada para acompanhamento orçamentário.

Fontes: João Carlos Benício, no livro *Gestão financeira para organizações da sociedade civil*, e Marcia Ruiz Alcazar.

Maio

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) – 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em abril/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de abril/08
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em março/08
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência abril/08 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
9	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência abril/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa e também contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em abril/08
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/4/08
20	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/08
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/5/08
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em março/08
	PJ Simplificadas	Entrega da DIPJ, relativa ao ano-calendário 2007, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo Simples
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em abril/08. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	IRPF – 2ª quota	Pagamento da 2ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2007, acrescida de juro de 1%

Junho

Dia	Obrigação	Fato gerador
6	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência maio/08, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) – 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em maio/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de maio/08
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em maio/08
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês de maio
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência maio/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa e também contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
13	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/5/08
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência maio/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/08
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/5/08
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio/08
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em maio/08. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	DIPJ	Entrega da DIPJ, relativa ao ano-calendário 2007, pelas pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado e também as isentas e isentas
	IRPF – 3ª quota	Pagamento da 3ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2007 acrescida de juro de 1%

Tabelas práticas

Contribuições previdenciárias (INSS)

1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até	-	-	
-	R\$ 868,29	8%	8%	
R\$ 868,30	R\$ 1.447,14	9%	9%	
R\$ 1.447,15	R\$ 2.894,28	11%	11%	
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 868,29	8%	12%	20%
R\$ 868,30	R\$ 1.447,14	9%	12%	21%
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição				
4 – Salário-mínimo				
Período		Valor		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
abril/06 a março/07		R\$ 350		
abril/07 a fevereiro/08		R\$ 380		
a partir de março/08		R\$ 415		
5 – Salário-família				
Remuneração		Valor		
até R\$ 435,56		R\$ 22,34		
de R\$ 435,56 até R\$ 654,67		R\$ 15,74		
IR – Fonte e Carnê Leão (2007)				
Base de cálculo mensal		Alíquota	Parcela a deduzir	
até R\$ 1.372,81		-	isento	
acima de R\$ 1.372,82 até R\$ 2.743,25		15%	R\$ 205,92	
acima de R\$ 2.743,25		27,50%	R\$ 548,82	

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 137,99 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.372,81 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

*Tabelas sujeitas a alterações.

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



O que são precatórios?

Em linhas gerais, o precatório representa uma requisição judicial de pagamento, no qual a Fazenda Pública, condenada em processo judicial transitado em julgado, deve realizar a parte vencedora. Após o julgamento definitivo da lide, ocasião em que não se admite mais recursos, o processo entra na fase executória. O juiz envia um ofício ao presidente do Tribunal de Justiça (TJ) que exige à Fazenda a inclusão desses valores no orçamento, de maneira a possibilitar o seu pagamento. As requisições de pagamento recebidas até 1º de julho de um ano são atualizadas nesta data e incluídas na proposta orçamentária do ano seguinte. Já os precatórios autuados após esta data são inscritos na proposta orçamentária subsequente. Cada precatório possui uma conta para depósito judicial, na qual são creditados os valores correspondentes. O prazo para depósito dos precatórios inscritos é 31 de dezembro do ano em que foi orçado. Uma vez disponibilizado o montante, o juiz da execução determinará a expedição do alvará de levantamento, permitindo o saque pelo beneficiário. Todavia, o Tribunal procede primeiramente ao pagamento de créditos alimentares, em detrimento dos créditos comuns. Proveitoso esclarecer que mudanças significativas ocorreram após o exercício financeiro de 2000, em virtude da emenda constitucional nº 30/2000, que modificou redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescentou o art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que separaram os débitos judiciais em duas espécies: precatórios (PRC) e requisição de pequeno valor (RPV) – até 60 salários mínimos.

Qual a diferença entre entidades de atendimento e assessoramento?

O decreto nº 6.308/07, em seu art. 2º, estabelece que as entidades de assistência social podem ser: a) de atendimento: prestam de maneira continuada, permanente e planejada serviços e programas que beneficiam a proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias em situações de vulnerabilidade social; b) de assessoramento: que também prestam serviços de modo continuado, porém, executam atividades e programas voltados ao fortalecimento dos movimentos sociais, organizando usuários, formando e capacitando lideranças, dirigidos ao público da assistência social; c) de defesa e garantia de direitos: prestam serviços contínuos para o público da assistência social, priorizando a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, promovendo a cidadania, enfrentando as desigualdades sociais e articulando com órgãos públicos de defesa de direitos.

Qual a diferença entre OS e Oscip?

Organização social (OS) é uma qualificação outorgada pela administração pública a uma entidade sem fins lucrativos, que exerce atividades de interesse público. Esse título possibilita à organização receber recursos orçamentários, após ser firmado um contrato de gestão. A lei federal nº 9.637/98 estabelece que o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sociais sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, elencando, ainda, os requisitos para tal outorga. A Legislação Federal representa apenas um modelo às demais esferas (municipal e estadual), portanto, cada ente pode legislar a respeito dos serviços que entenderem necessários. De outro lado, temos a figura das organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), instituída pela lei nº 9.790/99, a qual teve por escopo regulamentar o regime jurídico entre as entidades assim denominadas e o poder público, para a celebração de convênios. A lei que rege as Oscips nasceu com poucos benefícios, entretanto, com o passar do tempo eles foram estendidos (isenção e dedução de IR, nos moldes das entidades declaradas como de Utilidade Pública Federal, doação de mercadorias apreendidas pela Secretaria da Receita Federal, doação de bens móveis da União considerados antieconômicos e irre recuperáveis etc.). Os dirigentes estatutários de uma Oscip podem ser remunerados, cabendo esta decisão aos associados, bem como o estabelecimento dos limites financeiros para tal. É vedada apenas a remuneração de funcionários públicos que eventualmente venham a participar do conselho ou diretoria. Deveras, uma vez que a titulação de Oscip não pode ser cumulativa à Declaração de Utilidade Pública Federal, a opção pela certificação de Oscip importa, automaticamente, na renúncia da Declaração de Utilidade Pública Federal – o que, por sua vez, importa na exclusão do registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como perda do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas). Afinal, a Declaração de Utilidade Pública Federal é requisito indispensável para conquista e manutenção do Ceas.

Uma entidade sem fins lucrativos pode contratar um menor aprendiz?

As leis nº 10.097/2000 e nº 11.180/2005, o decreto nº 5.598/2005, a CLT e a Constituição Federal amparam juridicamente essa modalidade especial de contrato de trabalho, em que a empresa/entidade se compromete a assegurar formação técnico-profissional e o aprendiz, a realizar as tarefas necessárias à sua formação. O art. 8º do decreto nº 5.598/2005 delimita as entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, dentre elas, no inciso III, demonstra a possibilidade das “entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”. Todavia, as entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de modo a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados. Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com o Ministério da Educação, proceder à avaliação da competência das entidades promotoras dos programas de aprendizagem. Os cursos de aprendizagem não poderão ser estipulados por tempo superior a dois anos (CLT, art. 428, parágrafo 3º) e a jornada de trabalho será de seis horas, afastada qualquer possibilidade de prorrogação e compensação de jornada – exceto aos menores aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, e se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica, podendo ter uma jornada de oito horas (CLT, art. 432, parágrafo 3º). A Carteira de Trabalho e Previdência Social do menor aprendiz deverá ser anotada, sendo o salário-mínimo/hora a base do salário-mínimo fixado em lei, observadas cláusulas convencionais. O depósito do FGTS será somente no percentual de 2% da remuneração paga ou devida no mês anterior (lei nº 8.036/90, art. 15, parágrafo 7º).

Portadores de necessidades especiais possuem estabilidade se demitidos sem justa causa?

A lei nº 8.213/91 determina às empresas com cem ou mais funcionários que preencham de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, com a observância da seguinte proporção: a) de 100 a 200 empregados, 2%; b) de 201 a 500, 3%; c) 501 a 1.000, 4%; d) de 1.001 ou mais, 5%. O conteúdo do art. 93, parágrafo 1º, deixa claro que essa garantia não gera direitos individuais e, sim, a proteção a um grupo específico de trabalhadores. Todavia, a dispensa desse trabalhador, ao final de contrato por prazo determinado, ou mesmo a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, se dará somente após a contratação de substituto semelhante. Ressaltamos que não se trata de uma estabilidade ao trabalhador com necessidades especiais. Contudo, para que a dispensa seja válida, a empresa deverá contratar previamente um substituto ou comprovar que a dispensa não prejudica o sistema de cota imposto pela lei.

PUBLIQUE SEU BALANÇO SOCIAL

com quem entende de

TERCEIRO SETOR E RESPONSABILIDADE SOCIAL



- ◆ Redação e análise de dados
- ◆ Modelo Ibase e Ethos
- ◆ Criação e diagramação
- ◆ Impressão e distribuição

SOLICITE UM ORÇAMENTO:

(11) 2978-6686

zeppelini@zeppelini.com.br

ZEPPELIN
editorial

editora responsável pela

Revista
filantropia

www.zeppelini.com.br

PL para Fundação Estatal

O projeto de lei complementar nº 92/07 tem por escopo regulamentar o inciso XIX, do art. 37, da Constituição Federal, definindo as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público. Se aprovado, o governo poderá, mediante lei específica, autorizar a instituição de fundação sem fins lucrativos, integrante da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público ou privado, para desempenhar atividades estatais não exclusivas do Estado, nas áreas da saúde, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar do servidor público, comunicação social e promoção do turismo nacional.

i www.camara.gov.br

Prestação de contas

As entidades declaradas como de Utilidade Pública Federal tem até 30 de abril para prestar contas ao Ministério da Justiça. Através da portaria SNJ nº 24, de 11 de outubro de 2007, a prestação de contas, a partir de 2008, deva ser realizada pelo Sistema de Prestação de Contas Anual – CNEs/MJ. O uso do sistema prevê a primeira etapa, que se refere ao cadastro do responsável e dos dados básicos da entidade, e a segunda etapa, na qual a entidade terá acesso ao sistema de prestação de contas. Ressalta-se, ainda, que as Oscips têm prazo diferenciado, devendo apresentar sua prestação de contas anual até 30 de junho.

i www.mj.gov.br

Perícia médica

Para fazer jus à aposentadoria por invalidez, é necessária a prova de que a doença do empregado teve origem no ambiente de trabalho e que a prestação de serviço deixou o empregado incapacitado para o trabalho, total ou parcialmente, por meio da perícia médica. Com base nessa premissa, a 3ª Câmara Cível do TJ de Mato Grosso, por unanimidade, negou provimento ao recurso interposto por uma atendente de enfermagem que tentou, sem êxito, reverter decisão de primeira instância que indeferiu o pedido de tutela antecipada a fim de que ela passasse a receber aposentadoria por invalidez. O relator do recurso, desembargador Evandro Stábile, afirmou que, como a perícia médica não proferiu parecer favorável à agravante, a decisão monocrática deveria ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

i www.tj.mt.gov.br



Férias

As entidades sem fins lucrativos que trabalham com mão-de-obra contratada devem se precaver para evitar o pagamento de férias de seus colaboradores quando esses voltarem do intervalo. O acerto deve ocorrer com antecedência mínima de dois dias de seu início, como dispõe o art. 145 da CLT, a fim de propiciar ao empregado condições reais de descanso e lazer com antecipação da sua remuneração, acrescida de um terço. A quitação feita após o período de descanso atrai a penalidade do art. 137 da CLT, porque, nesse caso, fica frustrada a finalidade da lei.

i www.trt.gov.br

Tributos na educação

Somente as receitas auferidas pelas instituições educacionais que gozam da imunidade estabelecida pela lei nº 9.532/97, relativas às atividades que lhe são próprias, conforme comando do art. 14 da medida provisória nº 2.158-35/2001, e que não impliquem em nenhuma contraprestação, são refratárias à Cofins e à contribuição para o PIS/Pasep. É o que consta na Solução de Divergência Cosit nº 3/2008. As demais receitas, tais como aquelas relacionadas com mensalidades e matrículas devidas pelos cursos que estas oferecem ou venham a oferecer, isto é, que impliquem em contraprestação, estão ao alcance da tributação da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep.

i www.receita.fazenda.gov.br

Atenção à mão-de-obra 1

As entidades que contam com mão-de-obra contratada precisam ficar atentas. O empregado que pede demissão não tem direito à redução de duas horas na jornada de trabalho, durante o período de cumprimento do aviso prévio, a qual tem por objetivo principal proporcionar ao empregado tempo para que possa encontrar uma nova colocação no mercado de trabalho. Quando o empregado pede demissão, acredita-se que ele já tenha obtido novo emprego e, portanto, não há porque falar em redução da jornada, pois esta só ocorre quando o aviso prévio é dado pelo empregador.

Atenção à mão-de-obra 2

No pedido de demissão, via de regra, o empregador tem interesse em que o empregado fique trabalhando normalmente durante o tempo do aviso prévio, a fim de que possa encontrar alguém para substituí-lo. Desse modo, a redução de duas horas diárias na jornada de trabalho, de acordo com o art. 488 da CLT, é obrigatória somente quando o empregador resolver pôr fim ao contrato, pois, nesta hipótese, o empregado precisa de tempo para procurar um novo emprego, sem prejuízo de seu salário integral. O empregado dispensado poderá optar por trabalhar sem a redução das duas horas diárias, caso em que ficará legalmente autorizado a faltar ao serviço por sete dias corridos, sem prejuízo do salário integral.

i www.iob.com.br

Problemas com documentos

Nada mais inoportuno quando acontece extravio, deterioração ou destruição de livros, fichas, documentos ou papéis de interesse da escrituração. Quando essa situação acontece, a pessoa jurídica deve publicar, em jornal de grande circulação do local de seu estabelecimento, aviso concernente ao fato e dar minuciosa informação, dentro de 48 horas, ao órgão competente do registro do comércio, remetendo cópia da comunicação ao órgão competente da Receita Federal de sua jurisdição. A legalização de novos livros só será providenciada depois de observada a determinação supracitada.

i www.receita.fazenda.gov.br



Isenção de tributos

O projeto de lei nº 2.399/2007, de autoria do deputado Alexandre Silveira (PPS-MG), isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os computadores, aparelhos de televisão e celulares vendidos para os consumidores que possuem deficiência visual e auditiva. Os aparelhos de televisão devem ter o recurso *closed caption* (legenda oculta). Os celulares devem enviar e receber mensagens, e os computadores, ter recurso tecnológico que possibilite o acesso de deficientes aos programas e à internet. Se quiser vender o produto às pessoas não-deficientes antes de transcorridos quatro anos, o comprador deverá pagar o imposto anteriormente dispensado. A proposta mantém, no entanto, os direitos de crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos.

 www.camara.gov.br

Cursos para órfãos

Os adolescentes que vivem em abrigos poderão ser beneficiados com o direito de se matricular em cursos profissionalizantes e fazerem estágios em órgãos governamentais ou empresas privadas, além de freqüentarem o ensino regular. É o que poderá acontecer se a Câmara Federal aprovar o projeto de lei nº 2.475/07, do deputado Walter Brito Neto (PRB-PB). A matrícula será de responsabilidade dos diretores das instituições responsáveis pelos adolescentes e a vaga deverá ser garantida pelas escolas e empresas que ofereçam o estágio. O projeto ainda determina o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/90.

 www.camara.gov.br

Cadastramento no PIS

A 5ª Turma do TRT-MG deu provimento à ação determinando que uma empresa realize o cadastramento no PIS, no prazo de dez dias, de trabalhador contratado, sob pena de ser obrigada a pagar indenização substitutiva do seguro-desemprego, nos termos do art. 186 do Código Civil Brasileiro. A Turma entendeu que como o acordo reconhece a existência da relação de emprego na função de trabalhador rural, com anotação do contrato de trabalho na CTPS, bem como a entrega do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e das guias para levantamento de FGTS e seguro-desemprego, o cadastramento do empregado no PIS (condição essencial para que o ex-empregado receba o seguro-desemprego) constitui mera consequência do contrato de trabalho reconhecido.

 www.trt.gov.br

Imposto de Renda

O projeto de lei nº 2.183/2007, do deputado Manato (PDT-ES), autoriza o contribuinte, pessoa física, a deduzir da renda bruta anual, para efeito de cálculo do Imposto de Renda, todas as suas despesas com tarifas e juros bancários. Para tanto, o projeto exige que os bancos forneçam extrato anual com o valor consolidado dessas despesas. Segundo a proposta, o não-cumprimento da medida será punido com multa de dez vezes o valor das tarifas e juros pagos, que serão revertidos em favor do contribuinte prejudicado. A medida altera a lei nº 9.250/95, que trata do Imposto de Renda da pessoa física.

 www.camara.gov.br

Previdência

Não há incidência de contribuição previdenciária sobre a multa de 40% e nem sobre o saldo de FGTS devidos em decorrência de sentença ou acordo judicial, já que ambas são parcelas de natureza indenizatória. É este o teor da orientação jurisprudencial nº 4, das Turmas da 3ª Região, aplicada em julgamento recente pela 3ª Turma do TRT-MG. O relator, desembargador Bolívar Viegas Peixoto, deu provimento parcial ao recurso da empresa para determinar a não incidência de INSS sobre a parcela deferida a título de FGTS e sobre a multa de 40% devida em razão da dispensa sem justa causa.

 www.trt.gov.br

Vagas garantidas 1

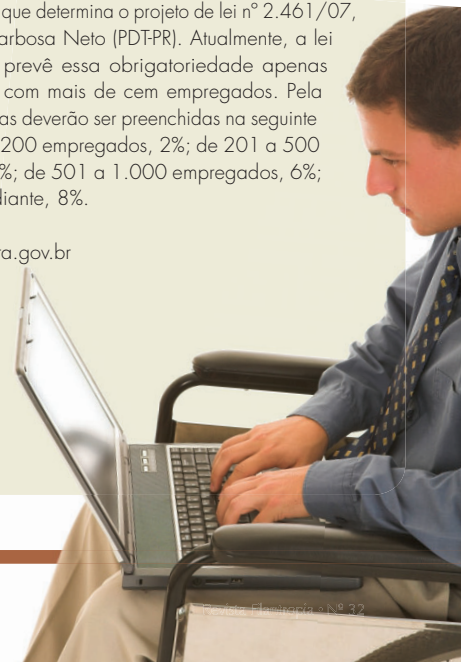
Dois candidatos com deficiência garantiram classificação dentro do número de vagas oferecidas no concurso público para procurador federal de segunda categoria. Eles tiveram mandado de segurança concedido pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça para alterar a posição que assumiram na lista geral de candidatos aprovados e classificados. Eles alegaram que o edital do concurso ofereceu 272 vagas, sendo 14 destinadas a portadores de deficiência. Como foram aprovados em 3º e 4º lugares entre os deficientes, pediram, no mandado de segurança, que fossem colocados na classificação geral em 60º e 80º lugares. O relator, Ministro Arnaldo Esteves Lima, entendeu que a lista geral de aprovados e classificados no concurso, quando há candidatos com deficiência, não deve ser elaborada apenas com base na nota final. Deve refletir fielmente a ordem em que ocorrerão as nomeações.

 www.stj.gov.br

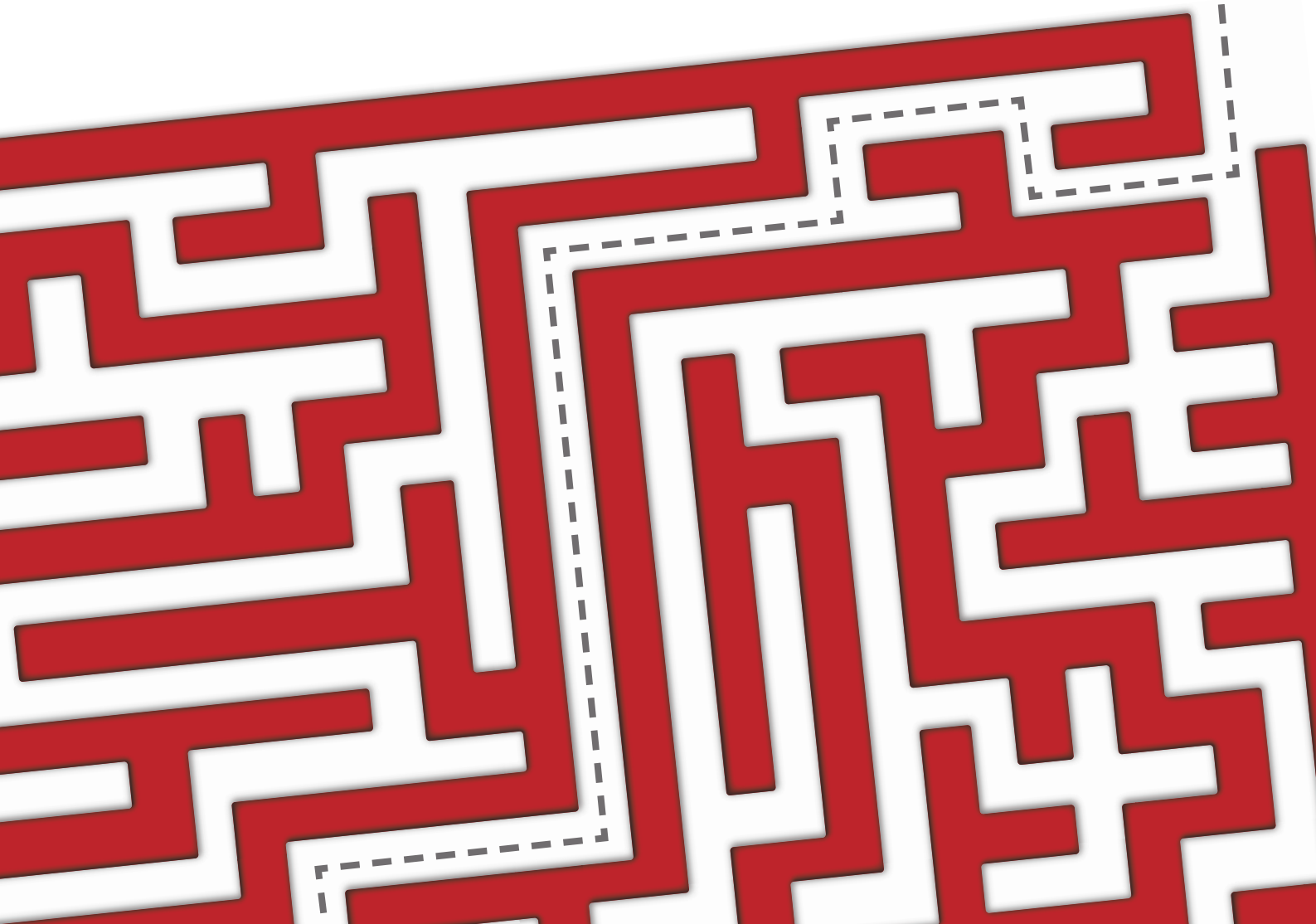
Vagas garantidas 2

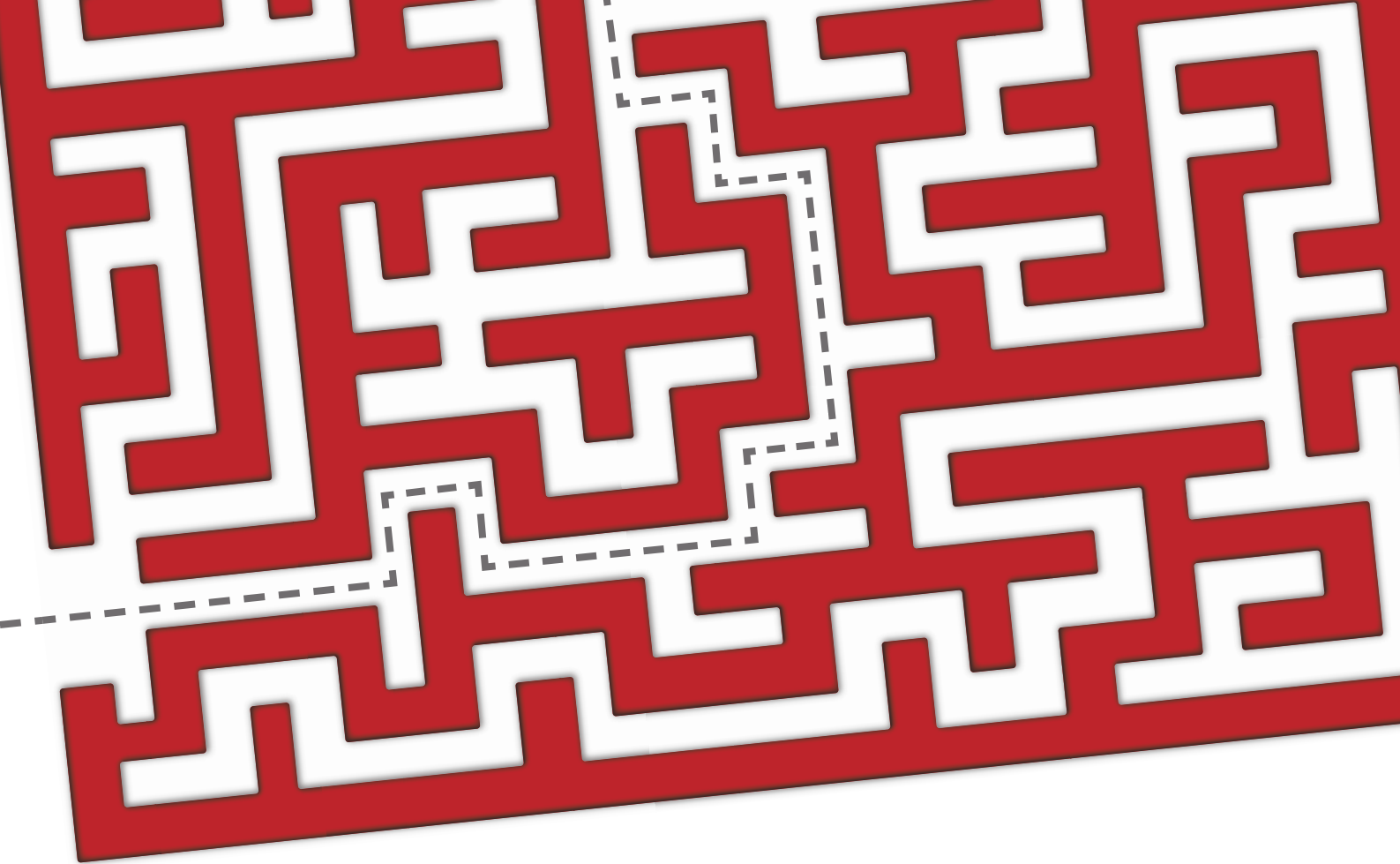
As empresas com 30 funcionários ou mais terão de destinar entre 2% e 10% de seus cargos a pessoas com deficiência ou reabilitadas. É o que determina o projeto de lei nº 2.461/07, do deputado Barbosa Neto (PDT-PR). Atualmente, a lei nº 8.213/91 prevê essa obrigatoriedade apenas para empresas com mais de cem empregados. Pela proposta, as cotas deverão ser preenchidas na seguinte proporção: até 200 empregados, 2%; de 201 a 500 empregados, 4%; de 501 a 1.000 empregados, 6%; de 1.001 em diante, 8%.

 www.camara.gov.br



Novas regras para certificações sociais





Operação policial e novo projeto de lei alteram regras para obtenção de documentos essenciais e exigem atenção ainda maior das entidades beneficentes, que já se enrolavam no momento de fazer as solicitações

Por Luciano Guimarães

Registros, títulos, normas, declarações e certificações são cinco palavras que estão entre as mais mencionadas pelos gestores do Terceiro Setor. As entidades sem fins lucrativos passam toda a sua existência buscando se adequar a regras e a respeitá-las, quando conseguem atender suas exigências.

Não se pode negar, é verdade, que os requisitos são muitos e complexos, mas trata-se de uma burocracia positiva, uma vez que a maioria das organizações – segundo a legislação em que se encaixam – recebe recursos públicos e/ou privados e goza de isenções fiscais.

Assim, o caminho para a obtenção desses documentos é tranqüilo para as instituições que conseguem obedecer aos parâmetros, mas se torna tortuoso e cheio de barreiras para entidades descuidadas com o ajuntamento de toda a papelada e informações necessárias para o cumprimento das requisições.

Tanto o poder público, representado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, quanto a iniciativa privada, formada pelas empresas – que promovem doações e abrem suas próprias fundações, em muitos casos –, concordam que a falta de cuidados na hora do levantamento das informações econômico-contábeis prejudica os planos das entidades.

Infelizmente, o Brasil é um país onde não há uma cultura muito arraigada de documentar as atividades realizadas, mediante a elaboração de relatórios e a correta escrituração contábil. Esse costume de não dar importância à documentação das atividades e às estatísticas é um problema permanente na rotina de trabalho dos órgãos públicos em relação às entidades.

Quando são detectadas falhas na documentação e/ou erros de informação, no momento de um pedido de concessão ou de renovação,

a papelada é devolvida à entidade, e esta terá até 30 dias para completar o que falta. Ao receber de volta a documentação, a instituição tem como válida a primeira data de protocolo. Atualmente, o tempo médio de espera para o registro está em torno de três anos.

A esse lado negativo do Terceiro Setor nacional, alia-se o fato de não existir um tempo de espera determinado para a obtenção de registros, títulos, declarações e certificados, e geralmente ocorrem atrasos. No fim, é possível dizer que a atual situação é fruto da semente plantada no passado, pela introdução da cultura oral trazida pelos colonizadores portugueses, na qual o registro escrito não fazia parte do nosso dia-a-dia.

Para as entidades sem fins lucrativos, que atuam nos mais diversos segmentos e focam os mais variados públicos, tempo é crucial. Tudo vai depender, é claro, da qualidade do material enviado ao CNAS, instituição pública que, por sinal, passará por várias mudanças em seu funcionamento e atribuições, após

ser revelado, em março, a existência de um esquema fraudulento de liberações de registros, com envolvimento de funcionários e diretores do conselho (*leia mais nesta edição*).

O tipo de manutenção e de renovação também é variável e há muitas regras a seguir. O aspecto da manutenção é bem complexo e envolve o cumprimento de uma série de exigências, variando em cada caso específico, devendo ser analisado minuciosamente para evitar más interpretações.

“No caso do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas), a renovação é processada a cada três anos; já as Oscips precisam prestar conta anualmente ao Ministério da Justiça, que emite certificado de regularidade; as Organizações Sociais (OS), por sua vez, devem seguir os Contratos de Gestão específicos”, explica o advogado Marcos Biasioli, membro do Conselho Editorial da **Revista Filantropia** e sócio da M. Biasioli Advogados, escritório especializado em Terceiro Setor.

Na outra ponta, há os Conselhos de Assistência Social e da Criança e Adolescente, que geralmente exigem validação anual. As legislações (Estados e municípios) possuem diferenças entre si. E as exigências não param por aí: ainda há requisitos para validação, que envolvem cláusulas do Estatuto Social e de outros documentos, por exemplo.

As mudanças operacionais e o aumento de pessoal no CNAS, ocorridos em 2005, ampliaram em cerca de 50% o número de processos julgados. Hoje, o conselho julga entre 4.000 e 5.000 processos por ano. As entidades podem colaborar com a celeridade, oferecendo



“Muitas entidades ignoram a potencialidade que a contabilidade tem de prestar informações para a sua gestão”

Ernesto Dias de Souza, consultor da VerbaNet

relatórios dentro dos parâmetros fornecidos pelo CNAS, evitando diligências e aumento do volume de processos decididos.

O Terceiro Setor, que vem se profissionalizando nos últimos anos, vive o mesmo dilema que as empresas passam através dos tempos, segundo o qual construir uma imagem é difícil; mantê-la, trabalhosa; mas perdê-la é a coisa mais fácil do mundo.

Pormenores da contabilidade

As falhas encontradas pelo CNAS e pelos demais órgãos públicos na documentação e nas informações contábeis entregues pelas entidades é um mau sintoma que precisa ser tratado com remédio forte, o mais rápido possível. Sim, pois a profissionalização do Terceiro Setor só avançará a passos largos quando os mínimos detalhes forem considerados importantes. Afinal, as instituições sem fins lucrativos também estão sujeitas a tropeçar nas pequenas pedras.

As entidades precisam cumprir várias etapas em cada processo de obtenção de registro ou certificado. Elas devem formalizar o pedido de concessão/renovação, acompanhado de toda documentação que a legislação requer, de maneira que a papelada venha acompanhada de toda informação que a norma já exige, como:

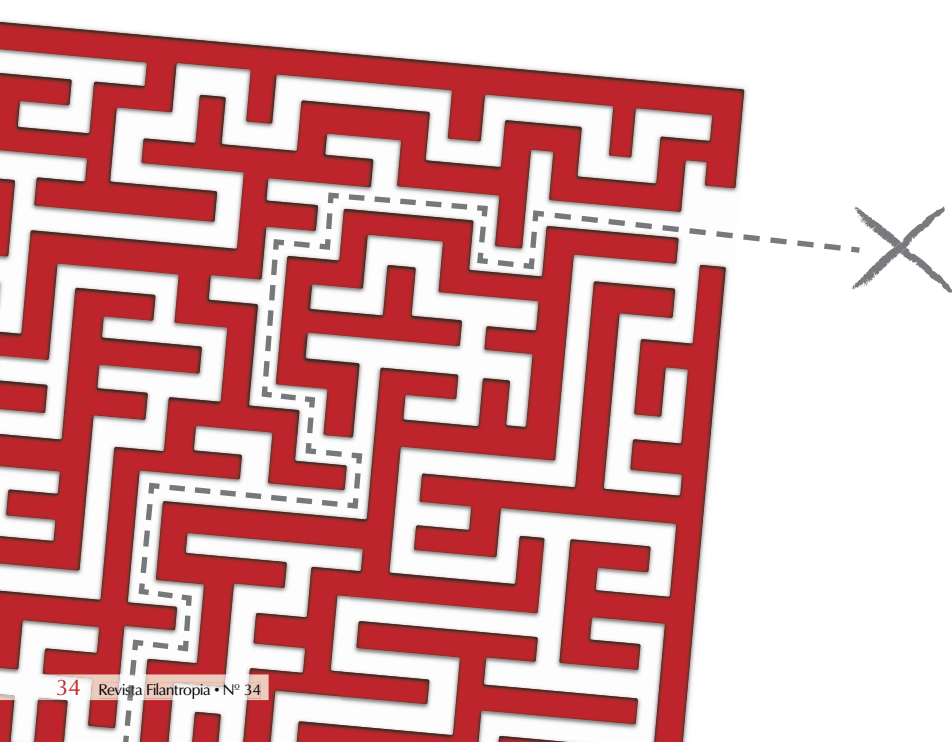
redação mínima estatutária; relatórios de atividades claros e objetivos, com informações quantitativas e qualitativas; peças contábeis com dados analíticos e essenciais, tais como valor de gratuidade por área de atuação e isenções sociais usufruídas.

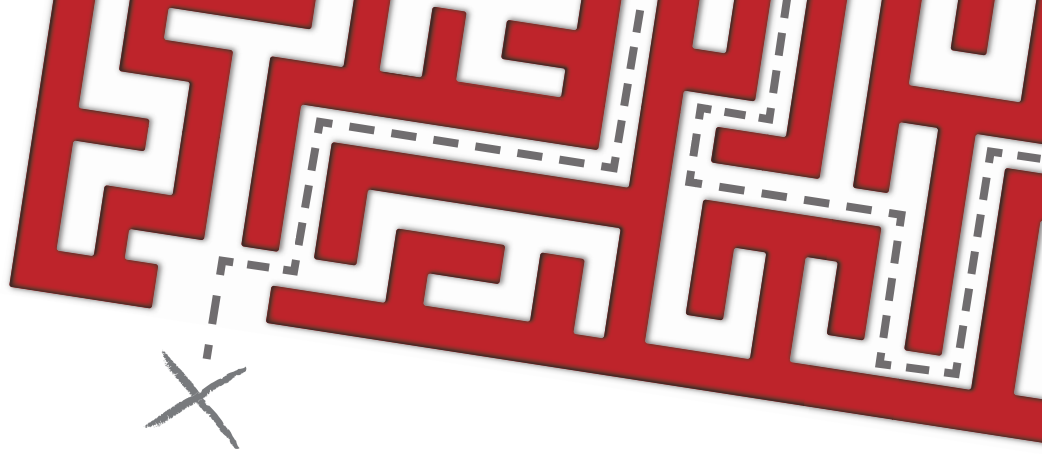
A contabilidade pode colaborar à medida que observa e registra as informações mínimas necessárias, próprias das instituições sem fins lucrativos, nos termos da NBC T 10.19 (Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica). As peças contábeis comprovarão o cumprimento de grande parte dos requisitos necessários à obtenção do Ceas.

“Muitas entidades ignoram a potencialidade que a contabilidade tem de prestar informações para a sua gestão. Incluem-se aí as informações socioeconômicas, que podem abrir as portas para parceiros, investidores e participações em projetos duradouros, mas invariavelmente esses são deixados de lado”, avalia o contador Ernesto Dias de Souza, consultor da VerbaNet Legislação Empresarial Informatizada, especializado em contabilidade, análise de balanços e legislação societária.

Segundo ele, além da dificuldade quanto à adequação dos honorários, tem-se, ainda, a peculiar desorganização dos dados, documentos e informações fornecidos ao contabilista pelos gestores das entidades, o que não é diferente na atividade empresarial. Para uma contabilidade ser processada com segurança e confiabilidade, avalia Souza, é necessário que haja organização, o que implica em disciplina no processamento dos documentos, mediante a implantação de um fluxo diário de informações, bem como um cronograma previamente definido, de acordo com o volume e tipos de documentos processados.

“Em função disso, o contabilista que presta serviço às entidades poderia aguçar o interesse dos gestores pela informação contábil, oferecendo serviços diferenciados, como demonstrações contábeis analisadas que contenham indicadores de variação de receitas, de despesas, gastos específicos, liquidez etc.”, argumenta o consultor. “Todavia, ainda é restrito o número de profissionais habituados ao trato com entidades sem fins lucrativos.”





Descoberta de fraude no CNAS redesenha cenário do TS no país

Com essa o Terceiro Setor brasileiro não contava: a Polícia Federal deflagrou a chamada Operação Fariseu, que prendeu no dia 13 de março seis acusados de participar de um esquema que obtinha de maneira fraudulenta os Certificados de Entidade de Assistência Social (Ceas) para empresas que, na verdade, não tinham objetivos filantrópicos, mas usavam o título com objetivo de burlar o Fisco. A PF investiga a participação de cerca de 60 entidades.

A ação da PF cumpriu mandados de busca e apreensão no Distrito Federal, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Segundo as investigações, que começaram em 2004, estão envolvidos conselheiros do CNAS que concediam os Ceas fraudulentos em troca de propina. Entre os principais crimes praticados pelo grupo estão a corrupção ativa e passiva, advocacia administrativa e o tráfico de influência.

O então presidente do conselho, Silvio Iung, que continua sob investigação, afastou-se do cargo e foi substituído interinamente por Simone Aparecida Albuquerque, até que a PF conclua esse trabalho. De acordo com reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, a investigação da PF revelou que, com o

Ceas, as empresas conquistavam a isenção de impostos e contribuições sociais, entre outros tributos. As entidades, em sua maioria hospitais e escolas, obtinham irregularmente o certificado e deixavam de pagar impostos mesmo não cumprindo as exigências para ter direito ao benefício.

Os envolvidos iam ainda mais longe, combinando voto e fazendo *lobby* para que, nas reuniões do CNAS, fossem analisados os processos de seus interesses. De acordo com a investigação, só eram levadas à votação casos em que havia certeza de vitória. A investigação da PF mostrou que as fraudes geraram enormes prejuízos aos cofres públicos, pois hospitais e instituições de ensino de grande porte deixaram de recolher milhões em tributos.

Lado bom

Se por um lado o estouro dessa notícia sobre as fraudes no CNAS caiu como uma bomba no colo das autoridades que lidam com o Terceiro Setor – significando um revés temporário em seu desenvolvimento no país –, por outro pode ser o início de um movimento de renovação no modelo de concessão de registros, certificados e títulos, entre outros documentos.

Há muitos aspectos no conselho que precisam ser redefinidos, como afirmado pela presidente interina Simone Aparecida Albuquerque, de que o papel do CNAS está sendo desvirtuado, pois não caberiam ao órgão as atividades de gestão, administração ou de certificação e fiscalização das entidades beneficentes de assistência social. Simone tem a mesma posição de outros membros do governo, como a secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ana Ligia Gomes, e o diretor do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame.

Assim que a Operação Fariseu da PF foi noticiada, o governo federal se movimentou para amenizar os estragos. Sem perder tempo, enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei nº 3.021/08 que modifica as regras para conceder a certificação de entidade beneficente. A proposta altera fundamentalmente a maneira de fiscalização das entidades beneficiadas, além de regular os procedimentos de isenção para a contribuição de seguridade social. Com isso, os processos de entidades vinculadas à saúde, educação e assistência social serão analisados no âmbito dos seus respectivos ministérios (*leia mais nesta edição*).

Com o PL correndo no Congresso Nacional, os integrantes do Conselho, durante reunião ordinária realizada no dia 14 de abril, decidiram suspender a Eleição dos Representantes da Sociedade Civil no CNAS e adiar, por até 90 dias, a Assembléia de Eleição, prevista anteriormente para o dia 17 de abril.



A delegada da Polícia Federal Valquíria Souza Andrade e o ministro Luiz Marinho durante entrevista coletiva sobre a Operação Fariseu, no dia 13 de março

Links

www.mds.gov.br/cnas

PL nº 3.021/2008 traz novas regras para entidades beneficentes

O projeto de lei nº 3.021/2008, que disciplina a certificação de entidades beneficentes de assistência social e traz uma nova perspectiva para o Terceiro Setor, está sendo analisado pela Câmara dos Deputados. Apresentada pelo governo, a proposta prevê os casos em que entidades privadas sem fins lucrativos poderão estar isentas das contribuições sociais. O objetivo é acelerar as concessões do certificado, ao mesmo tempo em que a fiscalização é intensificada pelo poder público.

Conforme os anseios demonstrados por representantes do Ministério e do CNAS, o PL insere uma nova regra, passando do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para outras áreas governamentais a avaliação das entidades e a concessão dos certificados. Dessa maneira, o Ministério da Saúde avaliará hospitais e entidades afins; o Ministério da Educação vai lidar com instituições de ensino; e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome avaliará entidades de assistência social. Espera-se que o desmembramento das avaliações faça cair de três a quatro anos para apenas um o tempo de um processo solicitado ao poder público.

Segundo o advogado Marcos Biasioli, especializado em Terceiro Setor, doadores buscam confiabilidade para motivá-los a doar. “De igual sorte, o Estado, que por lei somente pode partilhar o recurso derivado do orçamento público àquelas iniciativas que

comunguem com o seu papel constitucional de tutelar o povo – dentro de uma transparência e regramento –, não tem dado muitos exemplos neste contexto.”

Preferência na contratação

Para fazer jus ao certificado na área de saúde, 60% dos atendimentos e internações da entidade terão de ser realizados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas entidades terão preferência na contratação pelo Sistema quando houver demanda de serviços além da capacidade instalada em serviços públicos. Estudos, capacitação e pesquisas de interesse público poderão contar na prestação de contas dessas entidades, para atingirem o total de isenções garantidas a instituições beneficentes.

Pelo PL, as entidades de educação e de assistência social que quiserem o título deverão aplicar 20% de sua receita bruta em serviços prestados de maneira gratuita. No caso das instituições de ensino, devem ser oferecidas bolsas de estudo integral na proporção de um para cada nove alunos pagantes, e bolsas parciais de 50%, complementares para o alcance do percentual mínimo exigido. Essas bolsas devem atender a alunos cuja renda familiar não exceda a um salário-mínimo e meio, para as bolsas integrais, ou três salários-mínimos, para bolsas de 50%.

Para instituições de ensino superior vale a mesma regra, mas a regulamentação específica para entidades beneficentes nessa

área continuará definida pela lei nº 11.096/05, que regula o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Assistência social

Para as entidades de assistência e promoção social, valem as regras já estabelecidas pela lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Elas precisam estar inscritas no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social e integrar o cadastro nacional de entidades e organizações da área.

Em todos os casos, não pode haver discriminação na prestação de serviços, nem ser restrita a associados ou grupos. Também é preciso comprovar atividades nos 12 meses anteriores ao pedido no setor de atuação, já seguindo as novas regras, exceto em áreas com necessidade urgente ou entidades criadas para fins específicos de prestação de serviços sociais.

Caso sejam constatadas irregularidades, o certificado poderá ser cancelado mesmo dentro do prazo de validade, que foi alterado de três anos para o máximo de três anos – sendo que a maioria dos prestadores, como hospitais e escolas, poderá ser reavaliada ano a ano. A Receita Federal será responsável pelas isenções e pelo cancelamento da cobrança de impostos.

O ministro da Previdência, Luiz Marinho, acha importante que os parlamentares apresentem emenda para regulamentar a compensação financeira ao seu ministério por causa da isenção da contribuição previdenciária do empregador dada às entidades filantrópicas. “O projeto é bem-vindo porque servirá para identificar as entidades de assistência social que atuam com seriedade”, argumenta.


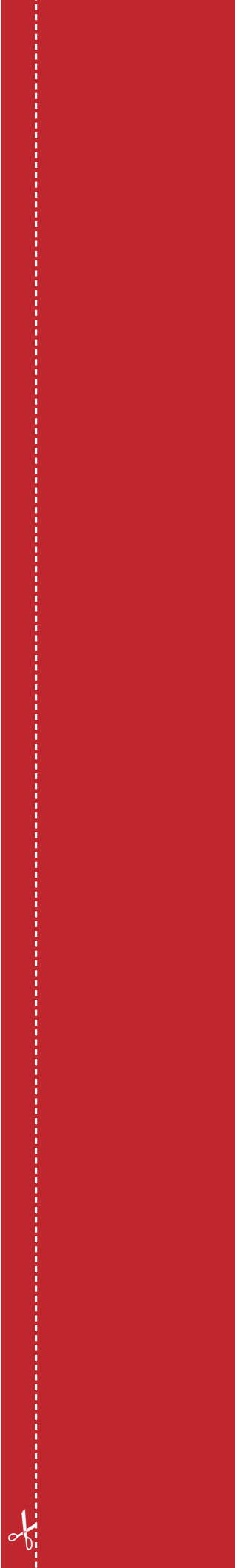
Até o fechamento desta edição, o PL passaria ainda pela análise das comissões de Educação e Cultura; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. É possível acompanhar a tramitação do PL no site da Câmara dos Deputados. ☺



O ministro Luiz Marinho (gravata vermelha) e a presidente interina do CNAS, Simone Albuquerque, participam de audiência na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, no dia 3 de abril, que analisou o PL nº 3.021/2008

Links

www.camara.gov.br/internet/sileg/prop_detalhe.asp?id=387129



Manual para obtenção e
manutenção de registros, títulos,
declarações e certificações públicas
pelas entidades do Terceiro Setor

1. Reconhecimentos de Utilidade Pública

Nesse cenário, para que a instituição adquira caminhos perenes de sustentabilidade, deverá peregrinar pela busca de reconhecimentos de utilidade pública na seara pública, beneficiando-se da repartição do orçamento público por meio de seus atores que, via de regra, compõe o Poder Executivo.

A seguir, se delineiam alguns dos reconhecimentos necessários para que as entidades que almejam fomentar suas atividades por meio dos aludidos recursos.

a) Utilidade Pública Municipal

Apesar de não ser obrigatório para a obtenção do reconhecimento de Utilidade Pública Federal, o reconhecimento municipal pode ser concedido às associações ou fundações legalmente constituídas, que possuem comprovadamente missões de promoção humana. O reconhecimento no âmbito municipal é feito mediante decreto do Poder Executivo, por meio da Câmara de Vereadores, que elabora e aprova o projeto de lei, respeitados os requisitos legais para o seu encaminhamento.

b) Utilidade Pública Estadual

Para obter este reconhecimento, é necessário verificar a legislação pertinente de cada estado específico. Após o envio dos documentos peculiares, o processo se inicia quando o parlamentar protocola o projeto de lei perante a Assembléia Legislativa do Estado em que está radicada a sede da entidade regularmente constituída, mediante os documentos comprobatórios. Tudo se assemelha ao processo de âmbito municipal, em que o projeto de lei é submetido a diversas comissões, que emitem seu parecer sobre o pedido. Aprovado nas Comissões e em Plenário, o PL segue para apreciação e sanção do Poder Executivo, quando então será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE).

c) Utilidade Pública Federal

O reconhecimento de Utilidade Pública Federal é emitido pelo Ministério da Justiça, mediante a apresentação de peculiares e precisos documentos de comprovado serviço em prol à comunidade que atua. Para solicitá-lo, a entidade deve encaminhar o requerimento por carta registrada/sedex ou protocolo (este entregue pessoalmente) nos endereços do Ministério da Justiça. O reconhecimento federal tem validade de apenas um ano, sendo que todos os anos novos documentos probatórios deverão

ser submetidos ao crivo do referido ministério, agora de modo eletrônico, para se assegurar a prorrogação do reconhecimento de utilidade pública.

d) Certificado de Entidade de Assistência Social (Ceas)

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) –, como órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da administração pública federal, responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros são nomeados pelo presidente da República.

Dentre outras funções, implementadas pela lei daquele colegiado, o CNAS tem a missão de promover o reconhecimento das entidades sociais como beneficentes, traduzindo tal reconhecimento no Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas). A entidade portadora de tal certificado passa a ter condições para requerer benefícios concedidos pelo poder público federal, dentro de sua área de atuação. Destaca-se também a isenção das contribuições previdenciárias.

A relação dos documentos necessários à formalização do processo está fixada no art. 4º da resolução CNAS nº 177, de 10 de agosto de 2000. E o decreto nº 2.536/98 dispõe sobre as regras para a concessão ou renovação do Ceas pelo CNAS.

Entretanto, esse cenário apresenta-se um tanto quanto conturbado, devido aos últimos acontecimentos envolvendo funcionários e diretores do CNAS, bem como em decorrência do projeto de lei nº 3.021/2008, que prevê diversas mudanças no que tange a presente certificação. Em verdade, se aprovado o projeto, teremos basicamente as seguintes nuances:

Existem pontos positivos e outros negativos. Os positivos podem ser traduzidos no estabelecimento de critérios claros, mesmo porque, nada mais apropriado do que o respectivo ministério conceder tal certificação, uma vez que detêm maior conhecimento sobre a área de atuação. Contudo, alguns requisitos do projeto serão objeto de discussão, como o tempo de validade dos certificados, a exigência de diversos CNPJs, segregando as atividades sociais, entre outros.

e) Organizações Sociais (OS)

De acordo com a lei nº 9.637/98, o Poder

Público poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos na referida lei.

Essa qualificação possibilita à organização receber recursos orçamentários, por meio de Contrato de Gestão, instrumento firmado com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas acima relacionadas. A Legislação Federal que institui a figura da OS representa apenas um modelo às demais esferas (municipal e estadual). Portanto, cada ente pode legislar a respeito dos serviços que entenderem necessários.

f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)

A qualificação de entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) foi instituída pela lei nº 9.790/99, a qual teve por escopo regulamentar um novo regime jurídico para instituições assim denominadas e os procedimentos para a celebração de convênios perante o poder público. Apesar de a lei que rege as Oscips ter nascido com poucos benefícios, com o passar do tempo eles foram estendidos, representando uma série de benefícios, inclusive os de natureza fiscal. Para que a entidade seja qualificada como Oscip, deverá enviar solicitação formal ao Ministério da Justiça, órgão expedidor de tal certificação.

2. Recursos oriundos do orçamento público

São recursos de natureza pública, derivados de orçamento do poder municipal, estadual ou da União. A repartição desse orçamento público, quando designados às entidades, pode ser destinada por meio de subvenções sociais, Termo de Parceria, Contratos administrativos e convênios. Existe, ainda, o Termo de Cooperação que, embora não envolva a transferência de recurso, possibilita um regime de cooperação mútua.

a) Subvenções sociais

Consistem em transferência de recursos, que independe de lei específica, a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial – serviços essenciais de assistência social, médica, educacional ou cultural – sem finalidade lucrativa,

Decreto nº 2.536/98		PL nº 3.021/2008
Responsabilidade	Compete ao CNAS julgar a qualidade de entidade beneficente de assistência social	Compete a cada Ministério específico conceder a certificação às entidades: 1- Ministério da Saúde, quanto às entidades da área de saúde 2- Ministério da Educação, quanto às entidades educacionais 3- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quanto às entidades de assistência social
Solicitação	Funcionamento nos três anos anteriores à solicitação do certificado	Cumprimento dos requisitos, durante os primeiros 12 meses, contidos nos 16 meses que antecederem ao do requerimento
Fiscalização	Qualquer conselheiro do CNAS, os órgãos específicos dos Ministérios da Justiça, da Previdência e da Assistência Social, o INSS, a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda ou o Ministério Público	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Exigência 1	* Não há correspondência	Se a entidade atuar em áreas diversas, há obrigatoriedade de criação de um CNPJ para cada pessoa jurídica, sendo que cada uma delas deverá apresentar seu próprio requerimento para certificação ao Ministério responsável
Renovação	A cada três anos	Anualmente
Exigência 2	* Não há correspondência	Certificados que expirarem no prazo de doze meses, a partir da publicação da lei, ficam prorrogados por 12 meses, cumprido os requisitos da mesma
Saúde		
Gratuidade	60% de atendimento ao SUS em internações realizadas, medida por paciente/dia	* Manteve
Complementação de gratuidade	100% se o percentual de atendimento ao SUS for inferior a 30% 50% de redução no percentual de aplicação em gratuidade, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 30% 75% de redução no percentual de aplicação em gratuidade, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 50% ou se completar o quantitativo das internações hospitalares, medido por paciente/dia, com atendimentos gratuitos devidamente informados por meio de CIH, não financiados pelo SUS ou por qualquer outra fonte	20% se o percentual de atendimento ao SUS for inferior a 30% 10% se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior 30% e inferior 50% 5% se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 50%, ou se completar o quantitativo das internações hospitalares, medido por paciente/dia, com atendimentos gratuitos devidamente informados, não financiados pelo SUS ou por qualquer outra fonte
Educação		
Gratuidade	20% da receita bruta Montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruída	* Manteve
Exigência	Auditagem desobrigada para renda inferior a R\$ 1,2 milhões	Publicação das demonstrações financeiras, com o parecer do conselho fiscal ou órgão similar
Complementação de gratuidade	Resolução CNAS nº 177/2000: fala em gratuidade integral e parciais, sem delimitar percentuais Lei nº 11.096/2005 (Prouni): fala em bolsas de 50% e 25% IN MPS nº 03/2005: traz no bojo de seu formulário (anexo XVII) "outros percentuais de bolsa"	Bolsa de estudos integrais: 1 a cada 9 alunos pagantes – destinada a alunos com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio Bolsas de estudos parciais: 50% quando necessário para o alcance do percentual mínimo exigido – destinado a alunos com renda familiar per capita de até três salários-mínimos
Compensação de gratuidade	* Não há correspondência	As entidades de educação que não apliquem em gratuidade o percentual mínimo poderão, mediante justificativa fundamentada e decisão do ministro da Educação, compensar o percentual no exercício subsequente, se tiverem aplicado pelo menos 17% em gratuidade No caso de prática reiterada da compensação em prazo inferior a três anos, o certificado será cancelado
Assistência social		
Gratuidade	Gratuidade 20% da receita bruta Montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruída	* Manteve
Exigência 1	Estar inscrita no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal	* Manteve, acrescentando a necessidade de integrar o cadastro nacional de entidades e organizações de assistência e promoção social
Exigência 2	* Não há correspondência	A comprovação do vínculo da entidade de assistência social à rede socioassistencial privada no âmbito do Suas é condição suficiente para a concessão da certificação

com o objetivo de cobrir despesas de custeio, afeita ao controle interno, dos órgãos concedentes e controle externo.

b) *Contrato administrativo*

É efetuado pelo poder público quando pretende comprar bens ou serviços, procedendo, para tanto, licitação pública. Qualquer pessoa jurídica, seja ela com ou sem finalidades lucrativas, pode celebrar esse contrato, sendo que os interesses em um instrumento dessa natureza são divergentes e opostos.

c) *Convênios*

Instrumento que independe da realização de licitação. O Poder Público firma um acordo com entidades pelo qual transfere recursos públicos visando a execução de programas de trabalho, em regime de mútua cooperação, em que os interesses coincidem e são comuns a ambas as partes.

d) *Termo de Parceria*

Com o advento da lei nº 9.790/99, que instituiu a figura das Oscips, surge este novo instrumento que visa regular as relações junto ao Poder Público. Em suma, esse documento designa o acordo estabelecido entre o poder público e as Oscips, no qual existe fomento para a execução de atividades de interesse público.

e) *Termo de Cooperação*

Como mencionado, é um instrumento pelo qual o poder público e a entidade pretendem a cooperação mútua, sem a transferência ou movimentação de recursos orçamentários. Tem por objeto a execução descentralizada de programas, projetos e/ou atividades de interesse comum que resultem no aprimoramento das ações de governo.

3. **Recursos oriundos do orçamento público por meio da renúncia fiscal**

Em verdade, não há que se falar em termos de renúncia, visto que a entidade é uma instituição complementar da ação Estatal. Todavia, ainda que absorvendo esse pseudônimo, é possível admitir que a renúncia fiscal esteja baseada em dois institutos distintos: a imunidade e a isenção.

A isenção de imposto advém de lei e dispensa o contribuinte do pagamento do mesmo, mesmo havendo a obrigação tributária. Portanto, é importante avaliar as especificidades de cada legislação, dado que o poder público tem ampla discricionariedade para decidir os requisitos, duração e os respectivos beneficiários. A imunidade tributária, por sua vez, é uma forma de exoneração fiscal que

advém da Constituição Federal, na qual o Estado fica proibido de instituir imposto sobre o patrimônio, a renda e os serviços das organizações de educação e assistência social sem fins lucrativos. A constituição também estabelece que a imunidade se estenderá às contribuições para a seguridade social, como a cota patronal do INSS, o Cofins e a CSLL. Para que a entidade se beneficie com as renúncias de natureza fiscal, por meio da imunidade, a legislação ordinária estabelece alguns requisitos, cabendo a entidade galgar nos degraus alinhavados no item 1, dos reconhecimentos públicos, não obstante haver correntes doutrinárias e até precedentes judiciais que derrubam tal obrigatoriedade.

4. **Recursos oriundos do orçamento público por meio do incentivo fiscal**

Os requisitos para se beneficiar dos incentivos fiscais oferecidos pela legislação são importantes tanto para quem doa quanto para quem pretende receber doações. A lei nº 9.249/95 prevê que a doação de uma pessoa jurídica a entidades de ensino e/ou sem fins econômicos, reconhecidas como de Utilidade Pública Federal, poderá ser abatida do lucro operacional, até o limite de 2%. O IR é um imposto que incide sobre o acréscimo patrimonial. O benefício/incentivo concedido pelo art. 13 da referida lei e pelo art. 365 do decreto nº 3.000/99 aplica-se sobre a base de cálculo, descontando a doação da mesma.

5. **Obrigações acessórias que corroboram com a sustentabilidade**

Não obstante toda essa frente para a credibilidade e conseqüente sustentabilidade, a entidade social não pode se divorciar do cumprimento de incontáveis obrigações acessórias, entre elas, o registro no Comas e no CMDCA do município.

a) *Conselho Municipal e Conselho Estadual de Assistência Social*

O Conselho Municipal de Assistência Social (Comas) é um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador da política de assistência social, tendo por primordial função o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização da política de assistência social, organizando e mobilizando a sociedade civil para suas ações. As entidades de assistência social, para exercer suas finalidades, neces-

sitam de tal registro, conforme estabelece a lei nº 8.742/93, art. 9º, assim como o decreto nº 6.308/07, art. 3º. Os requisitos podem variar de acordo com o município, sendo que na falta deste organismo municipal, a entidade poderá se inscrever no Conselho Estadual.

b) *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)*

É imperioso, ainda, que as entidades atuantes na área da assistência a crianças e adolescentes possuam previamente registro no CMDCA, conforme determina art. 90, parágrafo único, da lei nº 8.069/90. Este conselho é um órgão deliberativo e controlador das ações públicas e privadas, de atendimento e promoção do bem-estar social da criança e do adolescente em cada município.

Considerações

Como se vê, são vários os caminhos pelos quais as entidades podem optar. E, se assim desejarem, podem simplesmente desempenhar seus trabalhos sem a necessidade de qualquer intervenção, em especial, a estatal. Escolher a melhor maneira de sustentabilidade não é algo tão simples. É importante, sobretudo, fazer uma minuciosa aritmética, além de averiguar as vantagens e desvantagens de receber recursos públicos, de se certificar para se beneficiar das isenções, que possui toda uma contrapartida, entre outros aspectos.

Entretanto, sabe-se que sem os reconhecimentos de orbe público a entidade carece da credibilidade e, por conseguinte, deixa de conquistar recursos de natureza privada. O ponto negativo alia-se o fato de não existir um tempo de espera determinado para a obtenção de registros, títulos, declarações e certificados, sendo recorrentes os atrasos. A manutenção desses documentos é bem complexa e envolve o cumprimento de uma série de exigências, variando em cada caso específico.

O Terceiro Setor vive um dilema muito comum na seara empresarial, segundo o qual construir uma imagem é difícil; mantê-la é trabalhosa; mas perdê-la é muito fácil. Pensando nessas premissas é que novamente se ressalta a urgência da profissionalização desse segmento, a fim de que essas iniciativas, dotadas de excelentes intenções, possam beneficiar cada vez mais a população que se encontra em vulneração social. ☺

Fonte: Marcos Biasioli, advogado membro do Conselho Editorial da *Revista Filantropia* e sócio da M. Biasioli Advogados, escritório especializado em Terceiro Setor.

A luta pelo desenvolvimento social dos irmãos siameses: estado e entidade filantrópica

Ação investigadora no CNAS leva Poder Executivo a redigir novo projeto de lei, mas há dúvidas sobre sua efetividade

Marcos Biasioli
marcos@mbiasioli.com.br



A Constituição Federal de 1988, tida como a Carta Política de soberania nacional, regulou, enfim, o Estado democrático e, por supedâneo, uma política social, classificando os seus sujeitos, suas formas e fontes de custeio, sendo complementada, por sua determinação, pela lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

O legislador constitucional de 1988 delegou ao Estado democrático a ordem da promoção humana, mediante a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, por meio dos seguintes dispositivos:

- Art. 3º, inciso III: que modela os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil;
- Art. 23, inciso X: que aduz ser competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a responsabilidade de combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- Art. 170, inciso VII: que delinea a ordem econômica visando a redução das desigualdades regionais e sociais;
- Art. 203: que trata da assistência social;
- Art. 214: que determina que a lei estabeleça um plano nacional de educação;
- Art. 227: que preconiza o protencionismo do Estado em face da família, da criança e do adolescente; e
- Art. 60, ADCT¹: que estipula a repartição do orçamento público para fins educacionais, por meio da criação de fundo para o desenvolvimento do ensino.

Assinala-se que o Brasil precisou reformar cinco vezes sua Constituição para adotar uma

política social de Estado, capaz de vincular os operadores da máquina estatal na construção de um desenvolvimento social sustentado – a qual até hoje ainda não foi fundamentalmente implementada, pois muitas vezes a vaidade de uma política de governo persuade muito mais do que aquela prevista na Constituição Federal, que traduz a política de Estado erigida ante a vontade do povo, de modo perene, sustentável, não eleitoreiro e tampouco vulnerável às mutações ideológicas e partidárias.

Custeio da política social de Estado

Na mesma linhagem constitucional, também foram dados ao aparelho do Estado mecanismos para o custeio da política social, pois de nada valeria a mensurada tutela se não fosse orquestrado ao Poder Executivo os meios para operacionalizá-la.

Está previsto na Constituição Federal, precisamente no art. 195², que aduz: “A seguridade social³ será financiada por toda a sociedade, de modo direto e indireto, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e das seguintes contribuições sociais (...)”.

Ao estabelecer as fontes de custeio, o legislador constitucional consignou que são contribuintes da seguridade social o empregador, a empresa e a entidade a ela equiparada na forma da lei. Porém, excluiu as entidades beneficentes de assistência social^{4,5} que atendem aos requisitos estabelecidos em lei, incluindo as mesmas no rol das pessoas jurídicas imunes⁶.

Para regulamentar o parágrafo 7º do art. 195 da Constituição Federal – e a guisa de não ficar em mora por advento do mandado de injunção nº 232/RJ, de autoria do

“É nosso dever de cidadania exaltar que, da forma que foi erigido, o projeto guarda, em dado momento, retrocesso e não progresso”

Centro de Cultura Professor Luiz Freire, que tramitou junto ao Supremo Tribunal Federal –, o Congresso Nacional votou a lei de custeio nº 8.212/91, que serviu para estabelecer, entre outros itens, os requisitos de acesso ao reconhecimento da imunidade, ainda que guardada a flagrante inconstitucionalidade⁷, pois o controle da imunidade somente pode ser feito por meio de lei complementar, conforme dispõe o art. 146, inciso II, da Carta Política, cujo mérito não vamos aqui adentrar.

Ocorre que o principal requisito esculpido pelo legislador ordinário⁸ foi o de impor, como contrapartida ao reconhecimento da imunidade das contribuições sociais, o emprego por parte das entidades beneficentes de ao menos 20% de sua receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de posses, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares em ações sociais gratuitas.

A dita contrapartida passou a ser palco de incomensuráveis conflitos entre o Estado e as entidades beneficentes, pois o Estado resiste em reconhecer a imunidade das entidades beneficentes que não aplique o percentual mínimo legal em gratuidades, em prol de pessoas carentes.

As entidades beneficentes defendem que, por serem complementadoras das ações sociais estatais, não se subsumem a tal regra, pois ela é derivada de lei ordinária. Assim, seriam reféns de tão somente norma prevista no art. 14 do Código Tributário Nacional, que é lei complementar. Defendem também que, em face de não exigirem qualquer contrapartida financeira de seus assistidos, tudo que consomem são gratuidades, não havendo espaço para segregação e classificação de tais ações, ou seja, em outras palavras, empregam 100% de suas receitas em ações gratuitas, o que nem sempre é verdade.

O judiciário inúmeras vezes foi provocado a dirimir os conflitos, quanto a legalidade e constitucionalidade de uma lei ordinária (art. 55 da lei nº 8.212/91), impondo requisitos para reconhecimento da imunidade. Além de o assunto ainda não ter galgado o status de uma súmula vinculante⁹, é imperativo destacar que há atualmente uma inclinação de nossos Tribunais¹⁰ no sentido de banir o controle da imunidade por meio de lei ordinária.

Nova tentativa

Apesar da pendenga judicial, que este ano completará dez anos – já que a saga pela prestação jurisdicional se deu por advento da promulgação da lei nº 9.732, de dezembro de 1988 –, o Poder Executivo lança novamente outra regulação, o projeto de lei nº 3.021, que, se não observada sua correta tramitação como

lei complementar, visitará novamente o árido plano pantanoso da inconstitucionalidade.

E faz isso desprezando a decisão liminar do Pleno do STF, a respeito da eleição da via regulatória, e toda a contribuição que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) prestou à sociedade em 15 anos de serviços, além de se aproveitar, por coincidência ou não, do momento da virulenta investida policial quanto ao combate de isoladas acusações de fraude dentro do CNAS, a exemplo da Lei de Talião – “olho por olho, dente por dente”.

Partindo do exame da exposição de motivos do referido projeto, consta que a sua motivação reside, entre outros, no fato de que o sistema de certificação precisa ser aperfeiçoado. O entendimento do poder público evolui ao longo do tempo, e a prática beneficente, que não foi devidamente documentada, também se perde, o que poderá se traduzir em grande torpeza econômica, ante a cobrança dos tributos não recolhidos.

Comungamos com a linha de pensamento da exposição de motivos, de que é sempre necessário o aperfeiçoamento, mas é nosso dever de cidadania exaltar que, da forma que foi erigido, o projeto guarda, em dado momento, retrocesso e não progresso.

Progresso:

- a) A participação dos ministérios de cada pasta na concessão dos certificados de entidade beneficente é eficaz, pois nenhum outro órgão agrega maior capacidade para tal julgamento – guardadas as ressalvas a seguir.
- b) O estabelecimento de critérios claros dos sujeitos do benefício também traduz progresso, pois um dos maiores embates atualmente está radicado neste pormenor.
- c) A possibilidade de se compensar no próximo ano as ações sociais gratuitas que foram praticadas com excesso no anterior é um grande avanço, pois não haverá prejuízo ao erário.

Retrocesso:

- a) O repasse da capacidade de certificar as entidades para os ministérios, cuja função deriva de cargo político, se não houver um controle discricionário severo, poderá resultar no maior cartório de reciprocidade política que o Brasil jamais viu.
- b) A exigência de certidão negativa (CN) de tributos, a fim de se obter o reconhecimento, orquestrará maior batalha judicial. Muitas CNs deixam de ser emitidas, não só em face de débitos, mas decorrentes de erros formais no cumprimento de obrigações acessórias. Este encargo poderia e pode ser evitado,

pois há mecanismos menos áridos para o controle de inadimplentes, dada a inteligência tecnológica do Executivo.

- c) A fixação do prazo da certificação de um a três anos, com obrigatoriedade de se requerer seis meses antes, poderá entulhar a administração pública. Corresse o risco de a instituição ser forçada a pedir nova certificação de seis em seis meses, o que engessará, ainda mais, a máquina pública.
- d) A obrigatoriedade de se segregar as áreas de atividade social beira a inconstitucionalidade, ante a plena liberdade de se associar para fins lícitos.

Conclusão

Enfim, o Brasil é quem perde na queda de braço entre o Estado e a sociedade civil organizada, que no fundo são irmãos siameses, ante os seus propósitos e comandos legais de servidão ao povo. Ambos deveriam trilhar na mesma linha, pois não existe dois lados, dois interesses, dois Brasis. Há um só corpo, que é a espinha dorçal da promoção humana, apesar de duas cabeças.

O certo seria adotar, por meios democráticos, uma fórmula capaz de minimizar as desigualdades sociais e de cuidar para que os recursos públicos atendam aos seus fins, banindo aqueles que os desvirtuam. Do contrário, se perdurará a impunidade como lembrou Oded Grajew¹¹: “A sociedade brasileira paga as instituições para proteger os recursos públicos, mas o que acontece é que o cachorro não late, o guarda não apita e os alarmes não tocam.”

¹ ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

² NO MESMO SENTIDO ENCONTRAMOS A REDAÇÃO DO ART. 204

– CF/88: “AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL SERÃO REALIZADAS COM RECURSOS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, PREVISTOS NO ART. 195, ALÉM DE OUTRAS FONTES, E ORGANIZADAS COM BASE NAS SEQUENTES DIRETRIZES [...]”.

³ ART. 194 – CF/88: “A SEGURIDADE SOCIAL COMPREENDE UM CONJUNTO INTEGRADO DE AÇÕES DE INICIATIVA DOS PODERES PÚBLICOS E DA SOCIEDADE, DESTINADAS A ASSEGURAR OS DIREITOS RELATIVOS À SAÚDE, À PREVIDÊNCIA E À ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

⁴ ART. 195, PARÁGRAFO 7º: “SÃO ISENTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL AS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE ATENDAM ÀS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS EM LEI”.

⁵ O CONCEITO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TAMBÉM É EXTENSIVO AS ENTIDADES DE EDUCAÇÃO E DE SAÚDE, SEGUNDO O STF, QUE ALARGOU O CONCEITO QUANDO DO JULGAMENTO DA ADIN 2.028.

⁶ O STF JÁ DEFINIU QUE SE TRATA DE IMUNIDADE E NÃO DE ISENTAÇÃO, COMO EQUIVOCADAMENTE LANÇOU O LEGISLADOR CONSTITUCIONAL (RMS 22.192-9).

⁷ JÁ RECONHECIDA PELO STF POR MEIO DO RE 93.770 (IN RTJ 102/304).

⁸ ART. 55, DA LEI Nº 8.212/91, COMBINADO COM O ART. 30, INCISO VI, DO DECRETO Nº 2.536/98.

⁹ NOS TERMOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004.

¹⁰ RMS 22.192-9 – STJ, ADIN 1.802-3, RE 93.770 (IN RTJ 102/304).

¹¹ JORNAL FOLHA DE S. PAULO, DE 1º DE NOVEMBRO DE 05, CADERNO OPINIÃO, P. A3.

Marcos Biasoli. Advogado em São Paulo, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, mestre em Direito pela PUC/SP, administrador de empresas pelo Mackenzie/SP, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor e idealizador e membro do Conselho Editorial da *Revista Filantropia*.

Educação especial, regular e seus limites legais



O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino¹

Ricardo Melantonio
ricardo@melantonioadvogados.com.br



A tualmente o tema inclusão é muito discutido na sociedade e na mídia, além de inclusão social, digital, inclusão educacional e especial. Para melhor entendimento, a educação regular é a escola que atende os alunos de forma geral, e a educação especial atende os educandos com necessidades especiais como autismo, dislexia, hiperatividade, deficiência de atenção, síndrome de Down, deficiência auditiva, mental, visual e superdotados. Contudo, a grande indagação não só sob o ponto de vista jurídico como também pedagógico é: “Uma escola particular pode recusar a matrícula de uma criança com alguma necessidade especial?”.

Os educadores de um modo geral são favoráveis à inclusão, mas existem alguns parâmetros que devem ser destacados, como a limitação na estrutura administrativa das escolas. Essas crianças necessitam de profissionais capacitados e habilitados, já que, a partir do momento que a escola particular recebe esse aluno, ela terá de atendê-lo adequadamente, com a contratação de terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, pedagogas,

psicólogos voltados ao atendimento específico desses alunos, entre outros profissionais.

Cabe salientar que existem limites para as escolas particulares acolherem esses alunos, como a definição de certo número de alunos por sala, o tipo de necessidade especial e a série que o aluno poderá frequentar. Na visão dos educadores todos ganham com a inclusão: a escola, a sociedade e os alunos. Incluir alunos com algum tipo de deficiência em uma escola regular é aprender a lidar com a diversidade, evitar o preconceito e a discriminação.

O que diz a lei


Não podemos olvidar que o direito à educação foi inserido em nossa Constituição na época do Império (1824) e mantido nas demais Constituições posteriores. Cabe salientar, ainda, que o Estatuto da Criança e do Adolescente² (ECA) faz referência expressa ao direito à educação e aos portadores de necessidades especiais, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação³, que tem um capítulo específico destinado à educação especial.

Também os princípios mencionados em 1994 na Declaração de Salamanca, na Espanha, junto à Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, propõe, dentre outras questões, que as políticas educacionais deverão respeitar as diferenças individuais, sendo estas entendidas como elementos naturais do ser humano.

A educação especial é irreversível, veio para ficar, tanto que a evolução no Brasil é surpreendente. Segundo o MEC, o número de matrículas na educação especial na rede pública e privada, entre 1998 e 2006, cresceu 146% em escolas públicas com orientação inclusiva e 64% em escolas privadas. Isso demonstra claramente o

desenvolvimento da educação especial em nosso país. Entretanto, é importante mencionar que, na prática, a teoria é outra. A resolução n° 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, diz expressamente em seu art. 7° que “o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica”.

Já o art. 8° da mesma resolução determina que os professores, tanto das classes comuns como nas da educação especial, sejam capacitados e especializados, inclusive contando com serviços de apoio pedagógico. Ou seja, a própria legislação impõe condições e critérios para que o atendimento seja adequado e que tenha padrão de qualidade.

Dessa maneira, a resolução está em confronto com o Texto Maior de uma nação, que é a Constituição Federal. A primeira “determina” a inclusão, a segunda “permite” a inclusão, pois o inciso III, do art. 208 diz que a preferência para o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência seria na rede regular de ensino, podendo eventualmente não sê-la. Dessa maneira, estas considerações são apenas parte de um assunto tão relevante, complexo e polêmico, suscitando cada vez mais discussões, análises e avaliações entre os diversos segmentos da sociedade e do Poder Público. 

¹ ART. 208, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

² LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

³ LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Ricardo Melantonio. Advogado, formado pela PUC-SP, sócio do escritório Ricardo Melantonio Advogados Associados e conselheiro do CIEE. É mestre em Direito Tributário pela PUC-SP e possui especialização em Direito Educacional pelo Centro de Extensão Universitária (CEU).

Andam mexendo no nosso queijo!

Ratos mamam em tetas gordas, sob os auspícios de milhões de olhares complacentes



Felipe Mello
felipe@cantocidadao.org.br



Em outras épocas, quando um animal habitava insistentemente o sonho de alguém, o sonhador acordava com uma tremenda vontade de fazer uma fezinha no jogo do bicho. Afinal, a mensagem onírica poderia ser um presságio da multiplicação dos pães sem muito esforço.

E o que fazer quando a gente insiste em enxergar comparações entre o comportamento de um animal e eventos de nosso cotidiano? Simplesmente creditar ao acaso ou buscar significados e mensagens? Há tempos os ratos vêm cruzando o caminho da sociedade brasileira. Afinal, onde há sujeira, há ratos. Sem ofensa ao pequeno roedor. O pobre nem faz parte da lista do jogo do bicho. E mais, nem cartão corporativo ele tem para fazer multiplicar a sujeira que o alimenta.

*Se você não puder ser um pinheiro no topo da colina,
Seja um arbusto no vale – mas seja
O melhor arbusto à margem do regato:
Seja um ramo, se não puder ser uma árvore.*

Mais de cem dias de solidão

Rato lembra queijo. E queijo lembra uma história recente, acontecida na terra do primeiro presidente eleito democraticamente após 25 anos de repressão militar. Sim, a esperança collorida. Menos cores tinha a cela alagoana onde ficou trancafiado por mais de quatro meses um homem de 27 anos, à espera de ser julgado. Seu crime? Furto de uma lata de leite e um pacote de queijo.

O ato não se justifica e merece punição. Assim como merece castigo, especialmente com o ostracismo político urgente, de quase

toda esta geração de parlamentares que não consegue superar sua mediocridade paquidérmica e egoísta para desempacar a Reforma do Judiciário.

O deboche é tão escancarado que, enquanto um brasileiro espera ser julgado pelo furto de pequenos laticínios, os “companheiros” do Mensalão pagam sua dívida com a sociedade prestando pequenos serviços à comunidade. E mesmo com uma pena tão leve, Sílvio Pereira, um dos acusados, ainda se deu ao luxo de não aceitar a tarefa de fiscalizar a varrição de rua e a limpeza dos bueiros. Deve ser porque a especialidade deles é sujar, e não limpar o país.

No escuro da cela, um cidadão brasileiro aguarda seu julgamento, adquirindo problemas de pele por falta de banho de sol, em função da superlotação do distrito. Talvez as marcas em sua pele tenham se unido à cicatriz histórica de um sistema judicial falido, que reiteradas vezes provou que é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida.

Em pastos mais fartos, todavia, ratos mamam em tetas gordas, sob os auspícios de milhões de olhares complacentes, que tudo sabem e pouco fazem.

*Se não puder ser um ramo, seja um pouco de relva,
E dê alegria a algum caminho:
Se não puder ser almíscar, seja, então,
apenas uma tília –
Mas a tília mais viva do lago!*

É de sonho e de pó o destino de um só

Quem nunca ouviu que sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade? A tonalidade



escura dos primeiros parágrafos é reflexo da comichão por saber que o país patina sobre seu próprio potencial por falta de sonho coletivo. Melhor ainda quando prazos são colocados nos sonhos, que então se tornam metas. Diferente dos “Planos de Metas” esfregados em nossa face em períodos eleitorais.

O presidente dos trabalhadores nem mais cita na sua agenda atual a Reforma Trabalhista, embora tenha prometido como meta nas cinco eleições que disputou. Sonhos coletivos são diferentes. Metas coletivas são diferentes, porque podem se tornar realidade.

Um caminho foi sugerido por Martin Luther King, líder negro estadunidense ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1964. No discurso em que foi laureado, ele afirmou com toda a ênfase que lhe era peculiar que “mesmo que o ser humano tenha conquistado avanços espetaculares na ciência e tecnologia, e ainda conquistará mais, algo básico está faltando neste mundo. Existe um tipo de pobreza de espírito que se mantém em contraposição à abundância científica e tecnológica. Quanto mais ricos ficamos materialmente, mais pobres nos tornamos moral e espiritualmente. Nós aprendemos a voar no ar como pássaros e nadar no mar como peixes, mas ainda não aprendemos a simples arte de viver como irmãos”.

*Não podemos ser todos capitães;
temos de ser tripulação.*

Há alguma coisa para todos nós aqui.

*Há grandes obras e outras, menores, a realizar,
E é a próxima a tarefa que devemos empreender.*

Engarrafamento da justiça coletiva

No século 15, um autor chamado Etienne de La Boétie, amigo do filósofo Montaigne, escreveu o “Discurso da servidão voluntária”. No texto (aqui levemente adaptado, sem perda do sentido original), ele reflete sobre os motivos pelos quais um grupo de pessoas aceita se submeter “à pilhagem, às luxúrias, às crueldades, não de um exército, não de uma horda de bárbaros, mas, sim, de um pequeno grupo”.

O que explica o fato de tantos olhos verem os erros e poucos braços fazerem para mudar? Está certo que o país é jovem, que o processo de colonização foi estúpido e desordenado e que a nossa democracia é embrionária. Mas é fato que os brasileiros continuarão servindo voluntariamente às sucessivas gestões públicas incompetentes enquanto forem anódinos. E a anodinia acontece quando as pessoas deixam de se surpreender com as coisas belas e feias da vida. O espanto vai embora.

Fica a indiferença, que de tão poderosa cria uma situação em que, mesmo o brasileiro médio pagando 60% do que ganha na conta total dos impostos, ainda assim morrem por ano 50 mil cidadãos vítimas de homicídio; outros 40 mil morrem vítimas de acidentes de trânsito (grande parte por conta do péssimo estado de conservação e sinalização das vias públicas); 85% dos municípios ainda não oferecem tratamento de esgoto; as notas de matemática e compreensão de texto de nossos alunos são melhores apenas que a Tunísia, Catar e Quirquístão; 500 mil pessoas procuradas pela justiça encontram-se em liberdade por falta de capacidade da polícia; e apenas em 8% dos casos de homicídio alguém é indiciado, sendo que na Inglaterra este número é de 90%.

*Se você não puder ser uma estrada,
seja apenas uma senda,
Se não puder ser Sol, seja uma estrela;
Não é pelo tamanho que terá êxito ou fracasso –
Mas seja o melhor do que quer que você seja!*

Bom humor em tempos de cólera

Mesmos com todos os desafios e suspiros lamuriosos apresentados nestas linhas, existe a crença de que o povo brasileiro guarda potência transformadora em si. É só por isso que vale a pena escancarar os problemas, pois há matéria-prima para soluções. Os ares tropicais, a mistura de raças e culturas, as belezas naturais, enfim, diversos ingredientes parecem proteger o brasileiro normal da maior doença do século, a depressão. Ela já afeta 340 milhões de pessoas em todo o mundo e leva, anualmente, a 800 mil casos de suicídio.

Na Suécia, por exemplo, há mais suicídios que homicídios. Mesmo com tanto remédio, o número de pessoas que sofrem de depressão dobrou nos últimos 50 anos. Recentemente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a depressão como uma das doenças que mais causam incapacidade. É a quarta numa lista de cinco, e até 2020 terá ocupado o segundo posto.

Neste ranking, o Brasil felizmente está bem longe dos primeiros colocados.

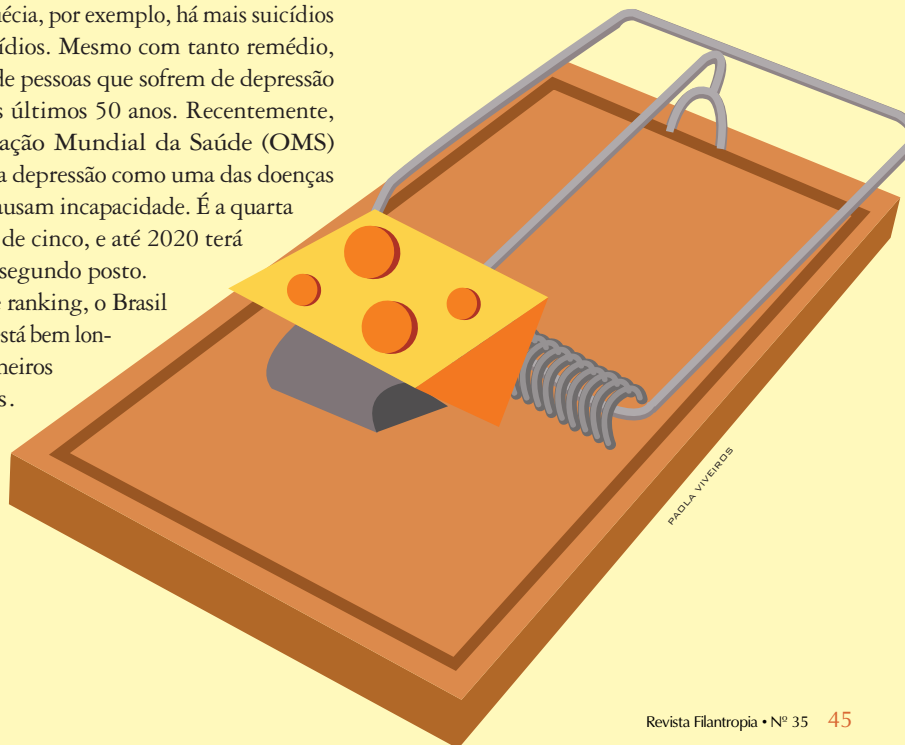
Oxalá permaneça por lá, conservando na média dos brasileiros uma fonte saudável de felicidade. Isto não significa, nem de longe, que não há depressivos em nosso país. Eles existem em grande quantidade, principalmente entre aqueles que acreditam que a velocidade seja mais importante do que a direção, e que ter e parecer sejam mais importantes do que pensar, fazer e agradecer.

O periódico norte-americano *The New York Times* apresentou em artigo recente a tese de um livro que afirma que a diversão e o bom humor geram muito lucro para quem neles investem. Resta aos brasileiros a oportunidade valiosa de se alimentar de sua alegria natural para se colocar em movimento contra a indiferença. Uma maneira de sair da inércia é distribuir gentileza e gratidão a todo instante, sem expectativas, pelo simples desejo de curar o mundo.

Outra é diminuir drasticamente a tolerância perante as pequenas injustiças do dia-a-dia. Afinal, quando alguém é testemunha de um ato injusto e nada faz, além de morrer um pouco naquele instante, prejudica a multiplicação da energia positiva, única ratoeira capaz de deter a fome dos sujos ratos que mexem em nosso queijo, adiando a sua correta distribuição.

A poesia espalhada pelo texto é de Douglas Malloch. Que estas mensagens se espalhem também dentro de nós, explodindo em ações gentis e promotoras de justiça.

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



Instituto Avon

Projetos do braço social brasileiro da empresa de cosméticos já beneficiaram mais de 1 milhão de mulheres

Por Elaine Iorio

À se revisitar os mais de 120 anos de história da Avon, é possível verificar que a atuação da empresa no campo social começou muito cedo, em 1955, quando foi fundada em Nova York (Estados Unidos) a Avon Foundation. Com o objetivo de tornar melhor a vida das mulheres de todo o mundo, assim como a de suas famílias, a primeira ação social da ONG foi financiar bolsas de estudos. Desde então, já aplicou milhões de dólares em ações que levam mais saúde, confiança e autonomia às mulheres.

Aberta no Brasil no final da década de 1950, a Avon Cosméticos realiza investimentos sociais pela população feminina do país desde 1994. Mas somente em 2003 é que foi criado o Instituto Avon – entidade que administra e direciona recursos arrecadados pela empresa em prol de causas voltadas para a saúde e o bem-estar da mulher brasileira por meio da mobilização de toda a sociedade: funcionários e revendedoras, entidades da sociedade civil organizada, poder público, empresariado e os próprios cidadãos.

Segundo Lírio Cipriani, diretor executivo do Instituto Avon, todo o trabalho social integra-se ao posicionamento presente na empresa desde seu surgimento: a certeza de que a força da ação conjunta, em rede, é capaz de promover grandes conquistas. “Nós conhecemos a força da mulher como promotora de mudanças, de laços solidários, de desenvolvimento. Sabemos

que qualquer pessoa fortalecida, com saúde, dignidade e respeito pode ir mais longe, alçar vôo, manifestar seu potencial. E não podemos aceitar que muitas mulheres, por falta de informação ou de acesso a serviços, tenham suas potencialidades barradas.”

Principais projetos

Ao longo dos últimos anos, os projetos desenvolvidos pelo Instituto Avon mudaram os cenários da saúde da população feminina ao: instrumentalizar espaços que prestam atendimento à mulher, com a doação de mamógrafos, equipamentos de ultra-som, entre outros; tornar o exame clínico das mamas rotina nos atendimentos à mulher via Sistema Único de Saúde (SUS); possibilitar a realização da mamografia a mulheres que nunca tinham feito o exame; e, o mais importante, conscientizar a população sobre a importância da prevenção para a descoberta do câncer no início, aumentando as chances de cura.

Atualmente, a entidade atua com foco especial em dois pilares: a saúde da mulher e a questão de seus direitos e sua cidadania. “No primeiro, temos a campanha ‘Um Beijo pela Vida’ e o programa ‘Saúde In-

“Não podemos aceitar que muitas mulheres, por falta de informação ou de acesso a serviços, tenham suas potencialidades barradas”

Lírio Cipriani, diretor executivo



Evento organizado pelas revendedoras para a campanha “Um Beijo pela Vida”

tegral da Mulher'. No segundo pilar, nossa grande causa é o combate à violência doméstica, que ainda hoje impossibilita o desenvolvimento de muitas mulheres", explica o diretor executivo.

A campanha "Um Beijo pela Vida" é o atual centro das atenções da entidade, pois é a maior fonte dos recursos que financiam os sete novos projetos apoiados pelo instituto a partir deste ano. Dentre eles está a construção de um dos mais completos e modernos núcleos de prevenção e detecção precoce de câncer do Brasil no Hospital de Câncer de Barretos. É a maior verba já destinada a um único projeto em cinco anos de existência do instituto: R\$ 6 milhões, que servirão para patrocinar um andar exclusivamente dedicado ao câncer de mama, com 2.500 m² de área.

O programa "Saúde Integral da Mulher" tem como objetivo principal articular lideranças municipais na construção de políticas públicas de saúde mais eficientes para o público feminino. O trabalho já alcançou cinco cidades de São Paulo: Jandira, Carapicuíba, Osasco, Itapevi e Barueri. E, este ano o instituto já fechou parceria com as prefeituras de Várzea Paulista e Pirapora do Bom Jesus.

Cipriani conta que a questão da violência doméstica também está ganhando mais força dentro da entidade, pois é uma causa mundial da Avon. "Este ano, estamos lançando no Brasil a Pulseira da Atitude – primeiro produto global da Avon voltado para uma causa. E toda a renda que arrecadarmos no Brasil será revertida para o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), uma das mais importantes instituições em defesa da mulher no mundo, para investimento em projetos que combatam a violência doméstica." Nos Estados Unidos, a Avon Foundation ainda doará 1 milhão de dólares para o Unifem.

Administração e recursos

Constituído como uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), o Instituto Avon tem sua equipe formada por funcionários da empresa – especialistas responsáveis pelas atividades regulares –, além de Lírio Cipriani na direção executiva – único contratado exclusivamente para a função. Os recursos são provenientes de



Os atores Priscila Fantin e Reinaldo Gianechini participam de divulgação publicitária em prol da campanha "Um Beijo pela Vida"

um orçamento anual de cerca de R\$ 1,2 milhão doados pela Avon Cosméticos.

Também é fundamental a arrecadação feita pela campanha "Um Beijo pela Vida", com a venda de produtos exclusivos por meio dos famosos folhetos distribuídos por mais de 1 milhão de revendedoras autônomas. Para se ter uma idéia, em 2007 a arrecadação chegou a R\$ 3,6 milhões.

Cipriani revela que, até o momento, o Instituto Avon já disponibilizou R\$ 14,1 milhões para 66 projetos apoiados em seis anos, com recursos arrecadados por meio da venda dos produtos. Para prestar conta de toda essa verba, a entidade publica anualmente o seu relatório de atividades, no qual aponta cada centavo utilizado e investido em projetos e ações, além de apresentar o parecer de uma auditoria especializada.

Segredo do sucesso

"A comunicação com nosso público é o nosso tesouro, nossa força. Temos uma rede de 1,2 milhão de revendedoras dispostas a levar informação, revender produtos que apoiam a causa, dar sua contribuição para nossas ações terem efeito na sociedade", conta Cipriani. Isso porque são impressos em média 6,5 milhões de folhetos de ofertas a cada 19 dias, que vão para todos os cantos do país.

Além de divulgar os produtos da empresa, os folhetos levam informação sobre o câncer de mama e as campanhas realizadas pelo instituto. A prova dessa força é o "Dia do Beijo pela Vida", mobilização nacional realizada pelas revendedoras que promove eventos em todo o Brasil, firma parcerias e contamina a sociedade com a mensagem de vida que a entidade pretende levar.

A maior conquista do instituto, segundo Lírio Cipriani, é ter beneficiado mais de 1 milhão de mulheres, que estão descobrindo a doença a tempo de curar, que perceberam que precisam cuidar da saúde e conhecer seus direitos, para ganhar mais auto-estima, autonomia e possibilidade de se desenvolverem. "Acreditamos que poderemos, em certo momento, pensar também em ações voltadas para a educação, o empreendedorismo e toda forma de motivar o crescimento da mulher. Queremos ampliar cada vez mais este trabalho, até chegar o dia em que eles não sejam mais necessários."

Números:

- 53 porta-vozes
- 6.000 funcionários
- 1,2 milhão de revendedoras
- Mais de 1 milhão de mulheres beneficiadas



Instituto Avon

Rodovia Raposo Tavares, km 20,4
Osasco/SP
CEP 06149-000
www.institutoavon.org.br
0800 708 2866

Construções sustentáveis: confort

Emprego de novos materiais e tecnologias melhora a condição de vida do

Fernando Credidio
fernando.credidio@futurosustentavel.org.br



A sustentabilidade está sendo encarada, cada vez mais, como oportunidade de negócio. Por essa razão, a oferta de imóveis ecologicamente corretos ocupa, dia-a-dia, mais espaço nos cadernos de classificados dos grandes jornais. Com frequência, anúncios oferecem áreas verdes e parques próximos aos empreendimentos recém-lançados. Mas será que isso representa, de fato, cuidado com o meio ambiente e preocupação com a sustentabilidade? Na verdade, bem pouco ou quase nada. O fato é que muito se fala sobre construções sustentáveis, mas ainda é difícil encontrar projetos ambientalmente adequados.

Um empreendimento sustentável deve ir muito além da construção de parques e áreas verdes. O que devem ser levados em conta, isso sim, são critérios ambientais. Portanto, para ser considerado um “edifício

verde”, o projeto deve minimizar impactos ambientais negativos e prever o aproveitamento dos recursos naturais, a racionalização do uso da energia e a utilização de tecnologias que permitam economia de água, entre diversos outros fatores.

Além disso, a construção civil sustentável deve fazer uso de materiais ecologicamente corretos e eficientes para promover o consumo consciente, a fim de contribuir com a redução de emissão de gases de efeito estufa durante todo o processo construtivo, prolongando-se pela vida útil da edificação.

Durante a Conferência do Clima realizada em Bali, no ano passado, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) afirmaram que medidas como construir casas e prédios de escritório “verdes” e instalar sistemas de iluminação que gastem energia de maneira mais eficiente podem reduzir as

Relação dos procedimentos

Segue uma orientação para aqueles que têm a intenção de adotar a sustentabilidade como um critério de projeto, visando demonstrar quais ações básicas podem ser importantes na busca de um resultado mais sustentável, sem onerarem significativamente o custo da obra.

Uso eficiente de energia

- Especificação de equipamentos com menor consumo e melhor eficiência possível na utilização do gás natural para todos os fins.
- Automatização de transporte vertical com otimização de carga e menor consumo energético possível com a adoção de sistemas eficientes como o ADC (antecipação de chamadas).
- Iluminação de baixo consumo energético nas áreas comuns de uso contínuo, e iluminação “incandescente” com acionadores por sensor de presença nas áreas de uso esporádico ou intermitente. Este princípio, com maior tolerância, também é válido para as unidades privadas.
- Planejamento do consumo energético e utilização de equipamentos para gerar energia em períodos de pico.

- Melhor aproveitamento possível da iluminação natural, levando-se em conta a necessidade do seu controle.
- Melhor condição de conforto térmico evitando a incidência da radiação solar direta através da adoção de soluções arquitetônicas tipo *brises-soleil*, venezianas, telas *thermo-screen* externas, prateleiras de luz, vidros especiais que dispensam o uso de *brises* etc.
- Implementação e otimização de ventilação natural.
- Adoção preferencial de acabamentos claros nas áreas de grande incidência de luz solar.
- Tratamento das coberturas do edifício, analisando a possibilidade de implementação de áreas verdes ou, caso esta solução não seja possível, utilizar pinturas reflexivas para diminuir a absorção de calor para o edifício.
- Uso de soluções alternativas de produção de energia como a eólica ou a solar, de acordo com as condições locais. A indústria brasileira está se tornando cada vez mais forte na produção de equipamentos para estes fins, tornando viáveis estes projetos.

Uso eficiente da água

- Captação, armazenamento e tratamento de águas pluviais para reutilização na irrigação, limpeza, refrigeração, sistema de combate a incêndio e demais usos permitidos para água não potável.
- Utilização de bacias acopladas e válvulas especiais com o fluxo opcional por descarga, ou de sistemas a vácuo.
- Reaproveitamento das águas de lavagem, com tratamento local, para utilização sanitária.
- Utilização de torneiras com acionamento eletrônico ou temporizador por pressão em todas as aplicações passíveis.

Uso de materiais certificados e renováveis

- Maximização na especificação de materiais sustentáveis, objetivando o maior volume possível de utilização de materiais certificados, de manejo sustentável e recicláveis.
- Planejamento para maior durabilidade possível nas especificações, visando alta performance e evitando obsolescência prematura.

to e respeito ao meio ambiente

morador e reduz o impacto ambiental

emissões de carbono no mundo. Segundo esses representantes, já há tecnologias disponíveis para diminuir, dramaticamente, o consumo de energia mediante pequeno custo.

Entretanto, intriga o fato de governos, empresas e proprietários de imóveis não estarem investindo em projetos menos danosos ao meio ambiente. De acordo com Kaarin Taipale, da Força-Tarefa Marrakesh de Edifícios e Construções Sustentáveis, cerca de 40% de toda a energia é consumida nos edifícios e nas construções, situação que a maioria das pessoas não percebe. O fato é que há pouco conhecimento sobre materiais e pouca consciência da parte das empresas sobre os prédios sustentáveis.

Recomendações básicas

O Grupo de Trabalho de Sustentabilidade da Associação Brasileira dos Es-

critórios de Arquitetura (AsBEA) reuniu, em um texto simples e sucinto, os pontos entendidos como básicos na conceituação do que é uma obra sustentável, bem como os procedimentos mais imediatos que levarão a uma ação em prol da redução do impacto ambiental causado pelas obras civis.

Antes, porém, é necessário que se conheçam alguns conceitos básicos que devem nortear a elaboração de um projeto de arquitetura na busca de melhores condições de sustentabilidade. São eles:

1. A sustentabilidade não é um objetivo a ser alcançado, não é uma situação estanque, mas, sim, um processo, um caminho a ser seguido. Advém daí que a expressão mais correta a ser utilizada é um projeto “mais” sustentável. Todo o trabalho nesta área é feito a partir de intenções que são renovadas contínua e progressivamente.

Não existe receita nem cálculo absoluto que determine o que deve ser feito ou não para que um projeto caminhe na direção da maior sustentabilidade

- Utilização de materiais cujos processos de extração de matérias-primas, beneficiamento, produção, armazenamento e transporte causem menor índice de danos ao meio ambiente nem estejam baseados em condições de trabalho indignas para os operários.

Qualidade ambiental interna e externa

- Elaboração do projeto mediante a utilização de técnicas que permitam uma construção mais econômica, menos poluente e que impacte de forma menos agressiva o meio ambiente.
- Evitar ao máximo a impermeabilização do solo.
- Evitar danos à fauna, flora, ecossistema local e ao meio ambiente.
- Planejamento de toda a obra e futura operação do edifício, minimizando a geração de lixo e resíduos.
- Evitar todo e qualquer tipo de contaminação, degradação e poluição de qualquer natureza, visual, sonora, ar, luminosa etc.
- Promoção da segurança interna e externa do edifício e seus usuários.

- Implantação e otimização de todos os recursos para a correta coleta seletiva do lixo, visando a reciclagem de materiais e a menor geração de resíduos descartáveis.
- Evitar grandes movimentos de terra, preservando sempre que possível a conformação original do terreno.
- Elaboração de um plano eficiente de drenagem do solo para durante e após a execução das obras, evitando-se danos como erosão ou rebaixamento de lençol freático.

Utilização consciente dos equipamentos e do edifício pelo usuário

- O projeto deve ser elaborado sempre com o apoio de quem irá operar o empreendimento, criando espaços e sistemas racionalizados, de baixo custo operacional e com mínimo impacto ambiental. Quando se entrega uma obra, não importando a escala, esta deveria ser acompanhada de Manual de Operação, Gestão e Manutenção.
- Orientação, criação e promoção de um curso de gestor ambiental do edifício.

- Amparo a todo o corpo de colaboradores, com treinamento adequado, visando a educação, o desenvolvimento intelectual e a criatividade.
- Difusão para o corpo de colaboradores e todos os usuários do edifício dos princípios de sustentabilidade e conservação do meio ambiente.

Soluções que permitem flexibilidade e durabilidade

- Adoção de soluções construtivas que garantam maior flexibilidade na construção, de maneira a permitir fácil adaptação às mudanças de uso do ambiente ou de usuário, no decorrer do tempo, evitando-se reformas que possam causar grande impacto ambiental, pela produção do entulho.
- Adoção de materiais que sejam duráveis, não somente pelas suas características técnicas, mas, também, em função do seu desempenho e comportamento ao longo do tempo, o que resulta em longevidade para o edifício.

Fontes: Reuters Brasil, AsBEA, Instituto Akatu.

Intenções estas genuínas, que devem estar verdadeiramente compromissadas com os valores do cliente, a saber, o contratante, o usuário e a comunidade onde a obra esta inserida. Conhecer os valores do cliente e entender o projeto como exercício de intenções e decisões que resulta em uma obra mais sustentável. É esta a demanda da sociedade atual.

2. A sustentabilidade é baseada em três aspectos: o ambiental, o econômico e o social, que devem coexistir em equilíbrio. Como estes aspectos representam variáveis independentes, as escolhas resultantes serão diferentes em cada situação apresentada. Portanto, não existe receita nem cálculo absoluto que determine o que deve ser feito ou não para que um projeto caminhe na direção da maior sustentabilidade, sendo a proposta de cada projeto fruto de escolhas específicas, únicas e originais.
3. A busca pelo caminho da maior sustentabilidade cabe a todos os envolvidos no projeto e execução do ambiente

edificado. É um trabalho coletivo (em rede) em que todos devem fazer sua parte e, ao mesmo tempo, incentivar os demais a fazê-lo. As decisões devem ser resultado de uma ação orquestrada com os projetistas, gerenciadores, consultores, fornecedores, executores e usuários, na medida em que esta escolha pode condicionar ações a serem efetivadas pelos demais.

4. A certificação entra neste processo como o reconhecimento de um trabalho desenvolvido, sem, no entanto, ser sua representação fiel. Um motivo para esta dicotomia é a não existência de processo adequado às condições regionais culturais, econômicas e físicas que permitam uma real avaliação do resultado obtido pelo esforço de tornar uma edificação mais sustentável. Os critérios de certificação, portanto, devem ser utilizados como referências auxiliares, mas não determinantes na escolha de materiais e sistemas construtivos.

5. Os princípios básicos de uma construção sustentável estão ligados às questões de:

- Qualidade ambiental interna e externa.
- Redução do consumo energético.
- Redução dos resíduos.
- Redução do consumo de água.
- Aproveitamento de condições naturais locais.
- Implantação e análise do entorno.
- Reciclagem, reutilização e redução dos resíduos sólidos.
- Inovação. 🔄

Links

- 📍 www.akatu.net
- www.asbea.org.br

Fernando Credidio. Conferencista, facilitador de cursos em organizações, professor, articulista e consultor em comunicação organizacional e marketing para o Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

40 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

São Paulo
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000



O cidadão e a responsabilidade socioambiental

Como cidadãos e profissionais, nós somos os responsáveis por envolver cada vez mais as empresas no engajamento ético e social

Lívio Giosa
liviogiosa@liviogiosa.com.br



Nada irá mudar na sociedade se não houver ampla campanha voltada para uma radical mudança do comportamento humano sobre estas questões

O conceito de responsabilidade social tem sido, há algum tempo, discutido em sua plenitude pela sociedade mundial e brasileira. Em todo este período, o pensamento, retratado na visão estratégica, investimento social privado e construção de programas/projetos sociais, tem como ponto focal a empresa.

Aos poucos, o mundo corporativo foi tomando conta do tema, irradiando-se nos meandros institucionais. Sensibilizar a alta administração, a governança corporativa, e alicerçar essas iniciativas ao *core business*, envolvendo o corpo funcional e os *stakeholders*, são motes e expressões recorrentes que mobilizam as organizações.

Ainda mais quando todas as ações precisam, então, ser formatadas adequadamente, gerando o Relatório Social e o Balanço Social, resguardados sob o olhar do marketing de causa. O conjunto deste envolvimento, no entanto, tem de agora ser questionado.


Novos sinais nos alertam. O efeito estufa, o aquecimento global, o desequilíbrio social são marcas evidentes que mexem com o estado maior do ser humano: sua própria vida! A corporação necessita ser vista, então, como um meio para atingir cada cidadão do mundo, usando da sua força para conscientizar um a um.

Afinal de contas, somos nós que participamos e compomos a sociedade. Somos nós que estamos nas empresas, fazendo-as funcionar.

Somos nós, profissionais, que estamos tentando envolver cada vez mais a empresa para este engajamento ético e social.

Portanto, o indivíduo, o cidadão (que somos nós) é o grande agente de transformação do processo. Que não está só nas empresas e, sim, em todos os ambientes em que atua, podendo fazer a diferença pelos seus atos. Nada irá mudar na sociedade se não houver ampla campanha voltada para uma radical mudança do comportamento humano sobre estas questões.

Cidadãos conscientes pela causa social e ambiental, no mundo todo, puxarão a corrente que poderá minimizar todos os males com os quais convivemos hoje, em relação aos problemas ambientais e ao desequilíbrio social. Os veículos de comunicação, que fazem a linha direta de envolvimento com a massa e o coletivo, têm papel fundamental na história futura da sociedade.

Formar “exércitos do bem”, com valores éticos e de consciência da cidadania, é o desafio da humanidade. O universo tem pressa; precisa respirar a sua sobrevivência. O universo precisa de nós! 

Lívio Giosa. Vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) e coordenador-geral do Instituto ADVB de Responsabilidade Social (Ires).



A sustentabilidade nos processos de negócios

Aplicação do conceito ainda está em estágio inicial, mas empresas já devem buscar equalizar aspectos sociais, ambientais e econômicos

Marcelo Linguitte
marcelo.linguitte@superig.com.br



Há um provérbio chinês que diz que podemos escolher o que semear, mas que somos obrigados a colher aquilo que plantamos. Esse provérbio vale a quem inicia a incorporação da sustentabilidade em seus negócios. Afinal, podemos optar por começar bem esse processo, mas, se assim não fizermos, dificilmente o esforço empreendido trará os resultados esperados. Então, o que significa começar bem a implantação de uma política em sustentabilidade?

As organizações que trabalham com a promoção da sustentabilidade e da responsabilidade social, dentro e fora do Brasil, insistem que esses temas somente estarão incorporados na empresa se eles estiverem em suas estratégias de negócio. Apesar de verdadeira, essa afirmação é extremamente difícil de ser colocada em prática, pois a sustentabilidade empresarial ainda é um pouco difusa.

É difícil encontrar o ponto exato em que a empresa desenvolve aspectos sociais e ambientais ao mesmo tempo em que potencializa seu lado econômico. É uma questão bem concreta e de difícil equalização.

Com base na experiência de diversas empresas que tenho acompanhado, os casos de maior êxito na implantação da sustentabilidade têm algumas características importantes, que gostaria de compartilhar com vocês.

A empresa e seus processos

A primeira delas refere-se à visão que se tem sobre a sustentabilidade na empresa. Explico. Todas as empresas são formadas por processos: compras, produção, recursos humanos, governança etc. A visão inovadora da sustentabilidade é apresentar cada processo empresarial, por menor que seja, como se composto por três esferas: econômica, social e ambiental. O desafio da sustentabilidade é equacioná-las de tal forma para que eles possam gerar uma sinergia entre si e se potencializarem.

Por exemplo, há alguns anos, fizemos um trabalho para uma empresa de bebidas. No processo de carregamento dos caminhões com *pallets* de bebidas, havia um problema de alta rotatividade dos funcionários terceirizados. A equipe de carregamento, que tinha cerca de cem pessoas, era composta por 60% de funcionários da própria empresa e por 40% de terceirizados.

Os funcionários terceirizados não gozavam dos mesmos salários e benefícios que os funcionários da empresa, o que acabava gerando um descontentamento entre os terceirizados e a conseqüente rotatividade. Segundo o coordenador de pátio, um trabalhador demorava dois meses para atingir a produtividade ótima de carga do caminhão.

Como a rotatividade era alta, esse patamar nunca era atingido, fazendo com que os caminhões demorassem mais a sair da fábrica e a chegar até os clientes. Esse problema resultou em um nível de desabastecimento

de alguns produtos superior ao aceitável e de um gasto exagerado de componentes dos caminhões (freios, pneus, combustível etc.) pelo excesso de velocidade que cometiam, para compensar o atraso na fábrica.

Neste caso simples, percebe-se como os três aspectos (social, econômico e ambiental) interagem e impactam os negócios da empresa: por conta do mau manejo da relação da empresa com os terceirizados (pilar social), houve um problema de falta de produtos aos clientes (pilar econômico) e um consumo de combustível e pneus elevado, com maior geração de gases de efeito estufa (pilar ambiental).

Assim, as empresas que têm buscado incorporar as questões de sustentabilidade por meio de seus processos têm tido maior chance de sucesso do que aquelas que iniciam por planos “estratégicos” e que nunca se concretizam.

A sustentabilidade como fator de competitividade

O psicólogo norte-americano Frederick Herzberg, baseando-se na Teoria de Maslow, desenvolveu a Teoria dos Dois Fatores, segundo a qual as satisfações e insatisfações no ambiente de trabalho atuam de maneira independente entre si. Ou seja, Herzberg argumenta que no ambiente de trabalho há um conjunto de fatores que geram satisfação e um outro conjunto independente que gera insatisfação.

Aos fatores geradores de satisfação, o pesquisador deu o nome de Fatores Higiênicos (salário, condições de trabalho, relações interpessoais etc.), e aos fatores geradores de insatisfação, o nome Fatores Motivacionais (reconhecimento, crescimento pessoal, natureza do trabalho etc.).



A visão inovadora da sustentabilidade é apresentar cada processo empresarial, por menor que seja, como se composto por três esferas: econômica, social e ambiental

Se os Fatores Higiênicos estiverem presentes, nada acontece, ninguém se sente motivado. Mas, caso não estejam, teremos problemas. Se os Fatores Motivacionais estiverem presentes, aí, sim, há avanços no ambiente de trabalho.

O mesmo conceito se pode aplicar às empresas que começam no caminho da sustentabilidade. Uma empresa não pode achar que simplesmente cumprir a lei ou fazer o que sua concorrência está fazendo será suficiente para que ela se sobressaia e seja mais competitiva que a média.

Se ela não buscar na sustentabilidade um aspecto de competitividade, não irá avançar


nessa área. Significa dizer que a sustentabilidade deve ser incorporada às estratégias da empresa como um novo atributo de competitividade, adicionalmente aos que a empresa já gerencia: cadeia de fornecedores qualificada, boa relação com trabalhadores etc.

Em outras palavras, sustentabilidade significa necessariamente diferenciação. Fazendo um outro paralelo, acho que muitos leitores devem se lembrar da história da tecnologia da informação. No início da década de 1970, a TI surgiu para ajudar as empresas a fazer mais rápido o que já faziam.

Na década seguinte, a TI passa a modificar processos de negócio e dar um novo rosto às

operações das empresas. Na década de 1990, a TI veio para mudar o modo pelo qual as empresas desenvolviam seus negócios, transformando radicalmente os conceitos de transação com os quais se trabalhava.

O mesmo se aplica à sustentabilidade. É importante percebermos que estamos ainda nos primórdios da aplicação desse conceito e que as empresas líderes de amanhã serão aquelas que souberem incorporar mais rápida e radicalmente essa filosofia.

Assim, olhar com uma lupa “sustentável” os processos empresariais e avançar no sentido de tratar a sustentabilidade como verdadeiro atributo de competitividade são fatores de êxito quando o assunto é incorporar esse tema na agenda da empresa. 

Marcelo Linguite. Diretor-gerente da Terra Mater Empreendimentos Sustentáveis.

9º Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor

26 de setembro de 2008 Hotel – Renaissance – São Paulo



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

Maiores informações

Tel 11 5102-4654

Fax 11 5106-4656

congressos@economica.com.br

www.economica.com.br

Hotel Renaissance
São Paulo/SP
Alameda Santos, 2233

Inclusão digital no canteiro de obras da Racional

A Racional Engenharia iniciou, em fevereiro deste ano, o curso de informática "Navegando" para trabalhadores em canteiro de obras. A primeira turma foi formada por funcionários e terceirizados que atuam na construção da nova sede corporativa da Mediterranean Shipping Company (MSC), em Santos (SP), em parceria com a Rede do Futuro da prefeitura municipal. Com as novas aulas, a Racional amplia o escopo do programa "Educar É Crescer", desenvolvido há 20 anos, que oferece alfabetização, aulas de comunicação, expressão, matemática e conhecimentos gerais.

i www.racional.com

Fundação Bunge mobiliza comunidades para a educação

O programa de voluntariado "Comunidade Educativa", da Fundação Bunge, foi criado em 2002 a fim de propor discussões e ações que viabilizassem uma educação pública de qualidade, com foco na diminuição da evasão escolar, no aumento do interesse dos alunos pelo aprendizado e na aproximação da família da escola. Hoje, o programa está presente em 12 regiões dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, envolvendo 445 voluntários, 9.255 alunos e 489 professores. Destaque para o projeto "Baú do Saber-Fazer", em Uruçuí (PI), que utiliza objetos lúdicos como recurso pedagógico.

i www.fundacaobunge.org.br



Divulgação
Crianças se divertem no lançamento do projeto "Baú do Saber-Fazer"

Oi Futuro leva inclusão educacional a Moçambique

Com a assinatura de um convênio inédito com a empresa de comunicação Soico TV, de Moçambique, o instituto Oi Futuro leva para a África sua comunidade virtual de aprendizagem e prática, o "Tonomundo". A idéia surgiu em 2003, quando foi sancionada a lei que introduziu o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras. Inicialmente, serão instalados projetos-piloto em cinco escolas públicas localizadas na periferia de Maputo, capital moçambicana.

i www.oifuturo.org.br
www.stv.co.mz
www.tonomundo.org.br



Alunos de escola de Maputo que vai receber o projeto de inclusão

Votorantim beneficia mais de 300 mil jovens em 2007

O balanço de 2007 do Grupo Votorantim apontou investimento social externo a 103 projetos voltados para educação, trabalho, cultura e proteção de crianças e adolescentes, além de ter beneficiado mais de 315 mil jovens, de 15 a 24 anos de idade, em 233 municípios de todas as regiões do país. As ações socioculturais são coordenadas pelo Instituto Votorantim, que tem o papel de orientar as empresas do grupo na condução e qualificação de seus investimentos sociais externos e, assim, contribuir para a sustentabilidade dos negócios.

i www.institutovotorantim.org.br

Divulgação



Maquete do futuro centro, que vai levar o nome da cantora Ivete Sangalo

Instituto Avon patrocina centro de referência em câncer

O Hospital do Câncer de Barretos receberá R\$ 6 milhões do Instituto Avon como investimento na construção de um dos mais completos e modernos núcleos de prevenção e detecção precoce de câncer do Brasil, que deverá entrar em operação em 2010. Ele terá 7,2 mil metros quadrados e será sediado na cidade de Barretos (SP), a 450 quilômetros da capital paulista. Com verba proveniente da arrecadação da campanha "Um Beijo pela Vida", o instituto patrocinará um andar exclusivamente dedicado ao câncer de mama, com 2,5 mil metros quadrados de área.

i www.hcancerbarretos.com.br
www.institutoavon.org.br

Projeto de compensação de carbono da British Airways

A British Airways lançou no dia 28 de janeiro um programa mundial de compensação de carbono, com certificado das Nações Unidas, que inclui o Brasil na lista de países beneficiados. O principal projeto da iniciativa é a usina hidrelétrica de Faxinal dos Guedes (SC), que deve gerar até 21.725 MWh de eletricidade por ano, substituindo a energia gerada por carvão. A companhia também procura parceiros para projetos contra o desflorestamento no país. E os clientes que desejarem compensar suas emissões de gás carbônico ao voar com a British Airways podem comprar a compensação ao reservar seus vôos. O custo da compensação no vôo de São Paulo até Londres, por exemplo, é de US\$ 55,84.

i www.ba.com

Valores social e econômico no desenvolvimento do voluntariado empresarial

Potencial de transformação social é relevante para a empresa e seus empregados

Já não é de hoje que falar em trabalho voluntário é simplesmente uma atitude paternalista e assistencial. Muitas pessoas já perceberam que o desenvolvimento social só é plenamente alcançável a partir do momento que esforços são somados e competências compartilhadas. No cenário empresarial, muitas organizações vêm caminhando no sentido de incentivar seus colaboradores a exercerem atividades voluntárias, não apenas com o objetivo de serem “socialmente responsáveis”, mas também visando efetivamente contribuir com seus talentos, de maneira organizada e focada, para a transformação social.

Assim, com o objetivo de incentivar a atividade voluntária, algumas ONGs têm sido consultadas por empresas no sentido de oferecerem seu *know-how* e experiência no campo social. No entanto, muitas empresas ainda não compreenderam exatamente a importância de um trabalho qualificado desenvolvido por organizações sociais.

Nem tudo o que se desenvolve na área social, contando-se atividades de incentivo ao trabalho voluntário, é de graça ou acontece sem o devido investimento. Por quê? Porque a transferência de conhecimento, além de

trazer consigo grandes resultados já alcançados, traz também o valor da oportunidade, o potencial de gerar grandes transformações, por ser executado por uma instituição social que dedica seu tempo e talento ao incentivo do voluntariado, com resultados expressivos já alcançados. O valor agregado aos resultados já alcançados e o potencial das novas atividades torna o assunto “voluntariado empresarial” uma temática delicada quando se pensa no seu preço e na transferência do conhecimento.


O voluntariado empresarial é uma oportunidade única que traz ganhos para a empresa, para a comunidade e para os funcionários. Permite o engajamento social com problemas que cercam o funcionário e afligem a comunidade, trazendo melhorias na qualidade de vida e ajudando também a construir uma sociedade mais justa e fraterna. Além disso, programas de voluntariado empresarial contribuem para o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais, criando um ambiente de trabalho mais agradável, atraindo e retendo funcionários qualificados. Sem contar que podem melhorar a imagem da marca da empresa ou a reputação de seus produtos.

Resultados como estes podem facilmente ser delineados. A empresa tem, no entanto, que definir a maneira como pretende realizar seu programa de voluntariado, variando conforme o grau de estruturação que ela pretende dar à iniciativa. Ações mais estruturadas e complexas invariavelmente demandarão maior esforço, dedicação e recursos, financeiros e materiais.

Até mesmo ações de planejamento e capacitação que buscam gerenciar um programa de voluntariado demandam recursos variáveis, principalmente porque dizem respeito a administrar e dar suporte às atividades de um conjunto de cidadãos dentro de um contexto (neste caso a

empresa), atingindo temas relacionados a ideais, à mobilização e participação social, tornando a realização de atividades dispendiosas devido ao valor agregado ao conhecimento e aos resultados atingidos e possíveis de serem.


O potencial de canalização dos recursos humanos voluntários para melhorar a vida da comunidade pode se constituir num grande movimento de solidariedade e cidadania, desde que visto com seriedade e profissionalismo. Não é fácil a implantação, o desenvolvimento e a realização de um projeto de voluntariado empresarial, principalmente porque requer um conjunto de ações da sociedade civil organizada, gestão socialmente responsável das empresas e políticas públicas dos governos. Exige ainda experiência de mobilização social e expressividade dentro de uma empresa, coisas que a simples graduação não atesta a profissionais.

Assim, se vale um conselho, pense no valor da oportunidade e no potencial de transformação social que o incentivo à atividade voluntária dentro de empresas pode trazer. Pense na importância da transformação do ambiente de sua empresa e na contribuição que funcionários mais motivados e engajados podem trazer para seu ambiente de trabalho e para a comunidade ao redor. Avalie o conhecimento somado à experiência e aos resultados acumulados. Você realmente acredita que tudo isso se conquista sem *know-how* e que não é necessário consultar o preço, tendo em vista os resultados? 



Divulgação
Lançamento do programa Força Voluntária, que visa o incentivo e a promoção da atividade voluntária entre os colaboradores da Itaipu Binacional

Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV)

 www.acaovoluntaria.org.br
empresarial@acaovoluntaria.org.br
(41) 3322-8076

Direitos e deveres do voluntário

O que é preciso para ser um voluntário? Disposição, boa vontade e solidariedade? Sem dúvida. Mas não apenas isso!

Heloisa Coelho
imprensa@cvsp.org.br



É superimportante saber que ser voluntário envolve direitos e deveres por parte da pessoa que decide realizar esta atividade não-remunerada, em benefício de outras pessoas ou de uma causa de interesse social ou comunitário. O trabalho voluntário é regulamentado pela lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e a primeira responsabilidade que o voluntário deve ter é de escolher um trabalho que venha ao encontro de seus valores, sua disponibilidade de tempo e suas motivações. É fundamental também a identificação com a missão, as metas e atividades da instituição onde exercerá o seu trabalho voluntário.

Diferentemente do que acontece no mercado profissional, em que muitas vezes os interesses pessoais se sobressaem sobre os interesses coletivos, e a competição é quase uma palavra de ordem, o trabalho voluntário é primordialmente um esforço de equipe, em que o destaque individual é o que menos importa. Todas as energias devem estar voltadas para a realização de atividades que visem os interesses daqueles que são atendidos pela ação social desenvolvida. Assim, estar disposto a trabalhar em equipe, cooperando com o trabalho de seus colegas, é uma responsabilidade das mais importantes do voluntário.


Tais habilidades, entre outras que são desenvolvidas informalmente por meio do trabalho voluntário, têm sido percebidas pelas empresas, levando-as a promover e adotar a prática de voluntariado junto a seus colaboradores. Funcionários mais comprometidos, responsáveis, tolerantes, com mais consciência das questões sociais e ambientais, com espírito de liderança desenvolvido e, acima de tudo, com orgulho de trabalhar em uma empresa socialmente responsável, são fatores que vêm contribuindo para tornar o voluntariado empresarial uma tendência cada vez mais em alta no meio corporativo.

Ao mesmo tempo, as atividades das organizações sociais atualmente exigem um aprimoramento constante para que elas possam ser cada vez mais eficazes na realização de suas tarefas. Isso envolve, é claro, toda a equipe que ali trabalha, seja ela formada por voluntários

ou não. Portanto, o voluntário deve se mostrar disponível para participar de programas de capacitação e treinamento que contribuam para o aprimoramento de seu trabalho na organização social em que atua.

Se, por um lado, a decisão de se dedicar ao trabalho voluntário traz responsabilidades, não se deve esquecer que quem resolve trilhar esse caminho tem seus direitos. O primeiro é o escolher uma atividade que lhe traga satisfação, conhecendo em detalhes a organização ou o projeto em que vai atuar. Uma vez que já esteja atuando na organização social, o voluntário tem o direito de sentir que seu trabalho faz diferença. E, para isso, precisa ter conhecimento dos resultados, ver seu trabalho reconhecido e valorizado, e executar tarefas adequadas à sua capacidade.

Com o objetivo de difundir essas e outras importantes informações sobre os direitos e deveres dos voluntários, os centros de voluntários, presentes em diversas capitais e cidades do Brasil, atuam há dez anos na orientação de quem quer ser voluntário e na capacitação de organizações sociais para recebê-los. Nestes dez anos de trabalho, foram atendidas centenas de milhares de pessoas e organizações sociais que recebem voluntários.

A atuação dos centros de voluntariado mostra que voluntários comprometidos e organizações preparadas podem construir uma nação socialmente mais justa. 



Heloisa Coelho. Diretora executiva do Rio Voluntário.

As raízes dos sonhos

Nem sempre uma grande frustração é sinônimo de ponto final. Às vezes, um choque de realidade faz brotar uma ação maior e mais realista. Foi assim com o projeto “Plantar é renascer”, desenvolvido por alunos e professores da Escola Agrícola Comendador João Marchesi, em Jussara (GO) – uma das 7.467 instituições certificadas com o Selo Escola Solidária 2007.

Notando a degradação provocada pelo desmatamento na região, o diretor da escola resolveu tomar uma atitude. “Não havia muitas árvores. A cidade era muito quente e faltavam planos de arborização”, lembra ele. Envolvendo docentes e discentes, passou a plantar em um viveiro da escola, mudas de espécies nativas do cerrado goiano para distribuição. Em 2002, foram doadas mil mudas. No ano seguinte, 4.000.


Longe de ter resolvido o problema, a comunidade escolar levou um choque de

realidade. Depois de percorrer a cidade, alunos e professores descobriram que nem todos os moradores plantaram as mudas ou estavam cuidando delas corretamente. “A maioria das pessoas que procuravam a escola para solicitar mudas as doava para alguém de fora, plantava na fazenda sem planejamento ou não morava na cidade”, lembra o diretor.

Essa aula prática inquietou estudantes e professores. Todos ficaram frustrados com a falta de resultados. Foram três anos praticamente perdidos. Novamente, o diretor e sua equipe entraram em cena, reunindo os alunos e pedindo sugestões. Nascia aí o projeto “Plantar é renascer”. A atividade deixou de ser uma simples doação de mudas para virar um plano de arborização da cidade, com reflexos no aprendizado dos alunos e na vida da população.

Na escola, o projeto abrange várias disciplinas: matemática (gráficos sobre o

desenvolvimento das mudas), geografia (espaço urbano e do ambiente), ciências (fotossíntese), língua portuguesa (reportagem com os moradores, síntese das entrevistas e apresentação para comunidade), história (processo de urbanização municipal), informática (pesquisas na internet), práticas agrícolas (maneira adequada do plantio) e cidadania (respeito ao ambiente).

Fora da escola, o projeto criou raízes ao firmar parcerias com diversas instituições que garantem apoio institucional. Até hoje participaram do projeto 140 estudantes, de 5ª à 8ª séries, com a missão audaciosa de atender os 34 bairros da cidade. 

**Escola Agrícola
Comendador João Marchesi**
 (62) 3373-1412

Rede Social Bela Vista: a união de forças com um único propósito

Todos os dias as entidades beneficentes se vêem na contingência de enfrentar novos desafios criados pela dinâmica da sociedade. Frequentemente, as demandas por providências são superiores à capacidade de atendimento de uma determinada organização social, principalmente quando essas demandas estão localizadas, ou seja, passam a existir dentro de um determinado espaço geográfico.

O acúmulo de demandas de variadas naturezas pode levar o administrador de uma organização do Terceiro Setor ao pânico, se o mesmo não estiver atento às alternativas técnicas disponíveis para essas ocasiões. A criação de uma rede social é uma excelente alternativa, pois tem a característica peculiar de reunir em um único fórum, composto por várias organizações, as demandas sociais de uma determinada região.


Segundo um dos principais ideólogos das redes sociais no Brasil, Francisco Whitaker, “uma estrutura em rede corresponde também

ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou por meio dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. O que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo”.

Neste aspecto, o bairro Bela Vista, localizado na região central da capital paulista, já dá passos longos em direção à melhoria da região. Tem o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e reúne 60 organizações e/ou instituições instaladas no bairro.

Integram a rede: CVSP, Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sório Libanês, escritório de Inclusão Social Bela Vista, Senac 9 de Julho, Associação Paulista de Apoio à Família (Apaf), Refeitório da Pena Fortes

Mendes, Bela Vista Bela, Ação 9 de Julho, UBS Armando D’ Arienzo, UBS Humaitá, Núcleo Social Nossa Senhora do Carmo, Projeto Abraço seu Bairro, entre outras organizações.

Além de discussões acerca dos problemas locais, a Rede Social Bela Vista promove fóruns, oficinas e mutirões – a exemplo do 4º Mutirão do Bixiga, que ocorreu no final de 2007 e envolveu cerca de 300 pessoas na limpeza do bairro. A rede é dotada de uma comissão de comunicação e outra que promove os fóruns. A participação na rede é facultada a toda e qualquer organização social, poder público, empresas e indivíduos que tenham interesse em somar esforços na construção de um futuro melhor para as pessoas socialmente vulneráveis que residem na região de influência do bairro Bela Vista. 

Rede Social Bela Vista
 www.redesocialbelavista.com.br

Jogo on-line permite que jogadores salvem vidas reais

Ioannis Tsiokos, diretor-geral e cofundador da Something Inc., de Atenas, e um pequeno grupo de colegas da Grécia, Índia, Estados Unidos e Reino Unido desenvolveram um jogo on-line elaborado para ajudar o meio ambiente e lutar contra a pobreza no mundo real, transformando os prêmios do jogo em ajuda para causas de cunho social e ambiental. O jogo, chamado Glupod, deve ser lançado em nível mundial no dia 30 de maio. Os jogadores terão a capacidade, por exemplo, de oferecer alimento a uma criança faminta na África, proteção para uma espécie de baleia que será extinta ou equilibrar a emissão de gás carbônico e ajudar a combater o aquecimento global.

i www.glupod.com



Logo e um dos personagens do jogo on-line

Pregão.Net disponibiliza versão gratuita para o Terceiro Setor

O Pregão.Net passou a oferecer em fevereiro uma versão gratuita de seu portal de pregões eletrônicos denominada "Convênio", voltada para entidades públicas e do Terceiro Setor que necessitam comprar por meio de pregões eletrônicos mas não têm condições de fazerem investimentos em TI. Praticamente não há diferenças entre a versão gratuita e as demais versões oferecidas pelo portal, a não ser a possibilidade de personalização do ambiente de trabalho e a administração do cadastro de fornecedores. Na versão gratuita, o cadastro é administrado pelo próprio Pregão.Net. Para usufruir do portal, a entidade deve acessar solicitar o "Contrato de Apoio Técnico – Modalidade Convênio" pelo próprio site.

i www.pregao.net

Radar

Revista *Sorria**: projeto inovador de captação

O Graacc e a Editora MOL lançaram em março a revista *Sorria**, projeto inovador que tem como objetivo multiplicar os recursos investidos na entidade por seus apoiadores e patrocinadores. A publicação bimestral pode ser adquirida exclusivamente nas lojas da Droga Raia por R\$2,50 – o valor arrecadado, descontados os impostos, será totalmente destinado à instituição. Em um ano, a Droga Raia pretende vender mais de 400 mil exemplares, gerando mais de R\$ 1 milhão para o Graacc, que será destinado ao aumento da capacidade de atendimento gratuito a crianças e jovens pacientes. E se engana quem imagina um conteúdo pesado. A publicação está pautada em valores humanos, apresentando relações verdadeiras, prazeres do cotidiano, otimismo, leveza e solidariedade.

i www.graacc.org.br



Portal Pró-Menino

Iniciativa da Fundação Telefônica que busca contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Para isso, dissemina informações e apóia organizações governamentais e não-governamentais que lidam com esta temática, sendo a rede local de atendimento à criança e ao adolescente e os atores que dela fazem parte seu foco prioritário de atenção. Entre as diversas seções, destaque para a "Gestão de ONGs", que traz notícias, artigos e dicas para a administração profissional de uma entidade social.

i www.promenino.org.br

ECO1: Youtube da ecologia

O ECO1 é o primeiro portal de vídeos da internet brasileira totalmente dedicado à ecologia e educação ambiental. Lançado em agosto de 2007, seu objetivo é servir de apoio didático para professores e alunos, bem como ajudar na conscientização da importância de se preservar os recursos naturais do planeta para as futuras gerações. Os principais assuntos abordados nos vídeos são: aquecimento global, reciclagem e sustentabilidade. Todo conteúdo está sob a supervisão e responsabilidade da bióloga Camila Nunes.

i www.eco1.com.br

Senninha nas bancas

O mundo dos quadrinhos recebe dois lançamentos com o personagem Senninha – menino esperto, de 8 anos, inspirado no tricampeão mundial de Fórmula 1, Ayrton Senna. O pontapé inicial da parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a HQ Maniacs Editora é a edição especial *Ayrton Senna – Um Herói Brasileiro* (R\$ 14,90), que chegou às bancas em março, mês de comemoração do aniversário do piloto. E, a partir de abril, a revista *Senninha e Sua Turma* (R\$ 2,90) vai estar todos os meses nas bancas, com 32 páginas de histórias em quadrinhos cheias de aventuras, além de jogos e passatempos que prometem agitar a criançada.

i www.senna.org.br



Prêmio Jovem Cientista 2008

Estudantes do ensino médio, superior e graduados têm até o dia 8 de agosto para inscrever pesquisas com o tema "Educação Para Reduzir as Desigualdades Sociais" no 23º Prêmio Jovem Cientista, promovido pelo CNPq. A edição deste ano oferecerá R\$ 150 mil em prêmios. Todos os vencedores terão seus trabalhos publicados em livro, para divulgação em centros de pesquisa, universidades e instituições públicas e privadas de todo o país, e o CNPq poderá ainda conceder bolsas de iniciação científica, iniciação científica júnior, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

i www.jovemcientista.cnpq.br

Concurso premia trabalhos musicais sobre cidadania

A ONG Criar Brasil – Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio, com o apoio do Instituto Votorantim, promoverá este ano o 2º Concurso Cultura Popular e Cidadania nas Ondas do Rádio, que recebe até 20 de junho inscrições de músicas com temas ligados à cidadania. O objetivo é descobrir talentos e promover a reflexão sobre a realidade social das diferentes regiões. Compositores de todo o Brasil podem se inscrever gratuitamente em uma das mais de mil emissoras comunitárias, educativas e comerciais de pequeno porte associadas ao Criar Brasil. As cinco melhores músicas serão premiadas, juntamente com as rádios a que estão vinculadas, e as canções, reproduzidas em CD. O material será, então, distribuído para 400 rádios espalhadas pelo país.

i www.criarbrasil.org.br



Canto Cidadão lança livro fotográfico

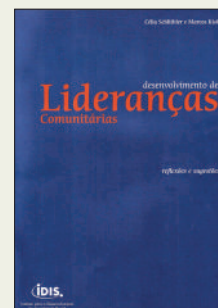
A partir de 2002, o Canto Cidadão começou a registrar alguns momentos de suas ações sociais: atuações em hospitais, treinamento de voluntários, novos hospitais, viagens nacionais e internacionais, eventos comunitários e tantas outras recordações que serviram de ponte para a organização chegar até o presente. Agora, a entidade lança o livro *Canto Cidadão: fragmentos de cidadania e alegria por todo o Brasil* (66 págs., R\$ 20), organizado por Felipe Mello e Roberto Ravagnani, diretores-fundadores da iniciativa. Trata-se de um documento fotográfico com uma reunião de fragmentos de cidadania e alegria captados em diversos locais do país.

i www.cantocidadao.org.br
cantocidadao@cantocidadao.org.br
(11) 3667-0167



Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias

Organizado por Marcos Kisil e Célia Regina Belizia Schlither, o livro *Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias: Reflexões e Sugestões* (48 págs., download gratuito) reúne textos produzidos com base em experiências e aprendizagens acumuladas durante a execução do "Doar", programa promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento Social (Idis) desde 2000. A obra destaca a importância da liderança para o desenvolvimento comunitário, traz uma reflexão sobre a construção desta proposta nos três setores e apresenta dicas práticas de como estruturar um projeto de formação de novos líderes sociais.



Descobrimo o Investidor Social Local

O Idis também lançou recentemente a publicação *Descobrimo o Investidor Social Local: Perfil e Características* (46 págs., download gratuito), organizado por Célia Regina Belizia Schlither, Marcos Kisil e Tatiana Mayumi Otani Correia. Resultado de uma pesquisa que traçou o perfil dos indivíduos que realizam doações – coordenada pela empresa Enfoque Pesquisa de Marketing –, o livro faz uma análise do desenvolvimento da filantropia e compara os resultados alcançados, o perfil do doador e suas motivações para doar a outros levantamentos existentes. A publicação traz ainda informações e sugestões para as organizações aproveitarem melhor este grande ativo que é o doador individual, também chamado de investidor social local.

i www.idis.org.br



A Comparison of Carbon Offset Standards

O WWF publicou em março o livro em inglês *A Comparison of Carbon Offset Standards - Making Sense of the Voluntary Carbon Market* (119 págs., download gratuito). Produzido pelo Stockholm Environment Institute, Tricorona e WWF, a obra discute o mercado voluntário de carbono, analisando e comparando diferentes referenciais de redução/seqüestro de carbono que têm sido utilizados por um grande número de projetos de diferentes locais e situações.

i www.panda.org

Agenda

Maio

7/5

Treinamento: Gestão de Projetos segundo o PMBOK®

Realização: Project Management Institute
Local: Avenida Angélica, 745 – cj. 71
São Paulo/SP
www.compromisso.net/treinamento
mailing@compromisso.info
(11) 3668-6030

8/5

2º Encontro Paulista de Psicologia Transpessoal

Realização: AlubratBrasil
Local: Rua São Benedito, 2.146
São Paulo/SP
www.alubrat.org.br
alubrat-saopaulo@uol.com.br
(11) 6160-0807

8 e 9/5

4º Congresso Hemisférico de Fundraising – Latinoamérica

Realização: Association of Fundraising Professionals (AFP)
Local: Aniceto Ortega 629
Col. Del Valle – México
www.afpnet.org
news@afpnet.org
001 866 837-1948

9/5

Curso: Economia Solidária e Geração de Renda

Realização: Fundação Semear
Local: Rua Joaquim Pedro Soares, 540
Novo Hamburgo/RS
www.fundacaosemear.org.br
morgana@fundacaosemear.org.br
(51) 2108-2108

09/5

Criação e Desenvolvimento de um Departamento de Captação de Recursos

Palestrante: Marcelo Estraviz
Realização: Diálogo Social
Local: Recife
www.dialogosocial.com.br
dialogo@dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643 – (11) 7864-1745

12/5

1º Seminário Anual de Serviço Social

Realização: Cortez Editora
Local: Rua Monte Alegre, 1.024
São Paulo/SP
www.cortezeditora.com.br
imprensa@cortezeditora.com.br
(11) 3611-9616

16/5

Planejamento e Gestão de Institutos e Fundações

Palestrante: Livia Giosa
Realização: Diálogo Social
Local: São Paulo
www.dialogosocial.com.br
dialogo@dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643 – (11) 7864-1745

16 e 17/5

3º Encontro de ONGs e Associações de Pacientes Saúde Brasil

Realização: Instituto Saúde Brasil – Aguilla
Local: Rua Luis Coelho, 323
São Paulo/SP
www.saudebrasilnet.com.br
paula.lieb@terra.com.br
(11) 4226-4285

27 a 30/5

Conferência Internacional 2008 do Instituto Ethos

Realização: Instituto Ethos
Local: Avenida Olavo Fontoura, 1.209
São Paulo/SP
www.ethos.org.br
pauta@ethos.org.br
(11) 3616-7575

27 a 29/5

Seminário Internacional de Políticas Públicas Integradas (SIPPI)

Realização: Universidade Metodista de São Paulo
Local: Rua Planalto, 106
São Bernardo do Campo/SP
www.metodista.br/catedraticidades
catedraticidades@metodista.br
(11) 4366-5825

30/05

Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

Palestrante: Rogério Martir
Realização: Diálogo Social
Local: São Paulo
www.dialogosocial.com.br
dialogo@dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643 – (11) 7864-1745

Junho

2 a 6/6

Preparatório para a certificação PMP segundo o PMBOK

Realização: Project Management Institute
Local: Avenida Angélica 745 – cj 71
São Paulo/SP
www.compromisso.net/treinamento
mailing@compromisso.info
(11) 3668-6030

11/6

Geração de Renda e sustentabilidade de Organizações sociais

Palestrantes: Michel Freller/ Danilo Tiisel
Realização: Diálogo Social
Local: Rio de Janeiro
www.dialogosocial.com.br
dialogo@dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643 – (11) 7864-1745

11 e 12/6

1º Fórum Internacional de Sustentabilidade e Comunicação do Brasil

Realização: Atitude Brasil
Local: SHTN trecho 01 – cj. 1d – bloco C
Brasília/DF
www.atitudebrasil.com
atitudo brasil@atitudo brasil.com
(11) 3815-6400

12/6

Comunicação e Marketing para Organizações Sociais

Palestrante: Marcio Zeppelini
Realização: Diálogo Social
Local: Rio de Janeiro
www.dialogosocial.com.br
dialogo@dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643 – (11) 7864-1745

Julho

1/7 a 5/8

Iniciação ao Direito do Terceiro Setor

Realização: Instituto Dias Lopes de Ensino e Pesquisa
Local: Rua Haddock Lobo, 347 – cj. 112
São Paulo/SP
www.diaslopes-iep.com.br
eduardomarassi@diaslopes.adv.br
(11) 3124-3101

Responsabilidade social, sustentabilidade e marketing social com Fernando Credidio

As principais demandas do mundo corporativo, desmitificadas em palestras e cursos ministrados por um dos mais conceituados profissionais do setor

- ▶ Responsabilidade social, sustentabilidade & marketing social: conceitos e papéis;
- ▶ Sustentabilidade faz parte do negócio;
- ▶ O papel da responsabilidade social e da sustentabilidade no posicionamento de marca e na estratégia corporativa;
- ▶ Os desafios de comunicar as ações de sustentabilidade e responsabilidade social;
- ▶ Como estruturar programas de investimento social e voluntariado corporativo;
- ▶ Marketing relacionado a causas: uma ação de ganha-ganha;
- ▶ Comunicação & marketing na área socioambiental;
- ▶ Como transformar sua organização em notícia;
- ▶ Dinheiro para sua causa.

Saiba mais sobre Fernando Credidio, acessando os blogs **Cidadania.corp** (<http://rsempresarial.spaces.live.com>) e **Futuro Sustentável** (<http://futurosustentavel.spaces.live.com>)

cel.: (11) 8200-7159 | e-mail: fernando.credidio@futurosustentavel.org.br

**PALESTRAS
E CURSOS
IN
COMPANY**

*Outros temas sob consulta



ALGUMAS EMPRESAS COLOCAM
RESPONSABILIDADE SOCIAL NO DISCURSO.

OUTRAS COLOCAM O DISCURSO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL NA EMPRESA.

10º TOP SOCIAL ADVB. MENOS DISCURSO E MAIS AÇÃO. INSCREVA-SE.

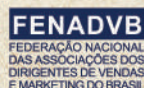
O Top Social ADVB chega à sua 10ª edição como a mais importante premiação do País na área de responsabilidade social. Se a sua empresa investe em ações de cidadania tanto para o público interno quanto para a comunidade, inscreva seu projeto. Fazer o que é certo merece reconhecimento.



CONSCIÊNCIA SOCIAL
É O INGRESSO PARA
UM MUNDO MELHOR.

Colaboração:

Apoio:



DCI

Realização:



GAZETA MERCANTIL



Rua Treze de Maio, 1.413
São Paulo/SP - CEP 01327-001
Tel.: (11) 3372 3800 - Fax: 3372 3820
www.advbfm.org.br

Acesso livre já!

É lei: deficientes e pessoas com mobilidade reduzida devem ter acessibilidade física e de comunicação

Por Ana Luiza Biazeto

ARQUIVO PESSOAL



“De que adianta ter calçada rebaixada com rampa, se o motorista estaciona sobre ela?”

**César Paranhos,
estudante e cadeirante**

A arquitetura inclusiva é uma tendência mundial, já está presente nos países desenvolvidos e lança ao Brasil o desafio de aderir-la. O conceito, fundado nos princípios do *universal design*, visa a criação de ambientes que possam ser usados pelo maior número de pessoas, independente das limitações, sejam elas permanentes, temporárias ou circunstanciais.

Aos projetos habitacionais, a arquiteta Sandra Perito, diretora-presidente do Instituto Brasil Acessível, explica que é possível incorporar características universais ou adaptáveis que proporcionem diversas vantagens. “Mesmo que o morador não seja deficiente, pode futuramente ter alguma restrição, e se o ambiente construído estiver preparado para estas mudanças, todos ganham”, diz e acrescenta que, além desta facilidade, “a visita de pessoas com deficiência também é viável”.

Para a construção de uma casa dentro dos conceitos da arquitetura inclusiva, o projeto é feito com previsões. “A campanha pode tocar, como é de costume, e acender uma luz, ou seja, há neste caso uma sinalização auditiva e outra visual. A instalação das tomadas se faz ao alcance de todos, e a encaiação é feita numa altura que, se um dia for necessário colocar barras de apoio na parede, não será preciso quebrar a tubulação”, ilustra Sandra.

Este é um dos vieses que circunda a acessibilidade universal, a qual pode ser entendida como o direito de ir e vir de todas as pessoas, com autonomia, independência e comunicação garantidas.

Primeiros passos

Em São Paulo, segundo Renato Baena, secretário municipal da Pessoa com

Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED), a cultura de acessibilidade precisa permear, principalmente, os arquitetos e engenheiros. Com esta demanda pela conscientização, foi criado um curso para estes profissionais da prefeitura. “Para que haja uma arquitetura inclusiva, que permita a acessibilidade, é preciso que tenham nova visão e ação, pois são eles os responsáveis pelas construções e, geralmente, não apresentam experiência em acessibilidade.”

As mudanças arquitetônicas em São Paulo começaram pelas calçadas. Em 2007, a prefeitura criou o Plano Emergencial de Calçadas (PEC), que traça rotas especificadas por um sistema de georeferenciamento desenvolvido pela secretaria. Essas rotas têm de dois a cinco quilômetros e vão contemplar as vias com serviços públicos e privados, como saúde, educação, esporte, cultura, correios, bancos, entre outros, e, principalmente, paradas ou estações para embarque e desembarque de passageiros do transporte público.

Dentre os projetos da SMPED, surgiu também o programa Ler pra Crer, que permite o acesso de deficientes visuais ao acervo literário municipal. Caso não esteja disponível alguma obra, basta solicitar a impressão em braile ou gravação em áudio-livro.

Também nos princípios da acessibilidade, a Fundação Biblioteca Nacional, em parceria com a organização Acessibilidade Brasil, está adequando os acervos da Biblioteca Nacional. A maior biblioteca da América da Latina, e a oitava do mundo, com 9 milhões de itens, fundada em 1808 por D. João VI, no Rio de Janeiro, além de adaptar o portal da internet, vai instalar equipamentos na



A estudante Maria Thereza Guimarães reclama dos serviços telefônicos para surdos



Renato Baena, secretário municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo, preocupa-se com a sensibilização de arquitetos e engenheiros



A arquiteta Sandra Perito, diretora-presidente do Instituto Brasil Acessível, destaca a importância de se incorporar características universais ou adaptáveis às novas construções

sede, para que todos possam ter acesso ao acervo físico da biblioteca.

Em Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social (Seacis) também realiza ações que visam atender a toda população. Fez a adequação do campus das Faculdades Porto-Alegrenses (Fapa), a instalação de dispositivos sonoros em sinalizas para os cegos, a orientação no Projeto de Modernização da Estação Mercado da Trensurb – que vai promover a adequação arquitetônica às normas de acessibilidade universal e a revitalização urbanística da praça Revolução Farroupilha.

Quando o assunto é a construção indiscriminada de rampas nos mais diversos lugares, como sinônimo de acessibilidade, há contestação. “A rampa atende ao cadeirante, no entanto não se pode dizer que este é o símbolo da arquitetura inclusiva, pois cada pessoa apresenta sua necessidade. O que é acessível para um, pode não ser para outro”, alerta Sandra. No dia-a-dia de quem se locomove sobre rodas, as rampas podem até não ter significado algum. “De que adianta ter calçada rebaixada com rampa se o motorista estaciona sobre ela?”, questiona César Paranhos, estudante de jornalismo e cadeirante. “Há ainda um longo caminho para educar a população”, elucida.

E quando o assunto é a comunicação para os deficientes auditivos, nas Faculdades Integradas Rio Branco, em São Paulo, não há impedimentos. Cada aluno surdo é acompanhado por um intérprete na Língua Brasileira dos Sinais (Libras), durante as aulas e também pelo campus. A aluna

Cláudia Nagura, formada em Artes Visuais e arte-educadora de uma escola para surdos, que perdeu a audição com um ano de idade, optou pela segunda graduação. “Como eu gosto de ensinar os alunos surdos, vim aprofundar meus estudos na Faculdade de Pedagogia e Letras”, conta.

Segundo ela, o intérprete em Libras é essencial para se cursar uma faculdade. “Sem eles eu não conseguiria acompanhar bem as aulas e minha comunicação seria fragilizada.”

Garantia de direitos

Desde 2004, a lei federal nº 10.098 estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O decreto nº 5.296/2004 situa uma série de critérios básicos, em diversas áreas, que devem ser observados e implementados por todos os municípios e estados do Brasil. Desde então, a sociedade brasileira passou a prestar mais atenção ao que tange este assunto, seja por conscientização ou por cumprimento da lei.

Diversas ações devem ser executadas por todos os setores, de acordo com a Norma Técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, dentre elas: a instalação de cabines telefônicas adaptadas, portas amplas para passagem de cadeiras de rodas, instalação de rampas ou elevadores para acesso a edifícios, espaços especiais para as cadeiras de rodas, como nos cinemas ou auditórios, sinalização

visual e tátil para pessoas com deficiência auditiva e visual.

Para a estudante de administração Maria Thereza Guimarães, os serviços telefônicos para surdos, por exemplo, são ineficientes. “Além do atendimento demorado, eu preciso de um ouvinte para me ajudar”, critica. Apesar da perspectiva de mudança, há inúmeros ajustes para que todas as pessoas sejam atendidas nas suas necessidades.

Paranhos transita com dificuldade pelo mercado de trabalho. Admirador da mídia eletrônica, apaixonado pela televisão, encontra pouca possibilidade de se locomover nas empresas de comunicação. “Comecei a pensar que Comunicação Social não é área profissional para quem tem alguma deficiência, porque há pouca ou nenhuma adaptação do espaço construído”, diz ele denunciando as lacunas de acessibilidade.

Para que as transformações aconteçam, algumas das especificações técnicas encontradas nas normas da ABNT ressaltam a importância do acesso dos deficientes ao trabalho. Os espaços devem ser adaptados, com mesas com tamanhos especiais, inclusive nos refeitórios, computadores na altura correta, armários em altura acessível, banheiros adaptados, portas largas etc.

O cumprimento das leis e a conscientização de uma sociedade habituada a conviver de maneira excludente contribuem para o fortalecimento social, econômico e político do país. Rico nas diferenças e diversidades, o Brasil tende a vigorar-se nas vivências em acessibilidade. ♿

CIEE apóia recolocação de estagiários com deficiência

Em 2007, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) atuou na contratação de 1,5 mil estagiários com deficiência – aumento de 85% em relação ao ano anterior. Há nove anos, porém, o CIEE já mantém um programa diferenciado, que inclui o cadastramento e encaminhamento de jovens com limitações físicas, visuais, auditivas ou intelectuais para capacitação prática em empresas e órgãos públicos. O programa “CIEE Pessoas com Deficiência” objetiva contribuir para solucionar o maior obstáculo à inserção efetiva de deficientes no mercado de trabalho: a falta de capacitação dos candidatos.

i www.ciee.org.br

Intercâmbio Brasil/EUA no rúgbi adaptado

No dia 23 de fevereiro, a Vila Olímpica Dias Gomes, conhecida como Piscinão de Deodoro, no Rio de Janeiro (RJ), foi palco da 1ª Clínica de Rúgbi Adaptado do Brasil, ministrada pelo atleta norte-americano Brian Muniz, do Chicago Bears. O evento foi organizado pelo Rio Quad Rugby Clube (RQRC), cujos integrantes tiveram uma amostra teórico-prática da modalidade – ainda um pouco desconhecida no Brasil, tanto em regras como em táticas. Jefferson Maia, presidente e atleta do RQRC, convida os interessados, atletas em potencial e profissionais a conhecerem a prática esportiva.

i www.inclusivas.blogspot.com



Atletas do rúgbi adaptado que participaram da clínica

Banheiro universal tem design inovador

O Universal Toilet é um banheiro ecológico que atende pessoas com ou sem deficiências. Com design moderno, pessoas que usam cadeiras de rodas não precisam virar e contorcer a cadeira; eles podem simplesmente escorregar para fora da cadeira, diretamente para o vaso sanitário. O aparelho também tem um suporte para o peito que ajuda na estabilidade e no conforto. Desenvolvido por dois estudantes da Coréia do Sul, este foi um dos projetos que se destacaram na edição 2007 do Prêmio Idea, a mais importante premiação mundial de design que acontece há 30 anos.

i www.ideabrasil.com.br



Foto do Universal Toilet, com legenda de utilização pelo cadeirante

Jovens deficientes não se reconhecem na mídia

O estudo *Mais janela que espelho: a percepção dos adolescentes com deficiência sobre os meios de comunicação na Argentina, no Brasil e no Paraguai*, divulgado no dia 11 de fevereiro pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), Rede Andi América Latina e ONG Save the Children Suécia, revelou que os jovens com deficiência pouco se reconhecem na programação de tevê, nos jornais e nas revistas. A pesquisa ouviu 67 adolescentes com deficiência, a maioria na faixa dos 11 a 13 anos, de diferentes classes sociais; e a maioria esmagadora deles não se recordou de nenhuma notícia ou personagem televisivo que abordavam essa condição.

i www.andi.org.br



Modelo da cadeira funcional

AACD lança nova cadeira funcional

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), em parceria com o grupo Baxmann-Jaguaribe – empresa que promove a qualidade de vida dos usuários de cadeiras de rodas –, apresentou no final de fevereiro, em São Paulo (SP), a Cadeira Funcional AACD. Trata-se de um produto inovador que atende às necessidades dos deficientes físicos de maneira individualizada, conforme sua patologia. O paciente fica em boa postura, o que possibilita um tônus normal, melhor respiração e conseqüentemente bom funcionamento dos órgãos internos.

i www.aacd.org.br

Celular inclusivo para deficientes visuais

A Vivo acaba de lançar um celular acessível para os clientes com deficiência visual. O modelo Nokia E65 Talks é o primeiro que vem com o software Talks (vocalizador) já instalado no telefone. Disponível para os consumidores em toda a área de cobertura da companhia, o aparelho vem com a gratuidade da licença para a utilização do software, permite ao deficiente visual total acesso aos recursos de telefonia celular, como identificador e registro de ligação, agenda, internet, gravador digital, tocador de MP3 e transferência de arquivos.

i www.nokia.com
www.vivo.com.br



REINTEGRA

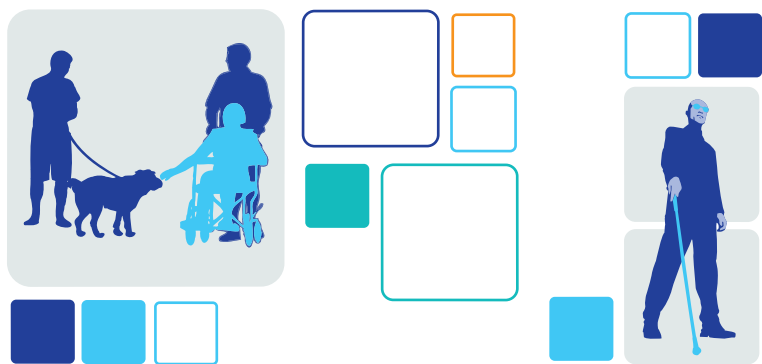
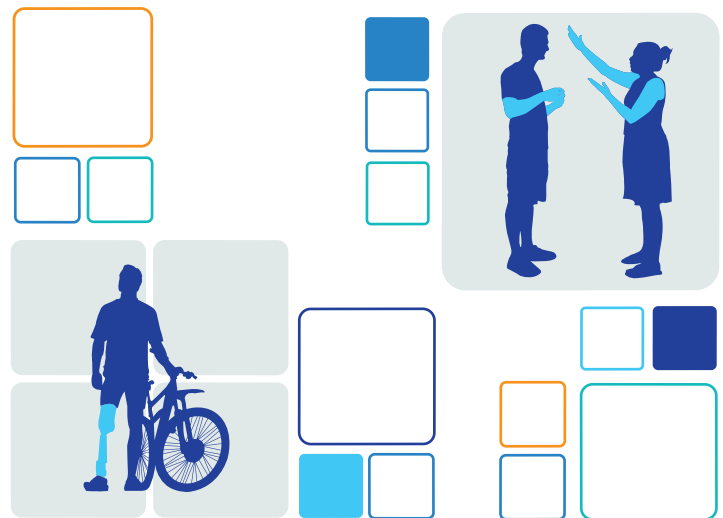
ENCONTRO NACIONAL DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE 2008

ACESSIBILIDADE, REABILITAÇÃO E INCLUSÃO EM TODOS OS SENTIDOS

A Reintegra 2008 – Encontro Nacional de Inclusão e Acessibilidade é um evento pioneiro que irá abordar a empregabilidade, a acessibilidade e a inclusão social de uma importante parcela da nossa população por meio do trabalho, do esporte e da arte.

Autoridades, representantes de instituições públicas e privadas, empresários, ONGs, profissionais especializados e pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida terão acesso a uma programação completa.

Participe da Reintegra 2008! Venha fortalecer sua imagem institucional, divulgar seus produtos e serviços, estreitar o relacionamento com os agentes do setor e realizar contatos comerciais e profissionais.



PROGRAMAÇÃO:

- ◆ Workshops Profissionais e Painéis Temáticos – com coordenação científica do CREFITO2, CRFa1, CREA, Delegacia Regional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
- ◆ Eventos Integrados – Fórum Voluntariado, Prêmio Reintegração, Equitação Especial, Quadra Poliesportiva, Pintemos Juntos, Shows e Test drives
- ◆ Espaço Cidadania
- ◆ Feira de Produto, Serviços e Equipamentos

15 a 17 de agosto de 2008 | Riocentro | Rio de Janeiro



Apoio Institucional



Apoio  **PREFEITURA**



Local



Realização/Promoção



Informações e vendas:
(21) 3521 1500 | reintegra@fagga.com.br

www.reintegra.com.br



Associação Beneficente Educacional Nova Esperança (Abene)

Fundada em 1987, a Abene é uma entidade sem fins lucrativos e de caráter socioeducacional e cultural. Situada na Ilha do Governador (RJ), a associação atende a crianças e jovens, adultos e idosos de baixa renda da região, com problemas socioeconômicos como desemprego, moradia, alcoolismo, drogas, desestrutura familiar, entre outros. A ONG busca possibilitar ações transformadoras por meio do compromisso coletivo, oferecendo cursos de recreação infantil, canto, música e pré-vestibular, além de palestras educativas e passeios culturais.

Necessidades:

Alimentos não-perecíveis, material de limpeza e de higiene pessoal, cadeiras de roda e de banho, brinquedos, móveis, computadores e material de escritório.

Doações:

Banco do Brasil
 Agência: 3222-9
 Conta-corrente: 20631-8
 CNPJ: 32.364.036/0001-40

i Estrada da Cacuia, 475
 Cacuia – Ilha do Governador/RJ
 CEP 21921-001
 (21) 2467-2399

Patronato Berlaar Coronel João Cândido de Aguiar

Fundado em 19 de março de 1956, o Patronato Berlaar é uma entidade filantrópica, de caráter beneficente, educativo, cultural e de assistência social destinada a crianças e adolescentes do sexo feminino, com idades entre 6 e 18 anos, especialmente aquelas que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Apenas em 2007, foram atendidas cerca de 180 jovens em regime de semi-internato. A entidade oferece atividades pedagógicas e esportivas, aulas de balé, teatro, música, canto e natação, iniciação à informática, curso de artesanato, além de contar com biblioteca e brinquedoteca.

Necessidades:

Máquinas de costura, computadores, impressoras e cartuchos, máquina fotográfica digital, datashow e telão, instrumentos musicais, aparelhos de som, brinquedos e jogos pedagógicos, livros infanto-juvenis.

Doações:

Banco do Brasil
 Agência: 0274-7
 Conta-corrente: 3.233-6
 CNPJ: 16.554.008/0005-63



i Praça Dr. Honorico Nunes, 500
 Centro – Patrocínio/MG
 CEP 38740-000
 berlaarjoacandido@yahoo.com.br
 (34) 3831-2313



Associação das Mulheres de Nazaré da Mata (Amunam)

Criada em 1988 a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, Tracunhaém e Buenos Aires, municípios localizados na Zona da Mata Norte, em Pernambuco, a Amunam milita em prol dos direitos humanos, com ênfase nos direitos das mulheres e de suas famílias. O objetivo da entidade é fortalecer as pessoas e grupos sociais da região, defendendo políticas que visem assegurar e garantir o exercício dos direitos humanos e sociais, a igualdade de gênero e a justiça social. A associação realiza diversas oficinas, com temas como educação sexual, meio ambiente, cidadania e direitos humanos, danças culturais, informática, e fortalecimento comunitário.

Necessidades:

Máquina fotográfica digital, laptops, estantes de aço para biblioteca, alimentos não-perecíveis.

Doações:

Caixa Econômica Federal
 Agência: 054
 Conta-corrente: 7429-1
 CNPJ: 12.813.226/0001-90

i Rua Coronel Manoel Inácio, 129
 Centro – Nazaré da Mata/PE
 CEP 55800-000
 www.amunam.org.br
 amunam@piernet.com.br
 (81) 3633-1008

Organizações que você pode ajudar



Casa de Maria de Nazaré

A Casa de Maria de Nazaré é uma entidade sem fins econômicos que atende mensalmente 450 crianças e adolescentes carentes em período complementar à escola, por meio de trabalho socioeducativo, 286 jovens de 15 a 24 anos que participam do projeto "Ação Jovem", além de 272 famílias, 20 adolescentes grávidas de 12 a 18 anos, 20 bebês e 80 crianças e adolescentes em regime de abrigo provisório. Os atendidos recebem diariamente de três a quatro refeições, são acompanhados pelo serviço social e de psicologia e participam de atividades como acolhimento, pernoite, danças, higiene pessoal, teatro, acompanhamento escolar, oficinas, entre outras. A entidade possui quatro unidades e conta com 49 funcionários e 50 voluntários.

Necessidade:

Carro, alimentos não-perecíveis, material de limpeza e de higiene pessoal e material de escritório.

Doações:

Banco Real
Agência: 0083
Conta-corrente: 7700960-3
CNPJ: 58.391.681/0001-46

i Rua Antônio Álvares Lobo, 53
Campinas/SP
CEP 13020-110
www.casademariadenazare.org.br
casamz@feac.org.br
(19) 3233-6644

Centro Educacional Nosso Mundo (Cenom)

O Cenom é uma instituição filantrópica fundada em 15 de julho de 1974. Sua missão é educar, habilitar e/ou reabilitar crianças e jovens com deficiência, objetivando sua inclusão junto à sociedade com a participação efetiva da família. A entidade presta atendimento nas áreas de estimulação precoce, escolaridade especial, oficinas profissionalizantes, terapia especializada (fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia e neurologia) e audiolgia especializada. Funciona em período integral, das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, e conta com uma equipe multidisciplinar. Mensalmente são atendidas 268 crianças.

Necessidades:

Mesa de ping-pong, uniformes desportivos, bolas de futsal e vôlei, computador, impressora, máquina fotográfica digital.

Doações:

Banco Itaú
Agência 5638
Conta-corrente: 05327-1
CNPJ: 42.375.097/0001-67



i Rua João Barbalho, 193
Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20740-010
www.cenom.org.br
cenomcenom@hotmail.com
(21) 2594-1252 / 2229-8366



Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado de São Paulo

A Cruz Vermelha é uma organização humanitária voluntária que tem como objetivo atenuar os sofrimentos humanos com imparcialidade, sem distinção de raça, crença religiosa, nacionalidade, nível social ou filiação partidária. No Brasil, foi fundada em 1907, sendo a filial do Estado de São Paulo inaugurada em 1912. Desde então, atua na prevenção, preparação e resposta a emergência. Atualmente, a entidade conta com 148 funcionários e 258 voluntários, que prestam atendimento a crianças e adultos moradores de comunidades vulneráveis por meio da realização de palestras educativas sobre primeiros socorros, higiene, saneamento e preparação contra desastres.

Necessidades:

Campanha de ajuda às vítimas do terremoto que atingiu o Peru em 2007. Precisam-se de alimentos não-perecíveis, roupas e calçados.

Doações:

Banco Bradesco
Agência: 3057
Conta-corrente: 65256-3
CNPJ: 07.127.753/0001-01

i Avenida Moreira Guimarães, 699
Indianópolis – São Paulo/SP
CEP 04074-031
www.cvbsp.org.br
cdelorme@cvbsp.org.br
(11) 5056-8665 / 5056-8667

Organizações interessadas em participar desta seção devem entrar em contato pelo e-mail imprensa@revistafilantropia.com.br

Camisetas

Diversos tamanhos.
Modelos: tradicional e baby look.
Cores: branca, azul, verde, amarela e laranja.
R\$ 15

GACC-SE
www.gacc-se.org.br
(79) 3211-5642 / 3216-3737



Sandálias

Modelo exclusivo de sandálias produzido para a campanha da creatinina pelo estilista paranaense Jefferson Kulig.
Em borracha. Diversos tamanhos.
R\$ 20

Pró-Renal
www.pro-renal.org.br
(41) 3312-5400



Tapetes

Em retalhos
60 cm x 42 cm.
Cores: azul e vermelho.
R\$ 20

Almofadas

Mandala
45 cm de diâmetro.
R\$ 25

Quadrada em favo
40 cm x 40 cm.
Cores: laranja, caramelo, vermelho e verde.
R\$ 40

Associação Acordar
www.portalacordar.org
(49) 3622-3539



Pró-Renal – Fundação de Amparo a Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas

A Fundação Pró-Renal desenvolve trabalho com cerca de 2.000 pessoas carentes portadoras de doenças renais crônicas, atuando com foco em assistência, pesquisa e educação.
CNPJ: 78.444.304/0001-35

Grupo de Apoio a Criança com Câncer de Sergipe (GACC-SE)

A organização presta serviço assistencial e social às crianças e adolescentes com câncer. Na Casa de Apoio também são oferecidos hospedagem, refeições, medicamentos, cestas básicas, exames, entre outros serviços.
CNPJ: 03.628.747/0001-87

Associação Acordar

A entidade visa captar e potencializar investimentos na área de desenvolvimento social e conservação ambiental por meio de empreendimentos sociais sustentáveis para organizações sociais existentes no Brasil.
CNPJ: 08.720.228/0001-68

Quando recepcionar corretamente é necessário.

Cerimonial

CURSO BÁSICO

A quem se destina

Aos funcionários dos setores de promoção, relações públicas, eventos, marketing, secretárias ou funcionários de outros departamentos que tenham como parte das suas tarefas organizar ou participar da organização de eventos e recepções, estudantes e demais interessados no assunto.

Instrutor



Synésio Júnior

Radialista, Mestre de Cerimônias, empresário artístico e produtor cultural, filiado ao *Conselho Nacional de Cerimonial Público*, com 39 anos de experiência na produção e realização de eventos, programas de rádio e televisão.

30 de maio de 2008

Hotel Boulevard São Luiz
(antigo Hotel Eldorado)
Av. São Luiz, 234 - São Paulo - SP

Próximos cursos:

Curso para Produção de Eventos
Curso para Produção de Shows e Espetáculos
Curso para Redação Comercial

Consulte-nos sobre cursos *in company*

SGJ
PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

Tel.: 11 3123.8876 / Fax: 11 3256.5113

contato@sgjproducoes.com.br

www.sgjproducoes.com.br

As metas da Audisa não são medidas apenas em números. Melhorar a vida das pessoas é um objetivo que envolve quantidade, mas principalmente qualidade. As empresas do Terceiro Setor olham na mesma direção que nós, e por isso podem contar com a competência dos nossos auditores. A Audisa, composta pelos sócios das empresas de auditoria Auditus, Petra e TSA e suas equipes, apresenta-se preparada e comprometida com o desenvolvimento do Terceiro Setor.



Serviços:

Consultoria em Gestão de Pessoas

Auditoria Externa do Terceiro Setor

www.audisa.net

São Paulo/SP - (11) 3825.9671 | Porto Alegre/RS - (51) 3325.3115 | Recife/PE (81) 3463.1862